

Os comportamentos do clítico SE — a norma e o uso

Salvador Maria do Canto de Noronha Vigouroux

Dissertação de Mestrado em Linguística

Maio de 2024

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço às minhas orientadoras, Professora Doutora Ana Madeira e Professora Doutora Alexandra Fiéis, por todo o apoio, pelos inúmeros esclarecimentos e pela disponibilidade demonstrada durante o processo de elaboração deste trabalho.

Agradeço também a todos aqueles que participaram, voluntariamente, no inquérito de aceitabilidade que apresento nesta dissertação.

## RESUMO

**Palavras-chave:** clítico; SE; norma; falantes; sintaxe

Este trabalho tem por objetivo o estudo do clítico SE nos seus comportamentos mais gerais, mas também em casos concretos. Assim, enquadrada num contexto de teoria sintática, porém apontando já para o caminho da revisão textual, a dissertação apresentará, num primeiro momento, uma análise das classes em que o SE pode ser integrado — isto é, reflexo, recíproco, apassivador, indeterminador, inerente e decausativo — e, posteriormente, problemas levantados pela consulta de instrumentos de normalização linguística.

Partindo de bases teóricas, discutiremos, antes de tudo, a classificação do clítico SE como pronome, para, em seguida, nos ocuparmos das características de cada um dos seus valores. De modo geral, observaremos uma maior aproximação entre as classes reflexa e recíproca — em que o SE representa o complemento direto (ou indireto) —, entre a apassivadora e a indeterminadora — nas quais o clítico é uma manifestação do argumento externo — e entre a inerente e a decausativa — em que o SE, não sendo argumental, parece ter um comportamento mais próximo do dos afixos. Contudo, teremos oportunidade de tratar igualmente de traços que particularizam as seis classes.

Construído um fundamento tendencialmente genérico do SE, debruçar-nos-emos, de forma tão breve como possível, numa caracterização das duas visões preponderantes no estudo da gramática: a descritiva e a normativa. Será precisamente com base nesta última que debateremos o papel da norma na orientação de estudantes, curiosos e profissionais da língua. Concluiremos, então, que também a norma apresenta a sua variação, ponto de partida para a análise de usos concretos do SE.

Deste estudo, constarão os verbos *lavar-se* (como exemplo de casos de SE com verbos de ação corporal), *casar(-se)*, *magoar-se*, *estrear(-se)* e *afundar-se*.

Em relação a *lavar-se*, teremos a oportunidade de discutir a classificação do clítico bem como a sua (in)compatibilidade com o pronome de redobro *a si mesmo*. No que toca a *casar(-se)*, analisaremos também a categorização do SE, embora sumariamente, e o modo como a norma e os falantes interpretam a ausência dele. A respeito de *magoar-se*, centrar-nos-emos na classificação do clítico, estudo que também será feito a propósito de *estrear-se*, a que acrescerá um debate em torno da (a)gramaticalidade da ausência do SE. Por fim, *afundar-se* merecerá também uma avaliação daquilo que a norma propõe para a classificação do clítico.

Uma vez que os pressupostos de que partiremos apresentam dados a respeito da aceitabilidade de determinadas estruturas, nesta dissertação, socorrer-nos-emos, sempre que necessário, de dados que nos permitam concluir se os falantes verificam aquilo que é defendido pelos textos estudados. Nesse sentido, basear-nos-emos na observação de dados de um *corpus* (verbo *casar(-se)*) e num teste de juízos de aceitabilidade feito a 43 falantes.

## ABSTRACT

**Keywords:** clitic; SE; linguistic norm; speakers; syntax

This project aims to study the clitic SE in its most common behaviours, but also in its most concrete cases. As such, framed in a context of syntactic theory, yet already pointing towards the path of text review this dissertation will showcase, in first instance, an analysis of the classes in which the SE can be integrated — that is, reflexive, reciprocal, passive, impersonal, inherent, and decausative — and, further, the problems that arise by consulting instruments of linguistic normalization.

Starting from a theoretical standpoint, we will discuss, above all, the classification of the clitic SE as a pronoun, and then proceed to address the characteristics of each of its values. Generally, we will observe a greater approximation between the reflexive and the reciprocal classes — in which SE represents the direct (or indirect) object —, between the passive and the impersonal, in which the clitic is an expression of the external argument — and between the inherent and the decausative SE — in which SE, while not behaving like an argument, seems to exhibit a behaviour closer to that of the affix. However, we will have the opportunity to study the traits that are specific to each of the six classes.

Having established a general framework for the analysis of SE, we will briefly examine the two prevailing views in the study of grammar: the descriptive and the normative views. We will discuss the role of the normative view in providing guidelines for students, the general public, and language professionals. We will conclude, therefore, that the norm also displays its own variation, a starting point for analysing concrete uses of the SE.

In this dissertation, we will study the verbs *lavar-se* ('wash oneself') (as an example of cases in which SE occurs with body action verbs), *casar(-se)* ('get married'), *magoar(-se)* ('get hurt'), *estrear(-se)* ('debut/premiere') and *afundar(-se)* ('sink').

Regarding *lavar-se*, we will discuss the classification of the clitic, as well as its (in)compatibility with the reduplicative pronoun *a si mesmo* (literally 'to oneself'). As for *casar-se*, we will briefly analyse the categorization of SE and how both the norm and the speakers interpret its absence. Concerning *magoar-se*, we will focus on the classification of the clitic, a study which we will extend to *estrear-se*, to which will be added a debate around the (un)grammaticality of the absence of SE. Finally, the status of SE with the verb *afundar-se* will also be investigated.

Since the assumptions we will be starting from are accompanied by data regarding the acceptability of certain structures, in this dissertation, we will use, whenever necessary, data that allows us to ascertain whether the speakers verify what is stated by the studied papers. In that sense, we will base our analysis on the observation of the data of a corpus (*casar(-se)* verb) and on an acceptability judgment survey with 43 speakers.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
1   APRESENTAÇÃO DE SE E DAS SUAS CLASSES.....	4
1.1   DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE SE .....	4
1.2   OS TIPOS DE SE .....	5
1.2.1   O SE REFLEXO.....	6
1.2.2   O SE RECÍPROCO .....	9
1.2.3   O SE APASSIVADOR .....	11
1.2.4   O SE INDETERMINADOR.....	14
1.2.5   O SE INERENTE .....	17
1.2.6   O SE DECAUSATIVO .....	20
1.3   SÍNTESE DOS VALORES DE SE.....	23
2   O CLÍTICO SE DE ACORDO COM A NORMA.....	25
2.1   A NORMA E A SUA IMPORTÂNCIA.....	25
2.2   A NORMALIZAÇÃO COMO FERRAMENTA DE ENSINO .....	26
2.3   A VARIAÇÃO DENTRO DA NORMA.....	26
2.4   AS DIFERENTES FORMAS DA NORMA.....	28
2.5   ALGUNS CASOS CONCRETOS .....	29
2.5.1   O VERBO <i>LAVAR-SE</i> .....	29
2.5.2   O VERBO <i>CASAR-SE</i> .....	36
2.5.3   O VERBO <i>MAGOAR-SE</i> .....	40
2.5.4   O VERBO <i>ESTREAR-SE</i> .....	44
2.5.5   O VERBO <i>AFUNDAR-SE</i> .....	48
2.6   RESUMO DAS ANÁLISES .....	50
3   INQUÉRITO .....	51
3.1   PARTICIPANTES .....	51
3.2   METODOLOGIA.....	52
3.3   RESULTADOS .....	52
3.3.1   OS VERBOS DE AÇÃO CORPORAL E OS DE AÇÃO NÃO CORPORAL .....	52
3.3.2   OS VERBOS <i>CASAR-(SE)</i> E <i>ESTREAR(-SE)</i> .....	57
CONCLUSÃO .....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	64
ANEXOS .....	68
ANEXO 1   FRASES DO INQUÉRITO .....	68
ANEXO 2   INQUÉRITO.....	71
ANEXO 3   RESULTADOS DO INQUÉRITO (ESTRUTURAS REFLEXAS).....	74

ANEXO 4   RESULTADOS DO INQUÉRITO (ESTRUTURAS DECAUSATIVAS).....	77
ANEXO 5   RESULTADOS DO INQUÉRITO (ESTRUTURAS INERENTES) .....	79



## | INTRODUÇÃO

Partindo da ambição de ingressar no caminho profissional da revisão de textos, este estudo propõe-se dar conta da relação entre norma e descrição no que diz respeito à unidade linguística SE. Assim, está, essencialmente, dividido em dois grandes blocos. No primeiro, de cariz sobretudo teórico, discutiremos a definição e classificação do SE, para então refletirmos nos valores de que o item pode revestir-se e nos debruçarmos, de forma tão minuciosa quanto necessário, nos aspetos teóricos subjacentes a cada um desses comportamentos. No segundo segmento, partiremos de uma discussão teórica acerca dos conceitos de prescrição e descrição linguísticas (norma e uso factual da língua) e, em seguida, estudaremos cinco verbos concretos, de forma que analisemos o que postulam textos de pendor normativo acerca de diferentes casos de emprego do SE e de que modo os falantes espelham, ou não, no uso prático da língua estes pressupostos prescritivos.

Assim, num momento inicial, basear-nos-emos em algumas classificações do SE propostas em dicionários digitais, acessíveis a qualquer um. Consequentemente, e socorrendo-nos de Vasconcelos (2013), seremos capazes de discutir a categorização da unidade linguística como pronome e como clítico. Para isso, invocaremos também Matos (2003), no qual encontramos uma distinção entre clíticos simples e clíticos especiais.

Ainda num prisma teórico, seguiremos a proposta de Ribeiro (2011), que agrupa os valores de SE em quatro conjuntos — anafórico, impessoal, inerente e decausativo.

A respeito das classes do SE que se enquadram no domínio dos valores anafóricos, observaremos o SE reflexo e o SE recíproco.

Ora, a discussão relativa ao SE reflexo começará por incidir na análise das estruturas de reflexividade, que são perspetivadas como inacusativas por uns e como transitivas por outros. Teremos oportunidade de notar ainda que existe quem defenda que o SE não é argumental, visão com a qual Ribeiro (2011) não concorda, sustentando esta contradição em algumas razões, que observaremos e pelas quais nos guiaremos para definir o SE reflexo como argumental (manifestação do complemento direto ou, menos frequentemente, do complemento indireto). A autora (*ibidem*) dá conta igualmente de uma separação semântica e sintática entre estruturas reflexas de sujeito agentivo e estruturas reflexas de sujeito Tema ou Experienciador. Estas últimas darão origem a uma discussão a respeito da sua verdadeira reflexividade no segundo grande bloco deste trabalho. Partindo da autora, discutiremos, também no segmento seguinte, a relação entre a compatibilidade do SE com o pronome de redobro *a si mesmo* e a semântica dos verbos. Antes disso, teremos também a oportunidade de atentar em algumas características do sujeito das construções reflexas.

Quanto ao SE recíproco, reforçaremos, inicialmente, os motivos que nos levam a defender que estamos perante um clítico argumental, para então evocarmos a pluralidade de sujeito inerente a estas estruturas. Em seguida, discorreremos sobre algumas formas de marcação da reciprocidade em português, com base em Ribeiro (2011). A Vasconcelos (2013), iremos buscar um contraste semântico entre a bidirecionalidade e a linearidade destas construções. Por fim, daremos conta dos verbos e dos sujeitos que nelas figuram.

Comum às duas estruturas, a ideia de que o sujeito nocional afeta e é afetado simultaneamente, sendo o sujeito gramatical o antecedente do clítico, que é por ele comandado.

No que concerne aos valores impessoais do SE, trataremos quer da classe apassivadora quer da classe indeterminadora, denominações propostas por Ribeiro (2011).

Começando com as construções apassivadoras, faremos um breve apontamento a respeito da distinção entre estruturas passivas e médio-passivas proposta por Mendikoetxea (1999). Posteriormente, observaremos que classe de verbos — no que toca à transitividade — pode figurar nestes contextos, passando pela análise dos argumentos selecionados pelo predicador verbal. Assim, seguindo a visão de Ribeiro (2011), consideraremos, sustentando esta perspectiva, o clítico uma manifestação do argumento externo (x) e mostraremos de que modo o SE faz que se dê uma reorganização argumental do predicador. Teremos ainda a oportunidade de analisar a capacidade referencial do clítico e atentar em certos traços do sujeito dos verbos a que o SE pode associar-se em contextos apassivadores.

Partindo da ideia de que o SE indeterminador é também argumental e manifestação de x, observaremos que esta tese não é consensual, invocando Barbosa (1999) e Sánchez López (2002). Contudo, baseando-nos em Vasconcelos (2013) e Ribeiro (2011), salientaremos argumentos que nos levam a interpretar o clítico como manifestação do argumento externo, dotada de caso nominativo. Já com a leitura de Naro (1976), seremos capazes de indicar algumas características do sujeito das construções indeterminadoras, ao passo que Mendikoetxea (1999) e Ribeiro (2011) nos darão conta de traços do SE em função da classe de verbo a que o clítico se liga. Por fim, trataremos da relação e da possível ambiguidade entre estruturas indeterminadoras e estruturas apassivadoras.

Chegaremos, então, ao estudo dos últimos dois valores que o SE pode assumir: o inerente e o decausativo. Comuns, as duas classes têm a aproximação ao comportamento afixal e o caráter não argumental, que discutiremos na subsecção destinada a cada SE.

Ora, o SE inerente, também designado pseudo-reflexo, será caracterizado, ao princípio, exatamente por comparação com o reflexo. Para isso, socorrer-nos-emos de Vilela (1992), que nos mostra propriedades que permitem distinguir os dois tipos de SE. Em seguida, perceberemos por que motivo Ribeiro (2011) considera que o clítico inerente não desencadeia um processo de destransitivização, característica que o aproxima do SE decausativo. Consequentemente, notaremos alguns traços que aproximam e afastam os dois valores não argumentais. Veremos ainda que verbos figuram em construções inerentes — quer no que diz respeito à transitividade, quer no que concerne à presença do SE —, aspetos semânticos dos sujeitos e que características comuns e diferentes têm, entre si, as variantes transitivas diretas e transitivas indiretas (quando o verbo permite esta alternância).

Por fim, dedicar-nos-emos ao estudo do SE decausativo, começando por analisar uma discordância entre Matos (2003), para quem este clítico é semelhante aos afixos, e Ribeiro (2011), que defende que não estamos perante um operador diatésico. A propósito dos argumentos a favor desta tese, veremos que o SE decausativo pode ser obrigatório, facultativo e proibido (Vasconcelos, 2013). Em seguida, observaremos traços semântico-sintáticos dos verbos e dos argumentos que surgem nas construções deste tipo e de que

modo se opera o processo de decausativização. Continuaremos o tratamento do clítico decausativo, comparando-o com o apassivador, e encerraremos a subsecção com os argumentos de Matos (2003) a favor do estatuto não argumental deste SE.

No segundo capítulo, daremos início de forma mais aprofundada ao estudo da norma, começando por evocar alguns pressupostos teóricos, mormente relacionados com os conceitos de *gramática normativa*, *gramática descritiva* e *gramática explícita* e com algumas noções convocadas por estas manifestações da gramática.

Enquadrada a visão normativa da língua, daremos conta da importância da norma e do modo como esta perspectiva cumpre propósitos de ensino, para, em seguida, estudarmos um exemplo que nos permite concluir que existe variação mesmo dentro da norma. Por fim, estabeleceremos uma distinção genérica entre os textos prescritivos. Por um lado, teremos textos especializados e, por outro, textos dirigidos a um público mais alargado, sem tantos conhecimentos da gramática explícita.

As secções seguintes serão destinadas ao tratamento de casos particulares em que certos prismas normativos divergem ou cujas análises prescritivas merecem a nossa atenção. Trabalharemos, particularmente, os verbos *lavar-se*, *casar-se*, *magoar-se*, *estrear-se* e *afundar-se*.

Partindo de diferentes instrumentos de normalização, teremos a oportunidade de, num primeiro momento, discutir os valores do SE que pode associar-se a cada um dos cinco verbos.

A este debate, seguir-se-á um capítulo do qual fará parte a apresentação de um teste de juízos de aceitabilidade. Combinado com a recolha de dados do *corpus CETEMPúblico* (no caso de *casar-se*), este instrumento permitirá observar se se confirmam determinadas propostas que emergiram quando estudámos os verbos *lavar-se*, *casar-se* e *estrear-se*.

Ambicionamos, mais concretamente, verificar se, de facto, os falantes aceitam a coocorrência do SE com o pronome complexo *a si mesmo* em construções de que fazem parte «verbos de ação não corporal» (Ribeiro, 2011, p. 105) e a rejeitam em contextos de «verbo de ação corporal» (*ibidem*). De resto, pretendemos concluir se os inquiridos apresentam uma tendência maior para o emprego ou para o apagamento do clítico em frases nas quais surgem os verbos *casar-se* e *estrear-se* (este último interessar-nos-á sobretudo quando o sujeito tem papel semântico Tema).

Deste modo, seremos capazes de identificar uma relação entre os pressupostos normativos relativos aos verbos que nos propusemos estudar e a verificação desses mesmos princípios na prática.

## 1 | APRESENTAÇÃO DE SE E DAS SUAS CLASSES

Este primeiro capítulo está dividido em duas secções, de acordo com os objetivos que pretende alcançar-se. Assim, na primeira, observaremos alguns problemas relacionados sobretudo com a classificação gramatical do SE, à luz da categorização do item como pronome ou clítico. Para isso, aludiremos ainda aos conceitos de *clítico simples* e de *clítico especial*. Já na segunda secção, daremos conta dos diferentes valores de SE, apresentando tanto os traços que os aproximam quanto as características que os afastam e a partir da classificação proposta por Ribeiro (2011).

### 1.1 | DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE SE

É comum que a unidade linguística SE seja ramificada em duas classes sintáticas: a conjunção, que introduz orações subordinadas substantivas completivas e que não é importante para este trabalho, e o pronome.

É, demais, isso que se encontra em dicionários digitais como o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, que alude à divisão da subclasse do pronome em «pessoal de dois géneros», tendo um significado equivalente a «Sua pessoa», e em «indefinido», podendo ter valor de primeira pessoa do plural ou de «Alguém indefinido». Conforme teremos oportunidade de perceber, no primeiro caso, estamos perante uma interpretação reflexa, enquanto a segunda análise vai ao encontro de um valor impessoal.

Já o *Dicionário infopédia da Língua Portuguesa* apresenta uma descrição mais minuciosa do uso pronominal de SE. De acordo com este instrumento linguístico, o pronome, que reflete a 3.<sup>a</sup> pessoa (do singular ou do plural) pode revestir-se de valor reflexo, recíproco, indeterminador, apassivador e enfático (que não tem relevância neste trabalho). Ora, apesar de não dar conta dos usos inerente e decausativo de SE, esta definição parece ser mais apropriada. Isto porque, embora associe o comportamento pronominal ao valor apassivador, não o associa nem ao valor inerente nem ao decausativo. De facto, conforme veremos, estes dois valores parecem aproximar-se mais de um comportamento afixal (mais concretamente, sufixal derivacional) do que pronominal.

Com efeito, se tivermos presente a ideia de que, por definição, um pronome ocupa o lugar de uma expressão nominal, perceberemos que, embora essa característica se verifique em casos de reflexividade, reciprocidade e indeterminação, não se aplica a contextos de apassivação, inerência e decausatividade. Assim, o rótulo *pronome* não é adequado a todos os valores de SE. Vasconcelos (2013) postula esta mesma tese e acrescenta que a melhor classificação será a de *clítico*, que tem a vantagem de ser mais genérica e, por isso, abarcar os seis valores de SE que estudaremos.

De forma geral, os clíticos são unidades gramaticais que, por não terem acento próprio (são átonas), são «dependentes de itens lexicais com acentuação própria, [...] seus hospedeiros» (Matos, 2003, p. 828). A autora mostra que é possível distinguir clíticos simples — preposições e artigos — de clíticos especiais — pronomes e «afixos»<sup>1</sup> — em função das suas características. Nesse sentido, integramos o SE nesta última categoria. Trata-se, pois, de um clítico especial, surgindo sempre ligado a uma forma verbal, em posição proclítica (pré-verbal), enclítica (pós-verbal) ou mesoclítica («dentro» da forma

---

<sup>1</sup> Usaram-se aspas, porque, na verdade, o SE inerente e o SE decausativo não são afixos, antes parecem comportar-se como tal, conforme explicaremos nas subsecções 1.2.5. e 1.2.6.

verbal). Em caso de posição pós-verbal, os clíticos acusativos podem ainda assumir formas fonológicas diferentes, consoante a terminação da forma verbal (1a–c), enquanto os clíticos simples são uniformes.

- (1) (a) A senhora encontrou-**as**.
- (b) Elas encontraram-**nas**.
- (c) Deve encontrá-**las** antes de sair.

Vasconcelos (2013) mostra que SE se distingue de outros clíticos especiais de 3.<sup>a</sup> pessoa (*o[s]*, *a[s]*, *lhe[s]*) por não apresentar marcas de género nem de número. Podemos observar também que, empregado em contexto de ênclise, este clítico não sofre alterações fonológicas (2a–c).

- (2) (a) A senhora viu-**se** ao espelho.
- (b) Elas viram-**se** ao espelho.
- (c) Deve ver-**se** ao espelho antes de sair.

Convém notarmos que, no entanto, nem sempre SE é um clítico de 3.<sup>a</sup> pessoa, alternável com as outras formas do paradigma pronominal (*me*, *te*, *nos*, *vos*). Mais concretamente, o SE de estruturas passivas e o SE de estruturas de sujeito indeterminado não podem ser substituídos por nenhum outro clítico (Vasconcelos, 2013, p. 17), uma vez que perderiam essa leitura.

Em resumo, percebemos que, embora, em definições mais simplificadas, SE seja considerado, de modo geral, um pronome, será preferível tomá-lo por clítico, visto que nesta designação são contemplados todos os tipos de SE. Trata-se, então, de um clítico de 3.<sup>a</sup> pessoa (reflexo, recíproco, inerente ou decausativo) ou impessoal (apassivador, ou indeterminador) e invariável morfológica e fonologicamente.

## 1.2 | OS TIPOS DE SE

Nesta secção, procuraremos dar conta dos diferentes tipos de SE, com particular realce para aquilo que permite diferenciá-los. Assim, temos, em português, o SE reflexo, o recíproco, oepassivador, o indeterminador, o inerente e o decausativo<sup>2</sup>.

Ora, estas seis classes podem ser agrupadas da seguinte forma (Ribeiro, 2011):

- SE anafórico: reflexo e recíproco;
- SE impessoal<sup>3</sup>: apassivador e indeterminador;
- SE inerente;
- SE decausativo.

Começemos por observar o primeiro grupo, o dos valores anafóricos. Para compreendermos esta noção, é indispensável aludir ao conceito de anáfora. Trata-se de uma expressão nominal que é c-comandada por um antecedente na mesma oração<sup>4</sup>. Este

---

<sup>2</sup> Os últimos quatro valores de SE listados podem ser referidos com outras designações. Procuraremos explicar as nossas opções no segmento destinado a cada um desses tipos de SE.

<sup>3</sup> Embora a designação *SE impessoal*, por norma, diga respeito aos contextos de sujeito indeterminado, optámos, à semelhança de Ribeiro (2011), por usar este termo para dar conta dos dois tipos de SE que dependem um sujeito não referencial, isto é, SE apassivador e SE indeterminador.

<sup>4</sup> X c-comanda Y, se e só se X não domina Y nem Y domina X e o primeiro nó ramificado que domina X domina Y (Chomsky, 1986).

antecedente é imprescindível à fixação do valor referencial, não autónomo, da anáfora. Aplicando esta ideia ao domínio das funções sintáticas, observamos que o SE tem por antecedente o sujeito da oração (principal ou encaixada) em que o clítico é empregado. Assim se explica a agramaticalidade das coindexações de (3) em comparação com as de (4).

- (3) (a) \*O Pedro<sub>i</sub> pediu ao filho que se<sub>i</sub> penteasse. > SE reflexo  
(b) \*O Pedro<sub>i</sub> ouviu os filhos a insultarem-se<sub>i</sub>. > SE recíproco  
(4) (a) O Pedro pediu ao filho<sub>i</sub> [que pro<sub>i</sub> se<sub>i</sub> penteasse]. > SE reflexo  
(b) O Pedro ouviu [os filhos<sub>i</sub> a insultarem-se<sub>i</sub>]. > SE recíproco

Em relação aos valores impessoais, é possível afirmar que se nota uma coincidência semântico-pragmática entre aqueles valores de SE a que é comum chamar *passivo* e *impessoal*. Em ambos os casos, dá-se o apagamento do sujeito nocional (≠ gramatical/sintático) (5–6). Essencialmente, não é possível determinar, com base no enunciado, a entidade que desencadeia o acontecimento expresso pela forma verbal. Existe, pois, capacidade referencial autónoma, dado que o SE não precisa de uma outra expressão que fixe o seu valor referencial. Note-se, no entanto, que, em construções passivas perifrásticas, esse mesmo Agente/Experienciador pode aparecer em forma de complemento agente da passiva, num sintagma preposicional (SP). De qualquer modo, a impessoalidade comum às estruturas de SE passivo e de SE impessoal faz que Ribeiro (2011) altere estas designações. Assim, seguindo a proposta da autora, falar-se-á, neste trabalho de *SE apassivador* e de *SE indeterminador*. Será interessante perceber, mais à frente, o recurso ao sufixo, agentivo, *-dor* nos dois casos.

- (5) Antigamente, vendiam-se mais jornais. > Quem vendia? (SE apassivador)  
(6) Antigamente, comia-se muito nesta casa. > Quem comia? (SE indeterminador)

Já o SE inerente e o SE decausativo têm comum o seu comportamento não argumental. São, na verdade, como veremos, os únicos dois valores do clítico que não são manifestação de nenhum argumento, sendo a eles comumente associado um comportamento próximo do dos afixos.

### 1.2.1 | O SE REFLEXO

Fonseca (2010), baseando-se em Barbosa (1870<sup>5</sup>), indica que este tipo de SE surge para fazer frente à ausência da voz média quer em latim quer em português. Trata-se de um paradigma que, em grego, apresenta forma e terminações diferentes das da voz ativa e das da voz passiva. Assim, em português, para transmitir as ideias de reflexividade e reciprocidade, emprega-se um clítico que concorde em pessoa-número com a flexão da forma verbal.

Esta construção <verbo + SE reflexo> é, *grosso modo*, perspectivada sintaticamente de três formas, conforme assinala Ribeiro (2011).

Uma delas propõe que as construções reflexas são inacusativas. Nesse sentido, o sintagma nominal que funciona como sujeito gramatical é o argumento interno (y) do verbo, ao passo que o clítico corresponde ao argumento externo (x). É esta a ideia seguida por Pesetsky (1995).

Outra proposta, que coincide com a supracitada na tese de que o SE é argumental, define as estruturas reflexas como transitivas. Assim, teremos sujeito, Agente, e complemento direto (ou, mais raramente, indireto), Tema. É o que defendem Cunha e Cintra (2016<sup>7</sup>) e Matos (2003). Contudo, se, nas construções transitivas plenas, o argumento interno é realizado como sintagma nominal (SN), nas transitivas reflexas surge como SE. Demais, nas transitivas com clítico, existe, como nas intransitivas, um só participante extralinguístico, simultaneamente agentivo e afetado. Assim, como refere Ribeiro (2011, p. 96), estas estruturas são «construções intermédias entre as transitivas e as intransitivas».

A terceira perspectiva entende que o SE não é argumental. De acordo com esta visão, o clítico reduz um argumento do verbo. Para Marantz (1984) e Grimshaw (1990), reduz o argumento externo, pelo que as construções serão inacusativas. Já segundo Reinhart (1996) e Reinhart e Siloni (2005), o SE reduz o argumento interno, sendo as construções inergativas.

Na sua tese de doutoramento, Ribeiro (2011) aponta para oito argumentos a favor da interpretação das estruturas reflexas como transitivas ou da interpretação do SE como argumento interno. Desses, realçamos a ideia de que o SE ocupa a mesma posição que os clíticos acusativos e dativos não reflexos (7a–d); a incompatibilidade de realização do SE e de complemento direto ou indireto pleno, o que indicia que o clítico e o SN são o mesmo argumento (8a–b) — embora a agramaticalidade possa ser explicada também de acordo com a perspectiva de Reinhart (1996) e de Reinhart e Siloni (2005), na quais se defende o desaparecimento do argumento interno — e a possibilidade de apagamento do SE em contextos de extração simultânea de clítico, que os clíticos pronominais argumentais também apresentam (9a–b). Salientamos estes três argumentos, porque são aqueles que a autora retoma quando alude às estruturas reflexas indiretas.

- (7) (a) O avô elogiou-**se** perante todos.
- (b) O avô elogiou-**nos** perante todos.
- (c) Ele perguntou-**se** se choveria.
- (d) Ele perguntou-**lhe** se choveria.
- (8) (a) \*O avô elogiou-**se o neto** perante todos.
- (b) \*Ele perguntou-**se à namorada** se choveria.
- (9) (a) O avô não **se** elogiou nem [-] criticou perante ninguém.
- (b) O avô não **nos** elogiou nem [-] criticou perante ninguém.

Ribeiro (*ibidem*) assinala ainda uma divisão semântico-sintática das estruturas reflexas. Assim, existem estruturas reflexas agentivas e as estruturas reflexas de fronteira.

Nas primeiras, prototípicas, é possível estabelecer uma distinção entre estruturas reflexas diretas e estruturas reflexas indiretas. Nas diretas, figura um verbo transitivo, sendo o sujeito Agente e o complemento direto (SE) Tema (10); nas indiretas, é empregado um verbo bitransitivo, sendo o sujeito Agente e o complemento indireto (SE) Beneficiário (11).

- (10) As miúdas já **se** pentearam.
- (11) O professor permitiu-**se** descansar.

No caso das estruturas reflexas de fronteira, o sujeito não é agentivo. Pode, então, ser Experienciador, tendo o complemento direto (SE) o papel temático de Tema (12), ou, de acordo com Ribeiro (2011), Tema à semelhança do complemento direto (SE), que é um Tema secundário (13)<sup>5</sup>.

- (12) A Carlota ama-se demasiado.
- (13) O Henrique magoou-se sem querer.

Ora, nos casos em que o sujeito é Tema, não é possível o redobro do clítico com uma expressão como *a si mesmo*. De igual modo, não pode acrescentar-se o prefixo *auto-* à forma verbal (14a–b) (Otero, 1999).

- (14) (a) \*O Henrique magoou-se a si mesmo sem querer. (A frase seria gramatical, se o sujeito fosse agentivo.)
- (b) \*O Henrique automagoou-se sem querer.

Já quando o sujeito é Agente, nem sempre o redobro e a prefixação são agramaticais, o que poderá explicar-se com base no grau de expectativa de reflexividade das construções. Sabemos que, nas estruturas de ação corporal (designação de Ribeiro (2011)), essa expectativa é muito superior àquela inerente às estruturas de ação não corporal (designação também da autora). Deste modo, como mostra Ribeiro (2011), a expressão de redobro e o prefixo não são interpretados como redundantes em casos de verbo que não transmite ação corporal, seja o sujeito Agente (15) ou Experienciador (16).

- (15) O João autoproclamou-se diretor<sup>6</sup>.
- (16) Há dias em que ele se despreza a si mesmo.

A reflexividade de frases como as apresentadas em (13–14b) será discutida no capítulo seguinte, pelo que devemos fixar que o sujeito das estruturas reflexas é ou Agente ou Experienciador.

De qualquer modo, além de o argumento interno das construções reflexas ter de ser [+animado], à semelhança do sujeito (isto é, do argumento externo) é sempre [+humano, +volitivo], podendo designar uma pessoa, um conjunto delas, uma organização, uma construção humana autónoma ou entidades mitológicas com vontade própria (*idem*). Seja realizado ou *pro*, isto é, sujeito nulo de forma verbal finita, o sujeito é referencial.

Em função da posição que ocupa e do seu número, o sujeito pode gerar ambiguidades. Assim, se, em vez de surgir na sua posição canónica, pré-verbal, o SN for pós-verbal, pode fazer-se uma interpretação apassivadora, indeterminadora ou, mais dificilmente, reflexa (17).

- (17) Criticou-se a Marta. > «A Marta foi criticada» (SE apassivador); «Alguém criticou a Marta» (SE indeterminador); «A Marta criticou-se (a si mesma)» (SE reflexo).

---

<sup>5</sup> Ribeiro (2011, p. 119) indica que, por norma, estas construções denotam «situações de dano corporal», em que o sujeito «ao espoletar, não intencionalmente, uma dada ação, é afetad[o] negativamente [por ela]».

<sup>6</sup> Na verdade, de acordo com visões mais puristas da língua, não será correto empregar simultaneamente o clítico reflexo e o prefixo verbal *auto-*, uma vez que as duas unidades apontam para o mesmo valor semântico. Assim, uma frase como (15) será de evitar, ficando o prefixo reservado a nomes (*autoproclamação*) e adjetivos (*autoproclamado*), e o clítico, a formas verbais (*proclamou-se*).

Outra ambiguidade está relacionada com o número do sujeito, que, sendo plural, pode desencadear quer uma análise reflexa quer uma recíproca (18).

(18) A Maria e a irmã elogiaram-se. (> A si mesmas ou uma à outra?)

Em jeito de conclusão, deixamos uma enumeração das características das estruturas reflexas e um quadro-síntese da estrutura temático-argumental dos verbos que nelas participam (Quadro 1). Assim, podemos observar que, nas construções reflexas:

- O sujeito (SN/*pro*), [+ humano, + volitivo], tipicamente determinado e pré-verbal, é antecedente do SE numa cadeia anafórica.
- Os verbos presentes têm pelo menos um complemento, isto é, são transitivos (diretos/indiretos) ou bitransitivos.
- Existe uma transitividade mitigada, uma vez que, pragmaticamente, é convocado um único participante, pelo que SE é manifestação de y, obrigatoriamente [+ animado].
- O sujeito e o complemento são referencialmente coincidentes.
- De acordo com Ribeiro (2011), quando a expectativa de reflexividade é elevada e/ou o sujeito e o complemento são Tema, redobros com pronomes complexos e prefixações com *auto-* são agramaticais. (Discutiremos esta ideia nos capítulos 2 e 3.)

Classificação das estruturas reflexas (Ribeiro, 2011)		Papel temático dos argumentos $\underline{x}$ (sujeito, SN ou <i>pro</i> ) e $y$ (complemento, SE)	Classificação sintática do complemento
Agentivas	Diretas	Agente + Tema <sub>CD</sub>	Direto
	Indiretas	Agente + Beneficiário <sub>CI</sub>	Indireto
De fronteira	V. epistémicos e psicológicos	Experienciador + Tema <sub>CD</sub>	Direto
	V. de dano físico (cf. 2.5.3.)	Tema primário + Tema secundário <sub>CD</sub>	Direto

Quadro 1 | Classificação das estruturas reflexas com base em Ribeiro (2011)

### 1.2.2 | O SE RECÍPROCO

À semelhança daquilo que verificámos com o SE reflexo, defendemos que o recíproco é argumental, mais concretamente manifestação do argumento interno, complemento direto ou indireto. Retomemos os motivos, expostos na subsecção anterior, que nos permitem chegar a esta conclusão.

1. O SE recíproco aparece no mesmo lugar que os pronomes pessoais acusativos e dativos (19–20b).

- (19) (a) Os rapazes ofenderam-se.  
(b) Os rapazes ofenderam **o colega**.
- (20) (a) Os rapazes agradam-se um ao outro.  
(b) Os rapazes agradam **ao colega**.

2. O SE não pode ser realizado com um SN objeto (21).

- (21) \*Os rapazes ofenderam-se **o colega**.

3. O SE pode ser apagado em casos de extração simultânea de clítico, tal como os pronomes pessoais argumentais (22).

(22) Os rapazes não se ofenderam nem [-] elogiaram.

Existem, contudo, perspectivas que indicam que o clítico recíproco não é argumento, antes marcador de mudanças da valência verbal, conforme indica Ribeiro (2011). Assim, as construções recíprocas são interpretadas como inergativas, não como transitivas.

Ora, à ideia de reciprocidade está invariavelmente associada a noção de pluralidade de participantes. Não poderá existir um par afetador-afetado, se não houver a presença de duas ou mais entidades, que serão sempre semanticamente [+ animado]. Sendo o sujeito singular, estaríamos perante um caso de reflexividade, não de reciprocidade. Assim, podemos afirmar, em traços gerais, que a principal diferença entre as construções reflexas e as recíprocas está relacionada com o número de intervenientes e com o modo como eles são afetados.

Com efeito, se, em casos de reflexividade, sendo o sujeito Agente, a ação recai em quem a pratica, em contextos de reciprocidade, há uma espécie de «troca». De forma simplificada, A faz alguma coisa a B, e B faz a mesma coisa a A. Aqui, tanto A quanto B são o sujeito gramatical das estruturas recíprocas (23–24).

(23) Os namorados abraçaram-se.

(24) O namorado abraçou a namorada, e a namorada abraçou o namorado.

Com o exemplo (23), podemos perceber que, apesar de o sujeito ser obrigatoriamente plural, não tem de ser composto. É, no entanto, necessariamente manifestação do argumento externo, pelo que não serão gramaticais construções recíprocas com verbos inacusativos. De um prisma semântico, tanto o sujeito (SN) quanto o complemento (SE) são simultaneamente Agente e Tema, porque afetam voluntariamente e são afetados (Vasconcelos, 2013). Ribeiro (2011) aponta ainda para alguns casos em que o sujeito e o objeto são concomitantemente Experienciador e Tema (25). Trata-se de estruturas em que figuram verbos epistémicos ou psicológicos.

(25) Os trabalhadores daquela empresa detestam-se uns aos outros.

Não obstante a forma mais comum de marcação de reciprocidade em português ser o simples emprego do SE, podem adicionalmente ser aplicadas expressões adverbiais (*reciprocamente*, por exemplo) ou pronomes complexos (<UM + preposição + O OUTRO>) e pode recorrer-se a uma duplicação de orações, sem o SE (26).

(26) Ela elogiou-a, e ele elogiou-a.

Conforme indica Ribeiro (2011), o SE é, em princípio, compatível com o uso de um pronome complexo e, em casos de pouca/moderada expectativa de reciprocidade, com expressões adverbiais. Já os verbos inerentemente recíprocos, como *lutar* ou *conversar*, não admitem o SE nem adverbiais, podendo, todavia, aceitar pronomes complexos (27–29).

(27) \*Elas conversaram-se.

- (28) \*Elas conversaram mutuamente.  
(29) Elas conversaram uma com a outra.

A autora (*ibidem*) assinala ainda que a possibilidade de ausência de pronome complexo (30) evidencia que a expressão pronominal marca reciprocidade, mas não é manifestação do argumento interno, pelo que também não pode surgir desacompanhado do SE (31), quando os verbos não são inerentemente recíprocos. Dado que, em português, os verbos que podem surgir neste tipo de estruturas são transitivos, a presença do objeto é obrigatória, pelo que o SE não pode elidir-se (32).

- (30) Os meus filhos abraçam-se (um ao outro) diariamente.  
(31) Os meus filhos abraçam\*(-se) um ao outro.  
(32) Os meus filhos abraçam\*(-se) diariamente.

Assim, podemos deduzir que uma estratégia de eliminação da ambiguidade reflexividade/reciprocidade em contextos de sujeito plural passa pela inserção de um pronome complexo: *a si mesmos*, em casos de SE reflexo (33); *um ao outro*, em casos de SE recíproco (34).

- (33) As alunas corrigiram-se a si mesmas.  
(34) As alunas corrigiram-se uma à outra.

Além da supracitada riqueza morfológico-sintática, as construções recíprocas apresentam riqueza semântico-pragmática. Na verdade, segundo Vasconcelos (2013, pp. 20–21), «existem exemplos de reciprocidade em que não existe uma bidirecionalidade, [...] mas [...] uma linearidade, ou seja, os elementos não praticam a mesma ação ao mesmo tempo, mas [...] em sequência, por exemplo com verbos como *sucedder-se* ou *alternar-se*».

Tendo tudo isto em conta, podemos afirmar que o SE recíproco:

- É manifestação de *y*, sendo, por isso, obrigatório (excetuando casos de verbo inerentemente recíproco).
- É redobrável com <UM + preposição + O OUTRO> e associável, em certos casos, a expressões adverbiais recíprocas, embora incompatível com verbos inerentemente recíprocos.
- Semanticamente, pratica a ação (quando é Agente) e é afetado por ela (Tema), mas pode ser Experienciador.
- Surge com verbos transitivos.
- Pode ser, em determinados contextos, confundido com o SE reflexo, o que se resolve, em princípio, com recurso a um pronome complexo.

### 1.2.3 | O SE APASSIVADOR

Mendikoetxea (1999) apresenta, para o espanhol, uma distinção entre estruturas passivas e estruturas médio-passivas (que se caracterizam «por denotarem propriedades ou características que se atribuem ao sujeito» (Ribeiro, 2011, p. 1997)<sup>7</sup>. Algumas das diferenças que a autora indica ficam resumidas, em traços gerais, no Quadro 2, abaixo.

---

<sup>7</sup> Um exemplo de construção médio-passiva seria «Este livro lê-se muito bem».

Características	Estrutura	
	Passiva com SE	Médio-passiva
Posição do sujeito gramatical	Pós-verbal	Pré-verbal
Determinação do sujeito gramatical	Determinado/indeterminado	Determinado
Papel temático do sujeito nocional	Agente/Experienciador	Agente
Aspetto verbal	<i>Sem restrições</i>	Imperfetivo

Quadro 2 | Distinção passivas/médio-passivas de Mendikoetxea (1999)

Apesar destas dissemelhanças entre passivas e médio-passivas, neste trabalho, as duas construções serão exploradas em conjunto, visto que, como defende Ribeiro (2011), não existem, em português, diferenças significativas. Consequentemente, consideramos que o sujeito gramatical das estruturas passivas pode ser pré ou pós-verbal, determinado ou indeterminado e que o sujeito nocional pode ser tematicamente Agente (35) ou Experienciador (36) (pode também ser Beneficiário (37), conforme indica Ribeiro (2011)).

- (35) Compraram-se milhões de livros no último ano.
- (36) Ainda se ouvem músicas clássicas?
- (37) Receber-se-ão notícias nos próximos dias.

Ainda assim, quer se considere a ramificação proposta por Mendikoetxea (1999), quer se siga a unificação aqui proposta, é pertinente que comecemos por observar um aspeto comum às construções: a transitividade dos verbos que nelas podem figurar.

Independentemente de o predicador selecionar um argumento interno que funciona como complemento indireto/oblíquo, apenas os verbos que têm complemento direto surgem em estruturas passivas com SE. Isto porque, da variante ativa para a passiva, se verifica que y passa a ocupar a posição sintática de sujeito. Ora, não existindo y, a variante passiva não teria sujeito gramatical, o que seria aceitável apenas em contextos pragmáticos concretos (38). Do mesmo modo, x, que, conforme veremos, se manifesta sintaticamente como SE, é argumento imprescindível, pelo que estão excluídos das construções em análise verbos inacusativos (39).

- (38) \*/?Vendem-se<sup>8</sup>.
- (39) \*Morrem(-se).

Ribeiro (2011) explica as mudanças na linearidade frásica que se verificam na passagem da construção ativa para a passiva. Segundo a autora, a morfologia passiva — isto é, tanto o SE quanto o particípio passado (em passivas perifrásticas) — impede que x seja sujeito. Como consequência, a posição sintática fica vazia e com caso nominativo por atribuir, sendo, então, ocupada pelo argumento interno (SN), que tem a possibilidade de lhe ser atribuído caso acusativo impedida pelo SE<sup>9</sup>. Como se sabe, um argumento com realização

<sup>8</sup> Uma frase como estas seria aceite pelos falantes se estivesse escrita, por exemplo, numa banca na qual estão à venda livros. Num contexto como este, o sujeito passivo, complemento ativo, seria identificável pragmática, não linguisticamente.

<sup>9</sup> Na verdade, de acordo com a Hipótese Inacusativa (Burzio, 1986), o predicador, não selecionando papel temático externo, não pode atribuir caso acusativo.

fonética tem obrigatoriamente caso (Condição de Visibilidade; Chomsky, 1986), o que passa a verificar-se em estruturas de SE apassivador, com a atribuição de nominativo ao SN que era complemento direto da variante transitiva.

Contudo, embora o Agente/Experienciador não possa realizar-se como sujeito, a sua permanência na estrutura argumental é consensual. Se, em passivas perifrásticas, x pode realizar-se como complemento agente da passiva (SP)<sup>10</sup>; em passivas com SE, podemos inferi-lo de advérbios orientados para o Agente, orações subordinadas adverbiais finais e adjuntos instrumentais (Ribeiro, 2011)<sup>11</sup> (40a–c).

- (40) (a) Estragou-se o telefone **de propósito**.  
(b) Abriu-se a janela, **para arejar a sala**.  
(c) Arrombou-se a porta **com um pé-de-cabra**.

Não podemos, no entanto, compatibilizar o clítico apassivador com um complemento agente da passiva (41). Isto é explicado à luz do Critério Temático (Chomsky, 1981), em que se postula que a cada argumento pode ser atribuído um só papel temático e que cada papel temático pode ser atribuído a um só argumento. Assim, o Agente não poderá realizar-se simultaneamente como SE e como um complemento agente da passiva. Esta impossibilidade de coocorrência é, para Ribeiro (2011), prova de que o SE é manifestação de x, e, portanto, argumental.

- (41) \*Cada vez **se** compram mais casas em Portugal **por estrangeiros**.

Deste modo, percebemos que o SE desencadeia uma reorganização argumental do predicador (ou seja, é operador diatésico): faz que o SN complemento da variante ativa tenha de passar a desempenhar o papel sintático de sujeito da passiva. Demais, impede a realização do Agente noutros constituintes. Assim, tem sentido atribuir o sufixo agentivo *-dor* ao SE passivo, que passámos a designar SE apassivador, uma vez que o clítico é o agente da apassivação das estruturas em que entra.

Ora, tudo isto contribui para uma redução da transitividade (Vasconcelos, 2013). O argumento externo deixa de ser pleno e, como clítico, não tem «autonomia prosódica nem distribucional» (Ribeiro, 2011, p. 216).

Apesar das observadas mudanças sintáticas que se operam da variante transitiva para a passiva, no plano semântico verifica-se uma manutenção de características. Assim, tanto o sujeito (SN) ativo quanto SE são obrigatoriamente [+ humano] e predominantemente Agente. Do mesmo modo, o complemento direto (SN) ativo e o sujeito (SN) passivo são Tema.

As construções em que surgem sujeitos [+ humano] têm a sua interpretação dependente da posição do sujeito. Deste modo, se a posição for pré-verbal, a análise será

---

<sup>10</sup> A propósito do estatuto deste sintagma preposicional, Ribeiro (2011) assinala que há quem o considere adjunto, quem o tenha por argumento-adjunto (Grimshaw, 1990) e quem o defina como argumento (Duarte, 2003).

<sup>11</sup> Mendikoetxea (1999) mostra que, em espanhol, se discute a possibilidade de realização do sujeito nocal em passivas com SE, indicando alguns contextos que parecem favorecer esta materialização de x. Para a autora, o argumento externo deixa de estar presente, e as estruturas em análise são inacusativas. Em português, a possibilidade de realização simultânea do SE e de um SN/SP que manifeste x não é gramatical, o que, como vimos, favorece a tese de que x é expresso pelo SE (Ribeiro, 2011).

tendencialmente reflexa ou recíproca; se for pós-verbal, a análise será preferencialmente apassivadora, dado ser essa a posição de base do sujeito nessas construções (42a–b).

- (42) (a) Os assassinos identificaram-se.  
Favorecem-se as interpretações de «identificaram-se a si mesmos» e «identificaram-se um ao outro».
- (b) Identificaram-se os assassinos.  
Privilegia-se a análise de «foram identificados».

A propósito dos complementos das variantes transitivas, Mendikoetxea (1999, p. 1671) nota que tanto os «externos» quanto os «internos» (palavras da autora) são admitidos como sujeito em passivas com SE. Fala-se de complementos «externos» quando os verbos que os selecionam são semanticamente fortes e de complementos «internos» quando são os objetos que têm mais peso semântico, isto é, quando os verbos são leves (como *dar*) (43).

- (43) Atualmente, já não se dão tantos abraços.

Já a respeito do sujeito nocional, a autora aponta para a pouca delimitação que lhe é característica. Trata-se de um Agente de referência não identificável, pelo que, ao contrário dos dois tipos de SE anafórico, o apassivador não carece de antecedente. É dotado, antes, de capacidade referencial autónoma (Ribeiro, 2011).

Resumimos, abaixo, os traços predominantes do SE apassivador.

- É manifestação de x (logo, argumental), pelo que não é compatível com um complemento agente da passiva (também x), embora possa coocorrer com advérbios agentivos, orações finais e adjuntos instrumentais.
- É Agente/Experienciador/Beneficiário, [+ humano, – definido] e tem capacidade referencial autónoma.
- É operador diatéxico, porque faz que o complemento direto da construção ativa ocupe, na passiva, o lugar de sujeito, indeterminado, (predominantemente) pós-verbal, [– humano] e semanticamente Tema.
- Ocorre apenas com verbos que selecionam (pelo menos) complemento direto, sendo eles transitivos diretos ou bitransitivos.

#### 1.2.4 | O SE INDETERMINADOR

À semelhança do SE apassivador, o SE indeterminador tem capacidade referencial autónoma, isto é, não precisa de antecedente. Como tal, não é anafórico, afastando-se, pois, do SE reflexo e do SE recíproco. No entanto, é argumental. Trata-se, na verdade, da manifestação do argumento, externo ou interno (contextos inacusativos) do verbo que ocuparia a posição sintática de sujeito. Assim, o SE indeterminador desempenha o papel sintático de sujeito (Naro, 1976; Martins, 2003a), tendo caso nominativo. Matos (2003, pp. 836–837) usa precisamente a designação *se-nominativo*, o que se comprova com base na agramaticalidade da coocorrência do SE e de um pronome nominativo (44).

- (44) \***Ela** andou-se muito ontem.

Ora, esta ideia de que o SE é sujeito sintático não é unânime. Barbosa (1999, apud Ribeiro (2011)) e Sánchez López (2002, apud Ribeiro (2011)) defendem que o clítico, embora

seja sujeito semântico, não é sujeito gramatical, apontando algumas propriedades dos sujeitos plenos (SN) que o SE não verifica. Todavia, Ribeiro (2011, pp. 181–182) lembra que «o comportamento dos clíticos de obje[c]to directo e indire[c]to, [...] condicionado pela mesma necessidade de adjacência estrita ao predicador a que se agregam, não invalida que sejam considerados [...] manifestação sintá[c]tica dos argumentos a que estão associados». Já para Mendikoetxea, (1999, p. 1687) o clítico não é sujeito, tendo, antes, carácter de morfema verbal: «este elemento [o SE indeterminador] sigue teniendo el carácter de morfema verbal, al contrario que *on* [pronome francês], que es un elemento pronominal que ocupa la posición del sujeto gramatical».

Consideremos, porém, que o SE indeterminador é, de facto, sujeito sintático. Conforme Vasconcelos (2013) salienta, estamos perante um sujeito arbitrário e que equivale a pronomes indefinidos como *alguém*, *ninguém* e *todos* ou a locuções pronominais indefinidas como *toda a gente*. Esta equivalência é, na verdade, base de um argumento que Ribeiro (2011) invoca em defesa do comportamento sintático do SE como sujeito. A autora mostra que o clítico, sendo substituível pelos supracitados pronomes, não é compatível com eles (45). Essencialmente, a presença do SE indeterminador — da mesma forma que a existência do SE apassivador — impede a realização do sujeito notional noutro constituinte, pelo que o sufixo *-dor* tem a vantagem de dar conta de que o clítico é agente desta função indeterminadora de sujeito.

- (45) (a) Mandou-se uma carta à Maria, para lhe desejar as melhoras.  
 (b) Alguém (\*se) mandou uma carta à Maria, para lhe desejar as melhoras.

Ribeiro (2011) acrescenta que SE pode ocorrer em contextos de extração simultânea de clítico, à semelhança de um sujeito pleno (46a–b); que é substituível por um pronome pessoal nominativo, originando, no entanto, uma interpretação deítica (47a–b); e que concorda com a forma verbal, uma vez que a 3.<sup>a</sup> pessoa é a não marcada e o SE não tem marcas de pessoa-número.

- (46) (a) Não **se** trabalhou nem [-] descansou nada.  
 (b) **O Eduardo** não trabalhou nem [-] descansou nada.  
 (47) (a) Dançou-**se** muito naquela noite.  
 (b) **Ela** dançou muito naquela noite.

Semanticamente, Naro (1976) faz notar que o sujeito SE é [+ humano, 3.<sup>a</sup> pessoa, interpretação universal]. Comparando-o com um sujeito pleno, percebemos que, ao contrário do SN, o clítico não tem referência definida nem traços de número e género, é prosodicamente dependente do hospedeiro verbal e não ocupa a posição típica de sujeito. Ainda assim, o SE indeterminador não desencadeia mudanças na estrutura argumental do predicador: x (ou y em casos de verbo inacusativo) continua a desempenhar o papel sintático de sujeito, e os possíveis complementos verbais mantêm o seu estatuto de complemento. Não se trata, então, de um operador diatésico, ao contrário do SE apassivador.

No que toca às classes de verbo que podem apresentar-se em estruturas indeterminadoras, deixamos um quadro, baseado em Ribeiro (2011) e Mendikoetxea (1999), que sintetiza a estrutura temático-argumental dos predicadores verbais e outras características (Quadro 3).

Classe de verbo	SE indeterminador (sujeito, nominativo)	Exemplo
Inergativo	<u>x</u> , Agente	Em Lisboa, vive-se bem
Inacusativo	y, Tema Impossibilidade de verbos pronominais	Antigamente, morria-se mais cedo
Transitivo direto	<u>x</u> , Agente/Experienciador (O complemento, y, costuma ser pós-verbal, complemento direto, acusativo, Tema)	Vende-se livros usados

Quadro 3 | Características argumentais e semânticas dos verbos das estruturas indeterminadoras

Além destes verbos, podem surgir verbos transitivos indiretos, verbos bitransitivos e verbos que alternam entre um complemento SN e um SP (como *discutir* (Mendikoetxea, 1999, p. 1689)), suscitando, por vezes, interpretações diferentes.

Mendikoetxea (1999) dá ainda conta de dois contextos de estruturas transitivas de complementação oracional: os casos de verbo causativo ou de percepção (oração infinitiva) (48a–b) e os casos de verbos transitivos predicativos (oração sem verbo) (49a–b). Na presença de todos estes verbos, pode, em traços gerais, dar-se ou não a concordância, dependendo daquilo que se interpreta como complemento do verbo finito<sup>12</sup>, o que determinará se estamos perante uma estrutura apassivadora ou indeterminadora.

- (48) (a) Ainda se ouvem [<sub>Vinf</sub> ribombar] [<sub>SN</sub> os trovões].  
O complemento de *ouvir* é [<sub>SN</sub> os trovões] > construção apassivadora
- (b) Ainda se ouve [<sub>F</sub> [<sub>Vinf</sub> ribombar] [<sub>SN</sub> os trovões]].  
O complemento de *ouvir* é [<sub>F</sub> [<sub>Vinf</sub> ribombar] [<sub>SN</sub> os trovões]] > construção indeterminadora
- (49) (a) Consideram-se [<sub>SA</sub> irrefutáveis] [<sub>SN</sub> os argumentos].  
O complemento de *considerar* é [<sub>SN</sub> os argumentos] > construção apassivadora
- (b) Considera-se [<sub>F</sub> [<sub>SA</sub> irrefutáveis] [<sub>SN</sub> os argumentos]].  
O complemento de *considerar* é a oração pequena [<sub>SA</sub> irrefutáveis] [<sub>SN</sub> os argumentos]] > construção indeterminadora

Ora, se tivermos em consideração verbos (principais) transitivos com SE em que surge um SN singular pós-verbal, facilmente perceberemos que podem surgir duas interpretações (50–51).

- (50) Antigamente, vendiam-se mais jornais. > Quem vendia? (SE apassivador)
- (51) Antigamente, comia-se muito nesta casa. > Quem comia? (SE indeterminador)

Esta ambiguidade não está, naturalmente, presente em casos de SN plural pós-verbal. Nestes casos, se a forma verbal for empregada com flexão plural, estamos perante uma estrutura apassivadora; se a flexão for de 3.<sup>a</sup> pessoa do singular, a estrutura é

<sup>12</sup> Em bom rigor, a autora indica que, em estruturas transitivas predicativas em que o complemento direto é [+ animado], não pode verificar-se concordância entre a forma verbal e o SN.

indeterminadora. Por outras palavras, se houver concordância numeral entre verbo e SN, a construção é apassivadora (52); se não, é indeterminadora (53).

(52) Debateram-se temas importantes. > Foram debatidos temas importantes.

(53) Debateu-se temas importantes. > Alguém debateu temas importantes.

Martins (2003b, p. 164) aprofunda a relação entre SE apassivador e SE indeterminador, indicando que «[a] construção de *se* impessoal [nasce] de um processo de reanálise da construção de *se* passivo». Esta reanálise, segundo a autora, é favorecida pela omissão do Agente nas estruturas apassivadoras e pelos supracitados traço [- plural] e posição pós-verbal do SN, que passa a ser perspectivado como complemento, não como sujeito.

Notemos, contudo, que, de acordo com visões mais tradicionais, não haveria hipótese de ambiguidade SE apassivador/SE indeterminador. Cunha e Cintra (2016<sup>7</sup>, p. 30), por exemplo, associam o SE indeterminador apenas a «verbos intransitivos, ou [...] transitivos tomados intransitivamente». Outras gramáticas normativas apontam para a possibilidade de ocorrência de verbos transitivos indiretos em construções de sujeito indeterminado. Faz-se, assim, uma associação direta entre verbos transitivos diretos e bitransitivos e o SE apassivador e entre verbos transitivos indiretos e intransitivos e o SE indeterminador.

Para sumariar as ideias apresentadas nesta subsecção, deixamos uma lista das características das estruturas de sujeito indeterminado.

- O SE indeterminador, sujeito (nominativo), x/y, tem capacidade referencial autónoma.
- Este sujeito é [+ humano, 3.<sup>a</sup> pessoa, – definido] (Naro, 1976).
- Equivalendo a um pronome indefinido (ou a uma expressão pronominal indefinida), o SE não é compatível com ele, tal como não é compatível com pronomes pessoais nominativos.
- O clítico não é operador diatésico.
- Nestas estruturas, não existe concordância entre a forma verbal e o SN/SP, que desempenha, aqui, o papel de complemento.
- Estas construções derivam, por reanálise, das apassivadoras (Martins, 2003b).

### 1.2.5 | O SE INERENTE

Ao contrário de todos os tipos de SE que já foram analisados, o SE inerente — também designado *pseudo-reflexo*, *falso reflexo* e *reflexo inerente* — não é argumental. É esta a tese que defende Cinque (1988, pp. 574–575): «Whereas genuine reflexive/reciprocal clitics [...] are [+ arg], ergative [= SE decausativo] and inherent reflexive clitics [...] are [- arg].» Como será de esperar, o carácter não argumental do SE inerente faz que este tipo de clítico apresente propriedades diferentes das do SE reflexo. Vilela (1992) mostra-as, e nós deixamo-las sintetizadas no Quadro 4, abaixo (exemplos do autor, com ele lava-se» e «ele arrepende-se»).

Propriedade	Classe de SE	
	Reflexo	Inerente
Interrogação de um presumível complemento (CD/CI)	Gramatical (A) quem lava ele?	Agramatical *(A) quem arrepende ele?
Substituição por SN/SP pleno	Gramatical Ele lava o bebé	Agramatical *Ele arrepende o bebé
Coordenação com um SP pleno	Gramatical Ele lava-se a si e ao bebé	Agramatical *Ele arrepende-se a si e ao bebé
Modificação com um advérbio de exclusão, como <i>apenas</i>	Gramatical Ele lava-se apenas a si	Agramatical *Ele arrepende-se apenas a si
Duplicação com um pronome complexo <sup>13</sup>	Gramatical Ele lava-se a si mesmo	Agramatical *Ele arrepende-se a si mesmo

Quadro 4 | Distinção entre o SE reflexo e o SE inerente (com base em Vilela (1992))

À semelhança de Cinque (1988), Matos (2003, p. 843) afirma que «casos de clítico inerente [...] não estão associadas a [nenhuma] posição argumental ou de adjunto». A esta ideia, a autora acrescenta que o SE inerente não é uma partícula de transitivização. Nas palavras de Ribeiro (2011), não se trata de um operador diatélico, uma vez que não espoleta um processo de de transitivização. Se o clítico a desencadeasse, seriam possíveis frases como (54), ainda por de transitivizar.

(54) \*Os problemas zangaram-no. (> Ele zangou-se.)

Esta é, conforme teremos oportunidade de ver, uma característica do SE inerente que o avizinha do decausativo. De resto, Vilela (1992) alude a uma proximidade semântica entre as construções das duas classes de clítico: o sujeito, embora Experienciador em grande parte das construções inerentes (porque delas fazem parte verbos psicológicos), sofre, nos dois casos, a consequência do enunciado do verbo, aproximando-se, por isso, também do papel semântico Tema. No caso das estruturas inerentes, existe, segundo o autor, alguma atividade por parte do sujeito, que acaba por ser vítima involuntária da sua ação. Na verdade, o sujeito de alguns verbos, como *afastar-se* e *despedir-se* (exemplos de Vilela (*opus citatum*, p. 78)), depreende inclusivamente uma certa agentividade, podendo, então, ter o papel temático Agente.

Todavia, existem também dissimilaridades entre contextos inerentes e contextos decausativos. Com efeito, quando deparamos com construções decausativas, podemos encontrar uma variante transitiva e outra de transitivizada (mais concretamente, decausativizada) (55a–b). Isto acontece porque os verbos que surgem em estruturas como as de (55a–b) têm, na opção transitiva, um sujeito com papel semântico Causa. Já nas construções transitivas alternativas às inerentes, esta mesma Causa surge não como sujeito do verbo a que o clítico se associa, mas como sujeito do verbo causativo *fazer*,

<sup>13</sup> Esta propriedade foi acrescentada por nós. Lembremo-nos de que, segundo Ribeiro (2011), a frase exemplificativa com o verbo *lavar* seria agramatical, por estarmos diante de um verbo de ação corporal.

que tem como complemento oracional <(que) + SUJ + V<sub>SE</sub>> (56a–b). Fica assim claro que o sujeito do verbo de SE inerente não pode ser Causa.

- (55) (a) A trovoada estragou o telhado.  
(b) O telhado estragou-se com a trovoada.
- (56) (a) Os problemas fizeram que ele se zangasse.  
(b) Os problemas fizeram-no zangar-se.

Retomando a ideia de Cinque (1988) e Matos (2003), concluímos que o SE inerente não pode ser argumental, se percebermos que os verbos que podem surgir nestas construções — transitivos indiretos, frequentemente acompanhados de sintagma preposicional (Fonseca, 2010) — já têm o(s) seu(s) argumento(s) realizado(s). Vejamos os exemplos (57–58) e a estrutura argumental dos seus predicadores verbais.

- (57) A Rita divorciou-se.  
*divorciar*<sub>V</sub>: x ([<sub>SN</sub> A Rita], sujeito)
- (58) O Simão apaixonou-se pela Teresa.  
*apaixonar*<sub>V</sub>: x ([<sub>SN</sub> O Simão], sujeito), y ([<sub>SN</sub> a Teresa], complemento oblíquo)

Vasconcelos (2013) fala-nos de uma aproximação deste SE a um afixo verbal, sustentando a sua tese na gramaticalização do clítico, que surge associado ao verbo no léxico — daí termos adotado a designação *SE inerente*. Outro traço deste SE que aponta para o seu carácter quase afixal é indicado por Fonseca (2010, p. 57): «os pronomes clíticos não argumentais são os que mais tendem a ser omitidos em PB [= português do Brasil] [...] (uso opcional)[,] o que favorece a hipótese aqui defendida de que os clíticos pseudo-reflexos funcionem como quase afixos».

A opcionalidade do clítico, dependente dos verbos a que o SE se associa, (59) é, na verdade, uma das propriedades que a dita autora aponta ao SE inerente. A ela, juntam-se a impossibilidade de redobro com *a si mesmo* (60), a associação frequente a sintagmas preposicionais, o carácter não argumental.

- (59) Não gosto de pessoas que não (se) riem de si mesmas.  
(60) \*Ele irritou-se a si mesmo.

Não obstante, nem todos os verbos verificam esta facultatividade de clítico. Vasconcelos (2013) divide os verbos que aparecem em construções inerentes em:

- Verbos obrigatoriamente acompanhados de SE (*queixar-se, levantar-se,...*);
- Verbos opcionalmente acompanhados de SE (*ir-se [embora], rir-se,...*);
- Verbos com alternativa transitiva (*esquecer-se, lembrar-se,...*), podendo as alternâncias apresentar disparidades semânticas ténues («resolver-se a sair» vs. «resolver sair», por exemplo) ou claras («aplicar-se nos estudos» vs. «aplicar os estudos»).

No quadro abaixo (Quadro 5), resumimos as diferenças e as semelhanças entre a variante transitiva direta e a variante transitiva indireta dos verbos supracitados.

Características	Estrutura	
	Transitiva direta	Transitiva indireta
	O Zé esqueceu a senha.	O Zé esqueceu-se da senha.
Sujeito	O mesmo <u>x</u> [/y], Experienciador[/Tema]	
SE	Ausente	Presente/Ausente
Complemento	y, complemento direto (SN/F)	y, complemento oblíquo (SP/F <sup>14</sup> )

Quadro 5 | Síntese da relação entre a variante transitiva e a intransitiva

Por fim, frisamos que o SE inerente:

- Não é argumental nem operador diatésico.
- Aproxima-se dos afixos verbais, porque está gramaticalizado e associado ao verbo no léxico (Vasconcelos, 2013) e porque pode ter emprego facultativo (Fonseca, 2010).
- Não pode ser redobrado com *a si mesmo*.
- Surge (quase) sempre ligado a um SP e sempre a verbos transitivos indiretos, que podem ter clítico obrigatório, clítico opcional ou alternativa transitiva (Vasconcelos, 2013).
- Aparece associado a um sujeito Experienciador [ou Tema] (ou Agente).

### 1.2.6 | O SE DECAUSATIVO

Há quem defenda que, à semelhança do SE inerente, o decausativo (ou *anticausativo* ou *inacusativo*) tem um comportamento similar ao dos afixos. Mais concretamente, Matos (2003, p. 841) refere a proximidade entre este SE e os sufixos derivacionais: «A sua [= do SE decausativo] função é fundamentalmente a de destransitivizar o verbo principal a que se associa, comportando-se deste modo com um sufixo derivacional destransitivizador.» Nesse sentido, seria o SE a bloquear a atribuição de papel temático externo (neste caso, Causa) e, conseqüentemente, a impedir a realização de um complemento direto, que, de acordo com a Hipótese Inacusativa (Burzio, 1986), não poderia ter caso acusativo (61a–b). Notemos, contudo, que a causa externa pode surgir como adjunto — de acordo com Ribeiro (2011), na forma de SP (62), oração causal (63) ou oração temporal-causal (64).

- (61) (a) A corrente de ar fechou a porta.  
 (b) \*A corrente de ar fechou-se a porta.
- (62) A porta fechou-se **com a corrente de ar**.
- (63) A porta fechou-se, **porque estava corrente de ar**.
- (64) A porta fechou-se, **quando a corrente de ar se intensificou**.

Na verdade, Ribeiro (*ibidem*) defende que o SE, embora assinala mudanças na estrutura argumental — isto é, seja um marcador diatésico —, não as opera. Segundo a autora, a opcionalidade de SE em certos contextos mostra que, nesses mesmos contextos, o clítico não é indispensável à destransitivização; se fosse, a sua ausência não permitiria que as estruturas decausativas fossem gramaticais (65). No entanto, esta ideia não invalida que,

<sup>14</sup> O complemento oracional pode, contudo, ser introduzido por uma preposição («O Zé esquece-se [de] que tinha mudado de senha») e não tem caso.

nos casos em que é obrigatório, o clítico seja operador diatésico, imprescindível no processo de detransitivização.

(65) A porta abriu. > A ausência de SE não impede a gramaticalidade.

Vasconcelos (2013) sublinha esta variação, indicando que o SE decausativo pode ser obrigatório (*assustar-se*, por exemplo), proibido (*engordar*, exemplo da autora (*opus citatum*, p. 25)) ou facultativo (*derreter-se*) e que a sua variação está associada sobretudo a verbos de mudança de estado físico (designação de Ribeiro (2011)) (66a–b). Além destes, existem os verbos de mudança de estado psicológico e os de mudança de estado sociocultural (como *globalizar-se*, exemplo de Ribeiro (*opus citatum*, p. 254)).

(66) (a) O gelado já (se) derreteu. > mudança de estado físico  
(b) Os miúdos comoveram\*(-se). > mudança de estado psicológico

Seja qual for a natureza semântica do verbo, para que ele possa surgir em contextos decausativos, tem de pertencer à classe dos verbos de alternância causativa. Trata-se de verbos que aceitam uma construção transitiva causativa e uma intransitiva (inacusativa) decausativa. De acordo com o Princípio da Uniformidade Lexical — «Cada conceito verbal corresponde a uma entrada lexical com uma estrutura temática» (Duarte, 2003, p. 517) —, as duas estruturas, transitiva e intransitiva, fazem parte de uma só entrada lexical. A diferença entre elas é explicada à luz da redução do argumento externo do verbo. Nesse sentido, entendemos que as construções decausativas derivam, por Redução, das causativas. Fica, assim, explicado porque adotámos a designação *SE decausativo*.

No Quadro 6, sistematizamos, seguindo Ribeiro (2011) e Vasconcelos (2013), o processo de decausativização e certos traços semântico-sintáticos dos argumentos verbais.

Propriedades	Estrutura	
	Transitiva causativa	Intransitiva decausativa
Classificação do verbo	Transitivo	Inacusativo (o sujeito é y)
Sujeito	<u>x</u> Causa(/Agente)	y Tema (mudança física/sociocultural) Experienciador (mudança psicológica) <sup>15</sup> Sobretudo pré-verbal e [+ determinado]
Complemento direto	y Tema (mudança física/sociocultural) Experienciador (mudança psicológica)	-----
Causa	Sujeito (argumento)	Modificador (adjunto, SP/oração causal/oração temporal-causal)

Quadro 6 | Resumo das propriedades das estruturas causativas e das decausativas (Ribeiro (2011); Vasconcelos (2013))

<sup>15</sup> Conforme Vasconcelos (2013) assinala, o Tema está totalmente dependente da causa externa. Já o Experienciador, segundo Sánchez López (2002, apud Ribeiro (2011)), é [+ animado] e apresenta um certo grau de responsabilidade.

Esta mudança de posição do argumento interno, que passa de complemento direto a sujeito, é explicada por Ribeiro (2011). A autora mostra que, na estrutura argumental da construção decausativa, existe apenas um argumento: *y*. Assim, fica claro que o verbo não seleciona argumento externo, o que, de acordo com a Hipótese Inacusativa (Burzio, 1986), implica que não possa atribuir acusativo ao argumento interno. Ora, como já vimos, todos os argumentos SN precisam de caso para serem interpretados sintaticamente. Assim, *y* não pode ficar na posição de complemento direto, que não tem caso, e move-se para a posição de sujeito, que recebe nominativo das marcas [+ flexão].

A «nova posição» do argumento interno é uma característica que permite aproximar as estruturas decausativas das apassivadoras. No entanto, há duas diferenças básicas que afastam as construções. Por um lado, o SE apassivador não é compatível com o complemento agente da passiva, porque ambos correspondem à manifestação sintática de  $\underline{x}$ , ao passo que o SE decausativo pode coocorrer com uma realização adjunta da causa externa, o que mostra que o clítico não é manifestação de  $\underline{x}$  (logo, não é argumental, porque *y* se manifesta no sujeito) (67a–b). Por outro lado, se o SE apassivador nunca pode ser suprimido, há contextos que permitem a omissão do SE decausativo (68a–b).

- (67) (a) \*Descobriram-se espécies em 2023 **pelos biólogos**. (SE apassivador)  
 (b) O chapéu de chuva estragou-se **com o vento**. (SE decausativo)  
 (68) (a) Estes livros encontraram\*(-se) na arrecadação. (SE apassivador)  
 (b) A carne descongelou(-se) em trinta minutos. (SE decausativo)

Matos (2003) apresenta outra propriedade do clítico decausativo que permite dar conta do seu estatuto não argumental. Trata-se da estratégia de redobro, marginal, na qual o pronome complexo surge não numa posição argumental, mas numa posição de adjunto, denotando causa interna e podendo compatibilizar-se com um adjunto de causa externa (69–70).

- (69) «\*O barco virou-se *a si próprio*.»  
 (70) «(?)O barco virou-se *por si próprio* por causa da tempestade.»

Demais, a autora, discorrendo sobre os verbos de clítico decausativo obrigatório, indica que, em linhas gerais, o SE decausativo pode surgir em contextos de extração simultânea de clítico apenas quando existe um verbo auxiliar integrado no primeiro membro coordenado. Este verbo auxiliar, a que o clítico se associa, é omitido na segunda oração coordenada, pelo que o SE também é elidido (71–72)<sup>16</sup>.

- (71) O barco não se tinha partido nem [-] virado com o temporal.  
 (72) Penso que o barco se partiu e \*(se) virou com o temporal.

Abaixo, surgem inventariadas as principais características do SE decausativo.

- Não é argumental ( $\underline{x}$  realiza-se, facultativamente, como adjunto, e *y* é o sujeito).
- Marginalmente, pode ser redobrado com um pronome complexo em posição de adjunto.
- É sempre marcador diatésico, mas nem sempre operador.

<sup>16</sup> Os exemplos (69–70) são de Matos (2003, p. 842), e os (75–76) são adaptados (*idem, opus citatum*, p. 843).

- Pode ser obrigatório, opcional ou proibido e associa-se a verbos de mudança de estado (físico/psicológico/sociocultural), obrigatoriamente de alternância causativa.
- Surge em estruturas intransitivas (inacusativas) decausativas, alternativas das estruturas transitivas, pertencendo ambas as construções a uma só entrada lexical (Princípio da Uniformidade Lexical).

### 1.3 | SÍNTESE DOS VALORES DE SE

Nesta secção, apresentamos um quadro-resumo das propriedades de cada valor de SE que se realçam (Quadro 7), de modo que concluamos o primeiro capítulo deste trabalho.

Valor do SE		Características principais	
ARGUMENTAL	ANAFÓRICO	REFLEXO	Pode redobrar-se com <i>a si mesmo/a si próprio</i>
		RECÍPROCO	É referencialmente coincidente com o sujeito, que é seu antecedente numa cadeia anafórica
			É manifestação do argumento interno (y) e complemento do verbo Liga-se a verbos transitivos
	IMPessoAL	APASSIVADOR	Pode redobrar-se com <UM + preposição + OUTRO>
			É manifestação do argumento externo ( <u>x</u> ) É operador diatésico Não é compatível com complementos agentes da passiva Surge associado a verbos transitivos diretos ou bitransitivos
		INDETERMINADOR	Tem capacidade referencial autónoma É manifestação de <u>x</u> ou de y, dependendo das propriedades do verbo Não é operador diatésico Não é compatível com pronomes pessoais nominativos nem com pronomes e expressões pronominais indefinidos Surge associado a verbos transitivos (diretos, indiretos ou predicativos) ou bitransitivos (Ribeiro, 2011)

Quadro 7 | Resumo das propriedades dos seis valores de SE

Valor do SE		Características principais
NÃO ARGUMENTAL	INERENTE	<p>Não pode ser redobrado com <i>a si mesmo/a si próprio</i></p> <p>Não é operador diatésico</p> <p>É obrigatório ou facultativo</p> <p>A construção em que surge pode, em alguns casos, ter alternativa transitiva</p> <p>Une-se a verbos transitivos indiretos (que selecionam frequentemente um SP)</p>
	DECAUSATIVO	<p>Pode ser redobrado, marginalmente, com um pronome complexo adjunto e coordenado, opcionalmente, a um adjunto de causa externa</p> <p>É marcador diatésico e, nos contextos em que é obrigatório, operador diatésico</p> <p>É obrigatório, facultativo ou impossível</p> <p>Une-se a verbos de alternância causativa, surgindo em estruturas intransitivas (inacusativas) decausativas</p>

Quadro 7 | Resumo das propriedades dos seis valores de SE

## 2 | O CLÍTICO SE DE ACORDO COM A NORMA

Observados e descritos os tipos de SE, poderemos debruçar-nos no segundo bloco temático deste trabalho, sobre algumas questões de norma. Assim, neste capítulo, faremos, em primeiro lugar (2.1–2.4.), uma breve apresentação daquilo que se entende por norma linguística e aludiremos à sua importância no âmbito da aprendizagem da língua e no da revisão textual. Seguidamente (2.5.), analisaremos aquilo que diferentes instrumentos normativos (manuais, gramáticas, textos académicos, livros não especializados, um prontuário e o *corpus CETEMPúblico*) indicam a respeito do SE associado a cinco verbos concretos, nomeadamente *lavar-se*, *casar-se*, *magoar-se*, *estrear-se* e *afundar-se*.

### 2.1 | A NORMA E A SUA IMPORTÂNCIA

De forma simplificada, podemos afirmar que existem duas grandes perspetivas no que diz respeito à língua: a descritiva e a normativa.

A primeira, centrada nos juízos dos falantes, defende uma maior flexibilidade da língua. Os descritivistas trabalham, pois, com a ideia de variação (diacrónica, diatópica, diafásica, diastrática), deixando de lado a ideia de que existe um só modo certo de usar a língua. Assim, preterem os conceitos de *pureza linguística* e *correção*, privilegiando a descrição do uso factual da língua, não do seu uso abstrato ou ideal.

Já a segunda visão apresenta um carácter mais rígido, valorizando aquilo que entende ser o bom uso da língua. De acordo com esta perspetiva, sustentada muitas vezes nos designados «bons autores», não serão os falantes a definir o que faz ou não parte da língua, mas a língua em si. Simplificando, se está determinado — por fatores como o «passado histórico», a «conservação das características linguísticas» e, mais afastada da natureza linguística, uma vertente «sociocultural»<sup>17</sup> — que certa estrutura não respeita as «leis» da língua, essa estrutura será proscribida, independentemente de os falantes a aceitarem. Trata-se, pois, de uma visão mais estanque da língua.

Expostos os comportamentos das duas perspetivas, será de esperar que a normativa levante alguns problemas, que podemos dividir em dois grupos: aqueles que abalam os estudiosos da língua e aqueles que têm repercussões nos falantes. Em relação aos primeiros, podemos aludir à ideia de que os juízos de valor não contribuem para a compreensão da língua e à tese de que a valorização de uma variante com base em critérios socioculturais se afasta do domínio da linguística. Por seu turno, os falantes, ao serem expostos a textos normativos, poderão ficar com a ideia de que não é possível dar conta de tudo aquilo que os puristas consideram errado, sobretudo no que toca ao desempenho (*performance*) linguístico.

Contudo, a fixação de regras orientadoras revela-se muitas vezes útil. Na verdade, não são apenas as propostas tantas vezes difundidas por meio de livros, rubricas, programas televisivos ou páginas da *internet* que pretendem auxiliar os falantes. Quer seja normativa, quer seja descritiva, a gramática explícita<sup>18</sup> propõe-se regular o uso da língua.

---

<sup>17</sup> Fatores indicados por Mateus (2005, pp. 13–15).

<sup>18</sup> O termo *gramática explícita* diz respeito à transposição da gramática implícita (isto é, o sistema mental dos falantes que compreende as regras de uma língua que dominam) para um conjunto de princípios sistematizadores. É o que encontramos, por exemplo, em gramáticas impressas.

É, pois, graças a esta explicitação que compreendemos, por exemplo, que, em frases como «A Maria comprou um carro», o sintagma nominal [o carro] desempenha a função sintática de complemento direto. Sem esta espécie de leis linguísticas, o estudo e o ensino da gramática ficariam gravemente em risco. Trataremos desta ideia com mais pormenor na próxima secção.

## **2.2 | A NORMALIZAÇÃO COMO FERRAMENTA DE ENSINO**

Começemos por atentar na seguinte frase de Mateus (2005, p. 15): «Todas as variedades nacionais possuem a sua norma-padrão de que a escola é a principal depositária.» Aqui, não falamos apenas do componente gramatical presente no programa das disciplinas em que se ensinam línguas. Apesar de a gramática explícita, nos seus mais diversos domínios — sintaxe, morfologia, semântica —, ser, como já vimos, veiculada na escola, é também frequente que os alunos tenham de enfrentar correções de escrita e oralidade levadas a cabo pelos professores. É, demais, comum que, em provas escritas, os estudantes vejam as suas grafia e pontuação alvo de correção e, em caso de erro, penalização.

Trata-se de um comportamento que pretende, mais do que tudo, que os falantes convirjam no conjunto de estruturas e regras que podem e devem ser aplicadas. É esta, na verdade, a principal vantagem de podermos contar com regras fixas: a comunicação com pressupostos comuns. No entanto, se, por um lado, não será difícil compreender que não seria viável uma língua para a qual cada falante tivesse as suas próprias regras, por outro, conseguimos entender que o purismo linguístico condena estruturas da língua que não só não põem em causa a comunicação como podem facilitá-la<sup>19</sup>.

Em suma, consideramos que, embora a norma possa levantar alguns problemas, a fixação de regras é indispensável ao bom funcionamento da língua — como, na verdade, ao de qualquer organismo —, seja para a compreender, seja para a organizar.

Nesse sentido, é imprescindível que os falantes tenham disponíveis materiais que possam elucidá-los a respeito do modo como a língua está estruturada. Falamos, então, de gramáticas explícitas, mas também de prontuários, manuais de Português, livros de preparação para os exames nacionais, livros que pretendem veicular o bom português e recursos disponíveis na Internet. Presumimos que, quaisquer que sejam as suas motivações, quando os recetores destes textos os procuram, esperam encontrar respostas definitivas, mais ou menos apoiadas de argumentos e exemplos. No entanto, conforme teremos oportunidade de observar na próxima secção, nem sempre este objetivo será cumprido. Por outras palavras, a própria norma apresenta variação.

## **2.3 | A VARIAÇÃO DENTRO DA NORMA**

Como já vimos, a normalização linguística pretende organizar a língua e apresentar formulações assertivas e indiscutíveis do género «x é y» ou «x é errado, y é certo». Trata-se, pois, de «leis» que, em princípio, não admitiriam discussão. Assim, espera-se que a norma seja unânime, uma vez que, quanto mais rígidas forem as instruções, mais segurança sentirá quem as seguir.

---

<sup>19</sup> A propósito desta ideia, vejam-se, por exemplo, as palavras que nos chegam de outras línguas e que, apesar de serem tantas vezes proscritas pelos mais puristas, acabam por ser compreendidas por um número maior de pessoas do que aquele que entenderia a alternativa vernácula proposta pelos normativos.

Com efeito, acreditamos que grande parte dos falantes que recorrem a instrumentos de normalização linguística procura respostas inequívocas. Está, pois, à espera de um esclarecimento que lhe permita saber sempre (ou, pelo menos, quase sempre) como funciona determinado aspeto da língua.

Na verdade, sabemos que, entre muitos, é recorrente a ideia — aqui, simplificada — de que «a gramática e/ou a linguística é a matemática das letras». Por outras palavras, se existe apenas um resultado certo para uma operação matemática, existirá também apenas uma forma de analisar certa estrutura linguística, de acordo com a norma.

Não obstante, existem provas irrefutáveis de que, até dentro do prisma normativo, existe variação. Mais à frente, teremos a oportunidade de aplicar esta ideia de disparidade aos verbos com emprego do clítico SE, analisando materiais que não têm pendor doutrinário daquilo que é a «língua pura». Falamos, então, de instrumentos de explicitação da gramática. Todavia, também nos textos que se propõem ensinar o «bom português» aos falantes, existe discordância.

Como exemplo, podemos analisar o caso de um antónimo de *envergonhado*. No caso de um falante querer saber se é correto empregar — escrita ou oralmente — a palavra *desenvergonhado* (formada pela junção do prefixo *des-* ao adjetivo *envergonhado* e, por isso, mais transparente), dependendo dos materiais que consultar, poderá ficar sem uma resposta definitiva.

Sandra Duarte Tavares considera que o correto é *desavergonhado*, uma vez que *desenvergonhado* não estaria consagrado nos dicionários. Assim, qualquer ouvinte da edição de 6 de abril de 2015 da rubrica radiofónica *Pontapés na Gramática*, da estação Antena 3, poderia ficar com a ideia de que, segundo a norma, *desenvergonhado* não deve usar-se. Trata-se de uma ideia que a linguista reitera no seu livro *Pontapés na Gramática*, escrito em colaboração com Joana Dias, radialista da Antena 3.

Substitua o adjetivo «descarado» por um sinónimo na frase.

«O rapaz que conheci ontem era muito descarado.»

(a) O rapaz que conheci ontem era muito desavergonhado.

(b) O rapaz que conheci ontem era muito desenvergonhado.

A resposta correta é a opção (a) [...].

O adjetivo *desavergonhado* corresponde ao participípio passado do verbo *desavergonhar* e designa alguém descarado, malcriado, que não tem vergonha (Duarte Tavares & Dias, 2013, p. 60).

Ora, Helder Guégués, no seu blogue *Linguagista*, contraria amplamente o argumento referente à ausência de atestação dicionarística, apresentando um sem-números de dicionários que consagram *desenvergonhado*:

Ora, o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa, o *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* coordenado por José Pedro Machado, o *Dicionário da Língua Portuguesa* da Porto Editora, o *Prontuário Ortográfico e Guia da Língua Portuguesa*, de Magnus Bergström e

Neves Reis, o *Vocabulário da Língua Portuguesa*, de Rebelo Gonçalves, a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo, o *Novo Dicionário Crítico e Etimológico da Língua Portuguesa*, de Constâncio, entre outros, consagram-no, além de inúmeros escritores (Guégués, 2015).

Também o *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa* — portal cibernético — apresenta um texto, da autoria de Tavares Louro, em que se defende o emprego de *desenvergonhado*. Nele, o autor aponta os significados de «pessoa desinibida ou sem acanhamento» (Tavares Louro, 2005) ao adjetivo.

O que vimos é apenas um exemplo do modo como nem sempre os normativos estão de acordo. Como consequência, poderia deduzir-se que o mais indicado seria os falantes contrastarem opiniões, cruzando o mais número de fontes possível. Trata-se, porém, de um trabalho ideal, mas não prático nem realista, visto que partimos do princípio de que a grande parte dos consultores de textos prescritivos se socorre de uma só fonte.

Ora, como já referimos, não são apenas os textos como estes, que têm por objetivo corrigir os falantes, que apresentam oscilações e, por isso, merecem ser discutidos. Também as gramáticas, os manuais de Português e os prontuários não reúnem unanimidade em tudo aquilo que faz parte da explicitação da língua.

Antes de nos debruçarmos nestes instrumentos de normalização, apresentaremos, na próxima secção, um breve apontamento a respeito das diferenças entre livros como *Pontapés na Gramática* e os materiais destinados a alunos e professores de Português.

## 2.4 | AS DIFERENTES FORMAS DA NORMA

Se analisarmos o termo *norma linguística* de forma ampla, concluiremos que nele está inerente uma vertente orientadora. Assim, de forma geral, podemos afirmar que todos os instrumentos que observámos se inserem no domínio deste conceito. Tanto gramáticas, manuais e prontuários quanto textos que pretendem dar conta do «bom uso da língua» têm por principal objetivo organizar a língua.

No entanto, os objetos em que incidem e o modo como se propõem chegar à dita arrumação são díspares. Se, por um lado, em instrumentos como gramáticas e prontuários, encontramos a sistematização das regras de funcionamento da sintaxe, da morfologia, da semântica, por outro, os textos não especializados centram-se em palavras ou expressões concretas, embora possam apoiar-se em argumentos gramaticais. Resumidamente, podemos afirmar que os textos de estudo normativos se propõem organizar a língua com base em princípios gerais, ao passo que instrumentos como os dicionários publicados por revisores se concentram em questões mais particulares.

Também a linguagem empregada nos instrumentos apresenta contrastes. Em gramáticas, manuais e prontuários, deparamos com designações próprias dos níveis de análise gramaticais, o que exige alguns conhecimentos na área. Podemos, então, afirmar que este género de textos se destina a um público mais especializado: sobretudo a estudantes da língua (quer sejam da área da Linguística ou de Português). Já os leitores-alvo de textos como os que encontramos em *Dicionário de Erros Frequentes da Língua*, de Manuel Monteiro, ou em *500 Erros mais Comuns da Língua Portuguesa*, de Sandra Duarte Tavares, são, em princípio, todos os falantes. Neles, embora possamos observar

explicações que convocam termos próprios da linguística, é notório o privilégio de uma linguagem mais simplificada. Existem, inclusivamente, casos em que uma designação gramatical surge acompanhada de explicitação. Na entrada de *Docíssimo*, Monteiro (2015, p. 48) refere, entre parênteses, que «o superlativo absoluto» é «o grau máximo que o adjetivo pode exprimir».; Duarte Tavares (2015, p. 129), a respeito de «Há dois anos atrás», indica que se trata de «um pleonasma, isto é, uma ideia repetida».

Em suma, embora tanto gramáticas quanto textos «corretores» (isto é, textos que pretendem apagar o uso de certas formas em detrimento de outras) se dediquem a uma formalização da língua, os seus objetivos e objetos não são coincidentes.

## 2.5 | ALGUNS CASOS CONCRETOS

Nesta secção, daremos conta do principal objeto de estudo da segunda parte do trabalho, isto é, observaremos o modo como alguns verbos a que se junta o clítico SE são descritos em diferentes textos normativos. Com isto, seremos capazes de discutir as informações veiculadas, dadas as suas disparidades, e sobretudo de expor algumas fragilidades da norma.

Antes de mais, deixamos, no quadro abaixo, uma síntese dos valores que podemos encontrar em cada uma das obras que consultámos (Quadro 8).

Instrumento consultado	Valor do SE					
	Ref.	Rec.	Apass.	Indet.	Iner.	Dec.
<i>Prontuário da Língua Portuguesa</i>	✓	✓	✓	✓	×	×
<i>Da Comunicação à Expressa — Gramática Prática de Português</i>	✓	✓	✓	✓	✓	?
<i>Gramática Moderna da Língua Portuguesa</i>	✓	✓	✓	✓	✓	×
<i>Nova Gramática do Português Contemporâneo</i>	✓	✓	✓	✓	✓	?
<i>Gramática do Português</i>	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<i>Moderna Gramática Portuguesa</i>	✓	✓	✓	✓	✓	×
<i>Com Textos</i>	✓	✓	✓	✓	✓	×
<i>Preparação para a Prova Final 2014: Português</i>	✓	✓	✓	✓	×	×

Quadro 8 | Presença das classes de SE em instrumentos normativos

Notemos que o valor decausativo é frequentemente omitido<sup>20</sup>, o que se revelará relevante mais à frente (cf. 2.5.5.)

Dos verbos de que trataremos, e que foram escolhidos de modo que déssemos conta de discussões recorrentes na norma (*casar-se* e *estrear-se* sobretudo) e de diferentes valores do SE, fazem parte *lavar-se*, *casar-se*, *magoar-se*, *estrear-se* e *afundar-se*.

### 2.5.1 | O VERBO *LAVAR-SE*

No que toca ao verbo *lavar-se*, poderemos identificar duas características que merecem a nossa atenção. A primeira diz respeito ao valor do clítico em frases como (73). O segundo

<sup>20</sup> Os pontos de interrogação assinalam contextos em que o SE decausativo parece ficar implícito.

diz respeito à possibilidade de redobro com pronome complexo (74) ou de prefixação com *auto-* (75).

- (73) A rapariga lava-se todos os dias.
- (74) A rapariga lava-se a si mesma todos os dias.
- (75) A rapariga autolava-se todos os dias.

Em princípio, ao SE da frase (1), é apontada uma interpretação reflexa. É o que encontramos, por exemplo, em Ribeiro (2011, p. 101), que enquadra *lavar* nos verbos empregados em estruturas reflexas, atribuindo-lhe o valor semântico de verbo «de cuidado e embelezamento corporal». Trata-se, pois, de um verbo que está inscrito na esfera das «estruturas de ação corporal» (*idem, opus citatum*, p. 105). Também Fonseca (2010, p. 21), invocando Vilela (1992), indica que «[...] um V[erbo] reflexo, neste caso, o verbo *lavar-se*, [...] difere de um V[erbo] pseudo-reflexo» e sistematiza algumas das diferenças entre os verbos — sistematização essa que já mostrámos na subsecção 1.2.5.

Com efeito, parece fazer sentido uma interpretação com a exibida em (76), isto é, uma visão que faz coincidir referencialmente o sujeito do verbo *lavar-se* e o clítico SE. Em linhas gerais, o sujeito nocional lava e é lavado, tal como o complemento direto nocional.

- (76) A rapariga<sub>i</sub> lava-se<sub>j</sub> todos os dias.

No entanto, apesar de esta interpretação parecer consensual, não é unânime. É essa a conclusão a que chegamos com a consulta da *Gramática Moderna da Língua Portuguesa* (2010), da Escolar Editora. Na subsecção «Pronome pessoal», do capítulo «IV – Morfologia e classes de palavras», pode ler-se, a propósito do valor inerente do SE, que «o pronome *se* pode integrar o verbo» (p. 205). Logo em seguida, na mesma página, são apresentados dois exemplos, que aqui deixamos transcritos em (77) e (78).

- (77) «Levantou-se cedo. [verbo levantar-se].»
- (78) «Lavou-se e saiu de casa. [verbo lavar-se].»

Deixando de lado o exemplo (77), verificamos que (78) tem, *a priori*, um problema que não está relacionado com a classificação semântica do clítico. Na verdade, a ideia de que o SE inerente faz parte da entrada lexical do verbo, dada a sua gramaticalização, é algo que já mostrámos em 1.2.5., embora Fonseca (2010), por exemplo, frise que nem sempre a presença do clítico é obrigatória. De qualquer modo, a informação que surge entre parênteses retos, na gramática, parece dar conta disso mesmo, ao indicar, de forma mais ou menos implícita, que o verbo se apresenta sempre acoplado ao SE.

Assim, apesar de podermos defender a lógica que está por trás da nomeação do verbo, não podemos deixar de considerar que, seja qual for o valor do clítico, é possível cristalizar a sua presença em formulações análogas a (77) e (78). Vejamos (79–82), todos os exemplos com classes diferentes de SE.

- (79) Os irmãos abraçaram-se em sinal de reconciliação. [verbo *abraçar-se*] > valor recíproco.
- (80) Distribuíram-se livros pelos mais necessitados. [verbo *distribuir-se*] > valor apassivador.
- (81) Deve estudar-se muito antes dos exames. [verbo *estudar-se*] > valor indeterminador.

- (82) O gelado do meu filho derreteu-se com o calor. [verbo *derreter-se*] > valor decausativo.

Todos os exemplos de cima mostram que é possível associar o clítico ao verbo sem que isso indique necessariamente que o SE faz parte da entrada lexical do verbo. Como consequência, devemos perguntar-nos, em termos simplificados, «o verbo em causa é *lavar* ou *lavar-se*?».

Essencialmente, aquilo que queremos discutir é se o clítico tem, de facto, valor inerente. Para isso, convém recordarmos quatro características básicas deste valor de SE. São elas as seguintes:

- O clítico faz parte da entrada lexical do verbo, quando é obrigatório;
- Os verbos em que figura são transitivos indiretos, exigindo um complemento oblíquo (realizado por um SP);
- O clítico não é argumental;
- Não é compaginável com o redobro com o pronome complexo *a si mesmo*.

Começemos pela ideia, debatida acima, de que o SE inerente obrigatório integra a entrada lexical do verbo a que se associa. Em linhas gerais, isto significa que a forma verbal tem sempre de ser empregada com o SE ou, em casos de alternância transitiva, com um complemento direto. Não é, pois, possível que, independentemente da presença de um complemento oblíquo, o verbo assumira um comportamento simultaneamente intransitivo e não pronominal. É o que podemos observar em (83). Com o verbo *lavar*, o mesmo parece verificar-se em (84). Demais, tanto *esquecer* quanto *lavar* podem surgir em estruturas gramaticais, quando selecionam um complemento direto (85-86).

- (83) O Afonso esquece\*(-se) (da carteira) todos os dias.

- (84) A rapariga lava\*(-se) todos os dias.

- (85) O Afonso esquece a carteira todos os dias.

- (86) A rapariga lava a cabeça todos os dias.

Interessa, no entanto, observar que existem diferenças no que toca à comparação entre as variantes transitivas diretas e as pronominais. Na verdade, enquanto, em (83) e (85), o argumento [<sub>SN</sub> a carteira] pode manifestar-se tanto na presença quanto na ausência do SE — como complemento oblíquo e como complemento direto, respetivamente, mas com o mesmo papel temático —, em (84), o SN [a cabeça] só pode compatibilizar-se com o clítico se ganhar outro papel semântico, como o de locativo, por exemplo, não sendo, na verdade, um argumento do verbo, mas um adjunto (87).

- (87) A rapariga lava-se na cabeça todos os dias.

Em linhas gerais, isto significa que o objeto de *esquecer* se mantém, independentemente da sua categoria sintática, nas variantes transitiva e pronominal, ao passo que o objeto de *lavar* é diferente mediante o comportamento do verbo. O SE de *lavar-se* bloqueia, pois, a hipótese de «aquilo que é lavado» se concretize como outro complemento do verbo, o que indicia que o clítico é, na verdade, o objeto direto do verbo. Ora, como já vimos no capítulo 1, o SE inerente não desempenha o papel sintático de complemento direto. Está, assim, observado o primeiro argumento contra a tese de que *lavar-se* tem um clítico inerente.

A propósito da transitividade dos verbos que figuram em estruturas de SE inerente, devemos notar que, estando presente o clítico, é exigido um complemento oblíquo, que pode, no entanto, ficar omissivo, conforme mostramos em (88–89).

(88) O João apaixonou-se pela melhor amiga.

(89) O João apaixonou-se.

Por outras palavras, o uso pronominal do verbo é simultaneamente transitivo indireto. Ora, o complemento oblíquo desse predicador verbal tem a categoria sintática de sintagma preposicional. Como tal, a consulta de um dicionário de regimes verbais torna-se útil, podendo elucidar-nos a respeito da preposição ou das preposições que podem encabeçar o dito complemento oblíquo.

Neste trabalho, socorremo-nos do *Dicionário Prático de Regência Verbal* (Luft, 2008<sup>8</sup>), no qual encontramos os termos *TDpI* e *TDp(I)* — isto é, *transitivo direto pronominal e indireto*<sup>21</sup> e *transitivo direto pronominal (e indireto)*<sup>22</sup>, respetivamente — como descritivos do comportamento dos verbos a que se associa o SE inerente. Todavia, trata-se de designações problemáticas, desde logo porque, como defendemos, o clítico inerente não é nem pronominal nem complemento direto do verbo. De qualquer modo, o que nos interessa é sobretudo a transitividade indireta.

Vejam os que nos indica o dicionário a respeito de um verbo cuja ligação ao clítico inerente nos é conhecida. Em relação a *aborrecer(-se)*, Luft (2008<sup>8</sup>, p. 24) postula que o verbo pode ter, entre outros, comportamento «**TDp(I):** *aborrecer-se (com, de...)*. Enjoar-se; enfastiar-se» e «**TDpI:** *aborrecer-se com... Zangar-se; irritar-se*». Fica assim claro que o complemento oblíquo de *aborrecer-se* é introduzido pela preposição *com* (ou *de*).

Já na entrada de *lavar*, o que encontramos a propósito de usos pronominais e transitivos indiretos é o seguinte: «**TDp(I):** *lavar-se (em...)*. Limpar(-se) (em água ou outro líquido); banhar(-se)» e «**TDpI:** *lavar-se de... Eximir(-se); justificar(-se)*» (*idem, opus citatum*, p. 350). Deixemos de lado este último caso de transitividade indireta, uma vez que estamos perante um uso metafórico de *lavar-se*, regido pela preposição *de* e de valor semântico (muito provavelmente) diferente do registado no exemplo (6).

Já a respeito da construção <lavar-se + em>, não deixa de ser curioso que Luft (*ibidem*) a inclua na subentrada<sup>23</sup> em que figura o uso transitivo direto não pronominal (e indireto) do verbo: «**TD(I):** *lavá-lo (em...)*». Isto parece indicar que o autor atribui ao clítico a mesma função sintática que um sintagma nominal cumpriria: a de complemento direto, o que, como já mostrámos, não se coaduna com a visão do SE inerente que temos vindo a defender.

---

<sup>21</sup> Cf. exemplo (88).

<sup>22</sup> Cf. exemplo (89).

<sup>23</sup> Ao todo, a entrada do verbo *lavar* apresenta cinco subentradas, que são as seguintes (Luft, 2008<sup>8</sup>, pág. 350):

1. TD(I) ou TDp(I) — *lavá-lo/lavar-se (em...)* (limpar[-se]); «banhar[-se]»;
2. TD(I) — *lavá-lo (em...)* («purificar»; «expurgar»);
3. TDI — *lavá-lo com/em sangue* («vingar [afronta, injúria (...)] etc.], ferindo ou matando o ofensor»);
4. TDI ou TDpI — *lavá-lo/lavar-se de...* («eximir[-se]»; «justificar[-se]»);
5. Int — *lavar* («trabalhar como lavadeira»; «fazer serviço[s] de lavadeira»).

Para ilustrar esta subentrada, Luft (*ibidem*) apresenta duas frases, que aqui transcrevemos em (90) e (91).

- (90) «Lavar(-se) alguém (em água).»  
(91) «Lavar os pés num riacho.»

Em ambos os casos, o verbo apresenta uma aparente bitransitividade. Se, por um lado, não pretendemos discutir o comportamento transitivo direto de *lavar*, por outro, é importante debater a natureza sintática do sintagma preposicional, de forma que possamos concluir se se trata, efetivamente, de um complemento oblíquo.

Para isso, podemos socorrer-nos de dois testes — a que, aqui, daremos as designações de *Teste do Par Pergunta-Resposta* e *Teste da Substituição*.

Quando empregamos o primeiro teste, devemos, de forma simplificada, procurar integrar o constituinte que queremos examinar na pergunta, separando-o do verbo, que ficará na resposta. Se o resultado for gramatical, o sintagma não desempenha a função de complemento, antes de modificador; pelo contrário, se, do Teste do Par Pergunta-Resposta, resultar uma pergunta agramatical, o sintagma é complemento. Isto deve-se à ideia de que os complementos fazem parte do predicado básico, ao passo que os modificadores se situam numa estrutura de adjunção, inclusa no predicado alargado. Ilustramos este teste em (92) e (93).

- (92) A Maria comeu uma bola de Berlim [<sub>SP</sub> na praia].  
Pergunta: Que fez a Maria na praia?  
Resposta: Comeu uma bola de Berlim.  
Resultado: Gramatical > [<sub>SP</sub> na praia] desempenha o papel sintático de modificador do grupo verbal.
- (93) A Maria pôs a caneta [<sub>SP</sub> no estojo].  
Pergunta: Que fez a Maria no estojo?  
Resposta: Pôs a caneta.  
Resultado: Agramatical > [<sub>SP</sub> no estojo] desempenha o papel sintático de complemento oblíquo.

Voltemos à frase (90), que vamos adaptar em (94), de forma que se simplifique o Teste do Par Pergunta-Resposta.

- (94) O José lavou os pés [<sub>SP</sub> num riacho].  
Pergunta: Que fez o José num riacho?  
Resposta: Lavou os pés.  
Resultado: Gramatical > [<sub>SP</sub> num riacho] tem, aparentemente, a função sintática de modificador do grupo verbal.

O Teste da Substituição consiste em substituir todo o predicado básico por um verbo intransitivo (inacusativo ou inergativo), deixando de parte o constituinte que pretendemos avaliar. Uma vez mais, um resultado gramatical sinalizará que o sintagma tem a função de modificador, ao passo que uma possível agramaticalidade do resultado indicará que o sintagma é um complemento, conforme observamos em (95) e (96).

- (95) A Margarida comprou um carro [<sub>SP</sub> em janeiro].

Substituição: A Margarida nasceu em janeiro.

Resultado: Gramatical > [SP em janeiro] é modificador do grupo verbal.

(96) A Margarida gosta [SP de gelado de baunilha].

Substituição: A Margarida nasceu de gelado de baunilha.

Resultado: Agramatical > [SP de gelado de baunilha] é complemento oblíquo.

Para pormos testarmos o sintagma preposicional que Luft (2008<sup>8</sup>) associa a *lavar-se*, *servir-nos-emos*, uma vez mais, da frase apresentada em (94), aqui transposta em (97).

(97) O José lavou os pés [SP num riacho].

Substituição: O José chorou num riacho.

Resultado: Gramatical > [SP num riacho] cumpre a função sintática de modificador do grupo verbal.

Cruzando os dois testes de constituição, é-nos possível concluir que, na verdade, o SP introduzido pela preposição *em* que surge em estruturas <lavar-se em> — quando o significado do verbo é «limpar(-se)»/«banhar(-se)» —, é um modificador do grupo verbal. Ora, tendo em conta que as construções em que entra o SE inerente exigem, por norma, um complemento oblíquo, deparamos com mais um indício de que *lavar* não se associa a um clítico dotado deste valor semântico.

Outro dos traços do SE inerente está relacionado com o conceito de *argumento*. Neste trabalho, defendemos que o clítico em causa não tem comportamento argumental, à semelhança do decausativo e ao contrário do reflexo, do recíproco, do apassivador e do indeterminador. Como tal, será de esperar que não possamos substituir o SE por um argumento sintagmático mantendo a estrutura argumental do predicador verbal, conforme vemos em (98a–c).

(98) (a) A Madalena queixou-se do barulho das obras.

(b) \*A Madalena queixou o pai do barulho das obras.

(c) \*A Madalena queixou ao pai do barulho das obras.

Na verdade, se seguirmos uma lógica de exclusão de partes, veremos que não pode estar associada nenhuma posição argumental ao SE inerente. Lembremo-nos, então, de que um predicador verbal pode selecionar quatro argumentos: sujeito, complemento direto, complemento indireto e complemento oblíquo<sup>24</sup>. Em (99), analisamos uma frase, de modo que fique clara a saturação das funções sintáticas possíveis.

(99) O avô impressionou-se com o desenho do Pedro.

Sujeito: [SN O avô]

Complemento direto: ?

Complemento indireto: Na maioria dos casos, incompatível com a realização de um complemento oblíquo<sup>25</sup>.

<sup>24</sup> Um predicador verbal pode selecionar dois complementos oblíquos, como em «A rapariga levou o filho [da escola]<sub>CO</sub> [para casa]<sub>CO</sub>».

<sup>25</sup> Voltando ao exemplo (26), percebemos que nem sempre é impossível termos simultaneamente um complemento indireto e um oblíquo. Uma frase como «A Madalena queixou-se ao pai do barulho das obras» é gramatical, sendo [SP ao pai] o complemento indireto e [SP do barulho das obras] o oblíquo.

Complemento oblíquo: [SP com o desenho do Pedro]

Analisada sintaticamente o exemplo, vemos que o único papel que o SE poderia desempenhar seria o de complemento direto. No entanto, conforme exposto em (98b), o clítico não desempenha esta função sintática, o que, demais, podemos verificar com base na tentativa de substituição do SE por outro pronome pessoal acusativo (100).

- (100) \*A Madalena queixou-o do barulho das obras.

Tudo aquilo que acabámos de mostrar é coerente com a ideia, já defendida por Fonseca (2010), de que o SE inerente se associa a verbos transitivos indiretos. Notemos, contudo, que existem casos em que o clítico é substituível por um complemento direto, sintagmático ou pronominal, e que, por isso mesmo, merecem a nossa discussão. Observemos, então, dois casos concretos: os verbos *casar-se* (101a–c) e *divorciar-se* (102a–c) — a que a autora (*opus citatem*, pp. 83, 85) dá o nome de «verbos simétricos».

- (101) (a) Joana casou-se com o Filipe.  
(b) A Joana casou a Matilde com o Filipe.  
(c) A Joana casou-a com o Filipe.

- (102) (a) A Teresa divorciou-se do Daniel.  
(b) A Teresa divorciou a Carla do Daniel.  
(c) A Teresa divorciou-a do Daniel.

Quer (101b–c) quer (102b–c) são construções gramaticais. Não obstante, existem diferenças semânticas que permitem perceber que o SE não cumpre, efetivamente, a função sintática de complemento direto.

Com efeito, tanto em (101a) quanto em (102a), o sujeito nocional — [SN A Joana] e [SN A Teresa] respetivamente — é quem sofre a consequência do acontecimento expresso pelo predicador verbal, isto é, das duas frases, infere-se que «a Joana ficou casada com o Filipe» e «a Teresa ficou divorciada do Daniel». Nesse sentido, e pese embora possa ser atribuída certa agentividade (ou, pelo menos, volição) ao sujeito, podemos afirmar que, semanticamente, o sintagma nominal desempenha a função de Tema<sup>26</sup>. Já em (101b–c) e (102b–c), os sujeitos são exclusivamente agentivos: atuam sobre duas entidades, mas não são afetadas pela ação representada pelo predicador.

Assim, fica claro que, quando é transitivo direto, o verbo tem propriedades diferentes de quando é construído com o clítico. Nesse sentido, não podemos afirmar que o SE em causa é argumental, ao contrário do que se verifica em construções reflexas, recíprocas — nas quais é complemento direto (ou indireto) —, apassivadoras e indeterminadoras — nas quais há manifestação do sujeito nocional.

Em suma, devemos reter que, se, por um lado, de (101a) e (102a), não podemos deduzir as interpretações «A Joana<sub>i</sub> casou a Joana<sub>j</sub> com o Filipe» e «?\*A Teresa<sub>i</sub> divorciou a Teresa<sub>j</sub> do Daniel», por outro, de (103a), uma análise semelhante é possível (103b).

- (103) (a) A Mónica lavou-se depois da aula de Ginástica.

---

<sup>26</sup> Cf. a subsecção 1.2.5., no qual vemos aquilo que Vilela (1992) defende a respeito dos papéis temáticos dos sujeitos de construções de SE inerente.

(b) ?\*A Mónica<sub>j</sub> lavou a Mónica<sub>i</sub> depois da aula de Ginástica.

Deparamos, então, com outro indício de que o SE de *lavar-se* não tem valor inerente. Mais do que isso, começamos a observar que, de facto, o clítico se aproxima da classe do SE reflexo.

Na verdade, é este o valor que encontramos atribuído ao clítico no manual de Português de 12.º ano *Com Textos 12*, de Ana Maria Cardoso, Célia Fonseca e Maria José Peixoto (Edições ASA, 2016). A propósito dos pronomes pessoais átonos, são listados e exemplificados cinco valores que o SE pode tomar. No caso do valor reflexo, encontramos o exemplo (104).

(104) «Depois de *me* lavar, fui dar uma volta» (p. 338).

Resta-nos, então, observar a possibilidade de redobrar o clítico com o pronome complexo *a si mesmo*, algo que não se verifica em casos de construção inerente, conforme visível em (105).

(105) \*O Ricardo zangou-se a si mesmo com a Sara.

Com o verbo *lavar(-se)*, o juízo de gramaticalidade não parece ser tão linear. Isto deve-se à categoria semântica em que o verbo está incluso e para a qual Ribeiro (2011, p. 101) usa a designação «de cuidado e embelezamento corporal». De acordo com Feliu Arquiola (2003, p. 90), em espanhol, estes verbos «acompanhados do clítico *se* [...] afastam-se das construções extrinsecamente reflexas» [tradução minha]. Ora, em 1.2.1., vimos que os verbos intrinsecamente reflexos, dada a sua elevada expectativa de reflexividade, tornam agramaticais, por redundantes, tanto o redobro com o pronome complexo quanto a prefixação com *auto-*.

Assim sendo, uma frase como (106) seria estranha (neste contexto discursivo concreto, não o sendo noutros contextos). No entanto, dos estudos de Ribeiro (2011) e Feliu Arquiola (2003), que acabámos de ver, deduzimos que a agramaticalidade do par <se + a si mesmo> não indica necessariamente que o clítico tem valor inerente.

(106) O Tiago já se lavou (\*a si mesmo).

Contudo, interessa-nos analisar dados concretos de falantes nativos de português europeu. Com base nos resultados de um inquérito, que apresentamos no capítulo 3, poderemos perceber se os falantes apontam agramaticalidade à frase (106), pelo deixaremos de lado o juízo que fazem a respeito da frase (107), em que figuram simultaneamente o prefixo reflexo *auto-* e o clítico.

(107) O Tiago já se autolavou.

### 2.5.2 | O VERBO *CASAR-SE*

Conforme vimos no capítulo anterior, o verbo *casar* pode figurar em, pelo menos, duas construções. Na primeira, transitiva direta (e indireta), o verbo seleciona um sujeito tematicamente Agente e um complemento direto (e, possivelmente, um complemento oblíquo). O quadro de subcategorização do predicador verbal é, pois, o seguinte: [- SN (SP)]. Um exemplo destas estruturas está presente em (108a–b).

(108) (a) O padre casou a Catarina e o Rui.

(b) O padre casou a Catarina (com o Rui).

Na segunda construção, encontramos não um complemento direto, mas um clítico, que, como já indicámos, tem valor semântico de inerência (109). A estrutura argumental do predicador é, pois, diferente da que apresentámos para a construção transitiva. Aqui, o verbo seleciona um sujeito e, potencialmente, um complemento oblíquo, sendo, portanto, possível associar-lhe o quadro de subcategorização [- (SP)]. Trata-se de um uso intransitivo ou transitivo indireto do verbo *casar*.

(109) A Catarina casou-se (com o Rui).

A propósito da classificação semântica do SE que surge nestas estruturas, Guégués (2010), no seu blogue *Assim Mesmo*, assinala que o «se [...]», neste caso, não é reflexo, como muita gente afirma, mas inerente». Ora, com recurso ao conhecimento que temos do mundo, não será difícil perceber que, de facto, não estamos perante um clítico reflexo. Pragmaticamente, sabemos que não é possível que um indivíduo tenha a capacidade de operar o próprio casamento.

Carlos Rocha, numa resposta dada no portal *Ciberdívidas da Língua Portuguesa* em 11 de maio de 2006, confirma a classificação do SE como inerente, afirmando: «**Casar-se** é um verbo que apresenta **se** inerente. Quer isto dizer que o pronome **se** não é reflexo, fazendo a sua significação parte do verbo a que se associa.»

A interpretação reflexa poderá ter origem na ideia de que, por trás do acontecimento expresso pelo predicador verbal, existe volição, como, de resto, comentámos na subsecção 2.5.1. Além disso, a preterição do valor inerente pode advir da preponderância de estruturas com esse tipo de SE em que o sujeito não goza de agentividade<sup>27</sup>. Trata-se, não obstante, de mera especulação, pelo que não podemos assegurar que a interpretação errónea da classe do clítico advenha destes fatores.

De qualquer modo, o que nos interessa discutir nesta subsecção é a hipótese de *casar* admitir a ausência do SE, constituindo o verbo em análise mais um dos casos que permitem emprego opcional do clítico (110). O quadro de subcategorização seria idêntico ao de (37): [- (SP)].

(110) A Catarina casou (com o Rui).

Mendes de Almeida (1981) parece rejeitar esta hipótese. Segundo o autor (*ibidem*), na entrada de *Casar*:

Uma coisa é *retirar e*, outra, *retirar-se e*, assim, *recolher e recolher-se*, *batizar e batizar-se*, *casar e casar-se*: «O padre *casou* hoje vários pares» — «*Casei* um galo inglês com uma galinha caipira». Mas[,] *se* o padre *casa*, o padre não *se casa*: é evidente a diferença de significado. (p. 50)

Neste excerto, Mendes de Almeida apela para uma distinção semântica entre a construção transitiva direta (e indireta) e a construção intransitiva ou transitiva indireta. Em linhas gerais, na primeira, o sujeito cumpre o papel temático de Agente, ao passo que, na segunda, a sua função semântica é a de Tema. Sendo assim, (110) seria agramatical, uma

---

<sup>27</sup> Vilela (1992) aponta exceções a este pressuposto, algumas das quais estão presentes na subsecção 1.2.5.

vez que o verbo *casar*, sem o clítico, exige um complemento direto e, no dito exemplo, a sua estrutura argumental não está completa.

Também Guégués (2010) se opõe, de certo modo, à construção (110). Na verdade, embora o revisor reconheça que, quando revê textos, não contraria a omissão do clítico, a linguagem crítica de que se serve, de forma mais ou menos explícita, é inequívoca. Por um lado, o revisor (*ibidem*) nota que a supressão do SE «vai sendo comum, em parte devido à lei do menor esforço». Por outro lado, depois de reconhecer que não substitui a construção <casar (com)> pela <casar-se (com)>, sublinha a visão desfavorável à ausência do clítico, quando, por meio de uma terminologia metafórica, comenta: «Espero que não me comparem agora ao médico que, podendo salvar o doente, deixa a doença seguir o seu curso» (*idem, ibidem*). Ainda assim, Guégués (*ibidem*) justifica o seu comportamento não proscritivo, baseando-se, para isso, num argumento de natureza descritiva: a ideia de que, de modo geral, os falantes não reagem mal à ausência do SE. Esta observação é algo que queremos explorar mais à frente.

Por enquanto, vejamos o que postula Luft (2008<sup>8</sup>) a respeito do verbo *casar*. Na aceção que nos interessa — isto é, aquela que tem valor de «Unir(-se) pelo casamento, matrimoniar(-se)» (*ibidem*, p. 110) —, deparamos com quatro construções possíveis, que listamos abaixo.

- TD(I): o predicador seleciona sujeito, complemento direto e, opcionalmente, complemento oblíquo (cf. (108a–b)).
- T(Dp)I: o predicador seleciona sujeito e complemento oblíquo, e, a ele, associa-se, facultativamente, um SE inerente (111–113).
  - (111) A Catarina casou(-se) com o Rui.
  - (112) «Ela (se) casou com um médico» (*idem, ibidem*).
  - (113) «“Ainda que você case com outra, cumprirei o meu juramento, não casando nunca”.»<sup>28</sup>
- TDp: o verbo tem a si acoplado um clítico inerente, não estando presente um complemento oblíquo (114).
  - (114) A Catarina casou-se.
- Int: o verbo não tem nenhum complemento nem está ligado ao SE (115).
  - (115) A Catarina casou.

Tanto a estrutura transitiva direta (e indireta) quanto aquela em que o verbo surge associado a um clítico (e a um complemento oblíquo) não levantam discussão: quer Mendes de Almeida (1981) quer Guégués (2010) o mostram. Rocha (2006) também valida frases como (109). A discórdia prende-se, portanto, com o apagamento do SE em contextos em que o sujeito sintático é quem sofre a ação expressa pelo predicador, como em (114) e (115).

Não deixa de ser curioso reparar que, embora a rejeição da ausência do clítico pareça fazer parte de uma visão mais tradicionalista da língua, nem todos os estudiosos mais antigos a defendem. Vejamos, a título de exemplo, o caso de Barbosa (1870<sup>5</sup>). O filólogo legitima o uso alternativo de *casar* e *casar-se*, ao afirmar que «a estes [= aos verbos que

---

<sup>28</sup> Exemplo dado por Luft (2008<sup>8</sup>, p. 110), correspondente a uma transcrição de *Dom Casmurro*, de Machado de Assis (1899).

são empregados com o SE inerente] pertencem tamb[é]m certos verbos, que[,] sem mudança na significação, [umas] vezes [admitem] pronomes, e outras não; como: *Adormecer e Adormecer-se, Ajoelhar e Ajoelhar-se, Casar e Casar-se, Partir e Partir-se, Sair e Sair-se [...]*»<sup>29</sup> (*idem, opus citatum*, pp. 180–181).

Da mesma opinião é Vasconcelos (2013), que inclui *casar* nos exemplos de verbos que aceitam tanto a presença quanto a ausência do SE, a par de *rir(-se)*.

Notemos, todavia, que aquilo que se defende é que, em casos de emprego de *casar-se*, pode apagar-se o clítico, e não que pode sempre substituir-se *casar* por *casar-se*. O nosso conhecimento pragmático faz que não aceitemos uma frase como a de (116). Por outras palavras, é no uso transitivo indireto/intransitivo do verbo que o SE é facultativo, não no uso transitivo direto, no qual o complemento direto nunca poderá ser substituído pelo clítico inerente, não argumental.

(116) #O padre Gaspar casou-se.

De qualquer forma, aquilo que mais importa reter de Luft (2008<sup>8</sup>), Barbosa (1870<sup>5</sup>) e Vasconcelos (2013) é a ideia de que não existem disparidades semânticas entre *casar (com)* e *casar-se (com)*. Sendo assim, o predicador verbal *casar* aceita quer um sujeito sintático que desempenhe o papel semântico de Agente quer um que cumpra a função de Tema. Isto implica que tanto aquele que, pragmaticamente, tem o poder de unir pelo casamento dois indivíduos quanto o(s) indivíduo(s) que fica(m) unido(s) pelo casamento podem ocupar a posição de sujeito da frase.

Passemos, agora, a observar o que nos dizem os dados do *CETEMPúblico*. Trata-se de um *corpus* cibernético onde podemos encontrar textos do jornal *Público*, baseando-nos em correspondências exatas ou em distribuições. Nele, procurámos correspondências para *casar* e para *casar-se*, sempre com a presença do sintagma preposicional encabeçado por *com*, de modo que excluíssemos construções com complemento direto e sujeito Agente. As formas verbais pesquisadas estão flexionadas em todas as pessoas do pretérito perfeito simples do indicativo. Demais, no caso da construção com o clítico, a nossa busca abrangeu quer as estruturas enclíticas quer as proclíticas. Abaixo, deixamos um quadro (Quadro 9) com o número de ocorrências de cada uma das formas pesquisadas<sup>30</sup> e um gráfico (Gráfico 1) com a frequência relativa de cada emprego do verbo.

PESSOA		OCORRÊNCIAS	
		CASAR COM (333 ocorrências)	CASAR-SE COM (186 ocorrências)
Singular	1. <sup>a</sup> pessoa	16	11
	2. <sup>a</sup> pessoa	1	0
	3. <sup>a</sup> pessoa	300	169
Plural	3. <sup>a</sup> pessoa	16	6

Quadro 9 | Frequência absoluta de *casar com* e *casar-se com* no *CETEMPúblico*

<sup>29</sup> Saliente-se que estes pares de verbos não exibem, atualmente, o mesmo comportamento. Com a consulta do *CETEMPúblico*, verificámos que não existem ocorrências de *adormeceu* com o SE, ao passo que, sem o SE, a forma verbal surge em 126 registos. Já *ajoelhou* com o clítico tem 48 ocorrências, enquanto, sem ele, tem apenas 14.

<sup>30</sup> Do *corpus* em que nos baseámos, não fazem parte ocorrências nem da 1.<sup>a</sup> nem da 2.<sup>a</sup> pessoa do plural.

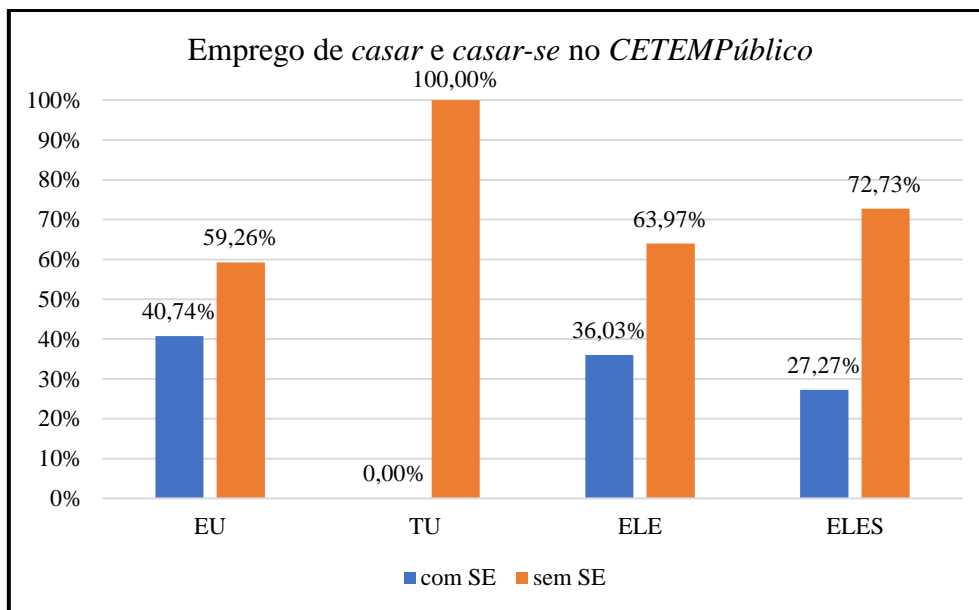


Gráfico 1 | Frequência relativa de *casar* e *casar-se*

Com o gráfico 1, conseguimos perceber que não só os falantes não estranham o uso de *casar* sem clítico — à semelhança daquilo nos diz Guégués (2010) —, como parecem preferi-lo. Ainda que tenhamos encontrado uns fossos maiores do que outros (com a terceira pessoa do plural, a diferença é de 45,46 pontos percentuais, ao passo que a diferença com a primeira pessoa do singular é de 18,52 pontos percentuais), não se nos deparou nenhum caso em que a construção com o clítico predominasse. Globalmente, 64,2 % das ocorrências não apresentam o SE, ao passo que 35,8 % o exibem.

De modo que procurássemos ir além destes dados, optámos, uma vez mais, pelo recurso a um inquérito, apresentado no capítulo 3.

### 2.5.3 | O VERBO *MAGOAR-SE*

Na subsecção 1.2.1., vimos que Ribeiro (2011) interpreta o clítico presente em *magoar-se* como reflexo, independentemente do papel semântico desempenhado pelo sujeito frásico. Debruçando-se nos casos em que o sujeito é Tema, a autora (*ibidem*, p. 120) diz-nos claramente que «estamos [...] perante usos de *SE* enquanto clítico anafórico reflexo». E parece não estar sozinha nesta opinião.

Na verdade, também o *Prontuário da Língua Portuguesa* da Porto Editora (2011) aponta valor de reflexividade a um verbo semelhante a *magoar-se*: *ferir-se* (117), quando assinala que «o pronome pessoal *se* pode ter [a função de] complemento direto, com valor reflexivo ou recíproco» (p.125).

(117) «Ele feriu-se» (p. 125).

Evidentemente, estamos perante um verbo diferente daquele com que pretendemos trabalhar. No entanto, devemos notar que *magoar* e *ferir* partilham de diversas características semânticas e que, inclusivamente, Ribeiro (2011, p. 120) os agrupa na mesma categoria, a de «dano corporal com sujeito Iniciador não intencional», em conjunto com *arranhar*, *esfoliar*, *picar* e *queimar*.

A análise que encontramos em Ribeiro (2011) e no prontuário da Porto Editora não é, todavia, unânime. Para que sejamos capazes de perceber porque é possível refutar a reflexividade de uma construção como a presente em (117), devemos ter em consideração dois fatores. São eles os seguintes:

- o redobro com o pronome complexo *a si mesmo*;
- os papéis temáticos envolvidos na predicação.

Começamos, então, por olhar para a possibilidade de redobrar o pronome (aparentemente) reflexo de *magoar-se*. Otero (1999) indica que não são gramaticais estruturas que apresentem concomitantemente o pronome *a si mesmo* e o clítico SE, quando o sujeito frásico não é tematicamente Agente ou, por outras palavras, quando a ele não está associado o traço semântico [+ volitivo].

Ora, em (118a), a expressão adverbial *sem querer* deixa claro que não é possível apontar volição ao sujeito, pelo que também não podemos acrescentar uma oração subordinada adverbial final à frase e mantê-la gramatical (118b). Assim sendo, a função semântica do argumento interno do predicador *magoar-se* (verbo inacusativo) não pode ser Agente.

- (118) (a) O Carlos magoou-se sem querer, enquanto jogava à bola.  
(b) O Carlos magoou-se sem querer, enquanto jogava à bola, (\*para faltar à aula de Matemática).

De resto, sabemos que os predicadores verbais que selecionam um sujeito Experienciador pertencem à classe semântica dos «verbos epistémicos e psicológicos» (Ribeiro, 2011, p. 119) ou dos verbos percetivos, pelo que a hipótese de o sintagma nominal [O Carlos] das frases (118a–b) desempenhar esse papel temático fica descartada.

Na verdade, apesar de *magoar-se* poder ser empregado como verbo psicológico, com significado próximo do transmitido pelos verbos *ofender-se* e *insultar-se*, a oração subordinada adverbial temporal dos exemplos de cima dá-nos pistas acerca da caracterização semântica do sujeito, permitindo-nos reconhecer que estamos perante um Tema, não um Experienciador. De qualquer maneira, ainda que a oração não estivesse presente, a locução *sem querer* permitir-nos-ia descartar a possibilidade de o sujeito ser Experienciador, visto que — continuando a considerar que estamos, de facto, perante uma estrutura reflexa — a reflexividade exige volição (cf. 1.2.1.).

Esta é, demais, uma característica que parece indiciar que os exemplos (118a–b) não se inscrevem no ramo das construções reflexas. Não pretendemos, porém, deixar já de lado a proposta de Ribeiro (2011) e do prontuário analisado.

Na *Gramática da Língua Portuguesa*, de Maria Helena Mira Mateus *et al.* (Editorial Caminho, 2003), deparamos com uma frase em que o clítico, redobrado, se associa a um verbo não corporal (119).

- (119) «Defender-se *a si próprio* da influência estrangeira é matar a sua própria cultura» (Matos, 2003, p. 836).

No entanto, uma vez mais, devemos lembrar-nos de que Ribeiro (2011, p. 115) defende que os verbos de ação não corporal permitem o redobro do SE, como mostrámos na subsecção 1.2.1. Trata-se de uma particularização semântica que não encontramos na

gramática de Mateus *et al.*, em que se postula, de forma mais generalizadora, que «nas construções reflexas, o constituinte redobrado pelo clítico é constituído por um pronome forte e um item anaforizador *próprio/a(s)* [ou] *mesmo/a(s)*» (Matos, 2003, p. 832).

A possibilidade de redobro com o pronome complexo *a si mesmo/próprio* parece, pois, uma característica prototípica das construções reflexas, até em casos de verbo de ação física, como nos mostra um exemplo dado por Sandra Duarte Tavares no *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa* (31 de maio de 2013):

(120) «A noiva maquillou-se a si própria.»

Consequentemente, podemos concluir que ou *magoar-se* é compaginável com o pronome complexo, o que contraria Otero (1999), ou o SE em estudo não é, na verdade, reflexo<sup>31</sup>. É esta segunda hipótese que temos vindo a privilegiar e para a qual apresentaremos, mais abaixo, outro argumento.

Retenhamos, por enquanto, a possibilidade de o clítico não ser reflexo. Isto leva-nos inevitavelmente à pergunta «nesse caso, qual o valor do SE?». Partindo das classes que nos sobram, tentaremos chegar a uma resposta que seja adequada a estruturas como a exemplificada em (118a). Um caminho exequível é o da exclusão de partes.

Analisando em primeiro lugar o valor recíproco, facilmente percebemos que ele pode, desde já, ser rejeitado. Como vimos na subsecção 1.2.2., os sujeitos das estruturas recíprocas são, invariavelmente, dotados do traço morfológico [+ plural]. Assim, e embora seja possível termos uma frase como (121), o número do sujeito de (118a), singular, mostra-nos que, pelo menos na frase em causa, não estamos perante um SE recíproco.

(121) Os miúdos magoaram-se (um ao outro), enquanto tentavam cozinhar.

Também a classificação de SE como apassivador não nos parece lógica. Conforme afiança Ribeiro (2011) — e, aqui, estamos perante um dado que não levanta dúvidas —, o sujeito de *magoar-se*, embora não intencional, é iniciador do acontecimento expresso pelo verbo. Isto contraria amplamente os pressupostos das estruturas apassivadoras, nas quais o sujeito é meramente afetado por um Agente ou por uma Causa, sem ter nenhum papel no desencadeamento do evento (122a–b).

(122) (a) A minha avó magoou-se. > [<sub>SN</sub> A minha avó] é parte ativa (porque, de alguma forma, não intencional, desencadeou a mágoa) e passiva (porque sofreu a mágoa).

(b) Disseram-se muitos disparates naquela entrevista. > [<sub>SN</sub> muitos disparates] é só parte passiva (porque o argumento, não humano, não contribuiu de modo nenhum para o evento)<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> Em casos de sujeito Agente (1) e de sujeito Experienciador (quando *magoar-se* assume sentido psicológico) (2), o clítico é claramente reflexo e redobrável.

(1) A rapariga magoou-se **a si mesma**, arranhando-se, para chamar a atenção da mãe.

(2) A rapariga magoou-se **a si mesma**, ao acusar-se de ser tonta.

<sup>32</sup> Notemos que o mais comum é o sujeito das estruturas apassivadoras ser [- humano]. No entanto, se for [+ humano], continua a não ser parte ativa (1).

(1) Detiveram-se **cinco contrabandistas** numa praia de Sintra, ontem à noite.

Outro aspeto, provavelmente mais relevante, que nos mostra indistintamente que o SE de (118a) e (122a) não é apassivador é a ideia de que é possível alterná-lo com outros clíticos do paradigma acusativo e de que a forma verbal pode estar flexionada em qualquer pessoa. Assim, se, por um lado, podemos ter *magoei-me*, *magoaste-te*, *magóamo-nos*, *magoastes-vos*, por outro, em construções apassivadoras o clítico empregado só pode ser SE e a forma verbal só pode flexionar-se na terceira pessoa (do singular ou do plural).

Um argumento semelhante ajuda a mostrar que, em *magoar-se*, não estamos diante de um SE indeterminador. Também nesse caso, o SE não é substituível por mais nenhum clítico, embora, ao contrário daquilo que se verifica em construções apassivadoras, não possamos encontrar a forma verbal na terceira pessoa do plural. Na verdade, o SE indeterminador é compatível apenas com a terceira pessoa do singular.

Além disso, a realização do sujeito como sintagma nominal, em (118a) e (122a), faz que a hipótese de estrutura indeterminadora tenha de ser excluída. Conforme vimos em 1.2.4., o clítico é a representação do sujeito e, por isso mesmo, não é gramaticalmente compaginável com um SN que desempenhe a mesma função sintática.

Restam-nos, por conseguinte, o SE inerente e o SE decausativo. Carlos Rocha, no *Ciberdívidas da Língua Portuguesa* (23 de janeiro de 2019), defende que estamos perante um clítico inerente, ao afirmar o seguinte:

[...] numa análise mais aprofundada, observa-se que o pronome reflexo **se** cancela de alguma forma a transitividade do verbo, razão pela qual certos linguistas consideram que é intransitivo um uso como «o João magoou-se», ou seja, trata-se de um uso próximo do valor inerente de **se**, como se refere no *Dicionário Terminológico*.

Efetivamente, a classificação do clítico como inerente explicaria a agramaticalidade (ou, pelo menos, estranheza) da coocorrência do SE e do pronome complexo. A propósito das construções inerentes, Azeredo et al. (2011, p. 210) assinalam que «as formas **me**, **te**, **se**, **nos** e **vos** [...] não podem [...] ser acompanhadas das expressões *a si próprio* ou *um ao outro*».

Devemos notar, porém, que o *Dicionário Terminológico*, mencionado por Rocha (2019), não dá conta do valor decausativo do SE. De resto, como teremos oportunidade de ver, é comum que, numa simplificação das classes do clítico — talvez motivada pelo caráter não argumental e quase afixal de ambos os valores —, o SE decausativo, que também não permite redobro com *a si mesmo*, seja absorvido pelo rótulo *inerente*. Assim, é imperativo que analisemos a hipótese de, por exemplo, em (122a), estarmos diante de um clítico decausativo.

Para isso, devemos atentar em dois parâmetros. São eles os seguintes:

- a existência de uma variante transitiva;
- a possibilidade de a Causa ser sujeito dessa mesma variante.

O primeiro dos fatores listados acima não é, só por si, indicador de que não estamos a lidar com um SE inerente. Na verdade, é preciso que o combinemos com a hipótese de Causa como sujeito para que possamos estabelecer uma distinção entre clítico inerente e clítico decausativo. Simplificadamente, a variante transitiva da construção decausativa

constitui uma oração principal (123a–b), ao passo que a da construção inerente é uma oração encaixada, complemento do verbo *fazer*, de que a Causa é sujeito (123c). Sem o recurso à subordinação da estrutura inerente, a frase é agramatical (123d), conforme postula Matos (2003).

- (123) (a) Magoei-me com o teu pontapé!  
(b) O teu pontapé magoou-me!  
(c) \*A tua graça ri-o imenso.  
(d) A tua graça fê-lo rir-se imenso.

Por fim, não será desprezável recordar que Rocha (2019) alude a um «cancelamento» de transitividade, que Matos (2003) aponta ao SE decausativo — «A sua função é fundamentalmente a de detransitivizar o verbo principal a que se associa» (p. 841) —, não ao SE inerente — «o clítico não pode ser interpretado como uma partícula de transativadora» (p. 843).

Assim, tanto os dois parâmetros que vimos acima quanto a ideia de detransitivização permitem concluir que o SE de *magoar-se* tem valor decausativo.

#### 2.5.4 | O VERBO *ESTREAR-SE*

Outro verbo que merece a nossa atenção é *estrear-se*. Antes de analisarmos o que está dito a respeito da presença do clítico, é, porém, necessário que estabeleçamos um contraste de natureza semântica entre frases como (124a) e (124b).

- (124) (a) O Simão estreou-se no motocrosse em 2002.  
(b) O filme *A Verdade Escondida* estreou-se em 2000.

Deixando de lado os complementos e os modificadores presentes nos exemplos, centremo-nos nos sujeitos. O primeiro traço distintivo que salta à vista quando os comparamos é a característica semântica da animacidade. Se, em (124a), o sujeito, [SN O Simão] é claramente [+ animado], o sujeito de (124b), [SN O filme *A Verdade Escondida*] não o é. Se quisermos aprofundar o estudo semântico, poderemos afirmar que o SN [O filme *A Verdade Escondida*] é um Tema, ao passo que o SN [O Simão] é um Agente, conforme podemos verificar com base na inserção de uma oração subordinada adverbial final, gramatical em (125a) e agramatical em (125b)<sup>33</sup>.

- (125) (a) O Simão estreou-se no motocrosse em 2002, para agradar aos amigos.  
(b) \*O filme *A Verdade Escondida*<sub>i</sub> estreou-se em 2000, para *PRO*<sub>i</sub> chamar o público de *Psicopata Americano*.

Contudo, poderá não ser agramatical uma frase semelhante a (125b), mas em que o sujeito nulo do infinitivo, [– T, – Conc], (*PRO*) não esteja coindexado ao sujeito de *estrear-se*. Por outras palavras, se deprendermos que o sujeito nocional de *chamar* é, por exemplo, [SN a produtora DreamWorks], a inclusão da oração final suscitará pelo menos dúvida. Esta mudança prende-se com o surgimento de um constituinte interpretado como o Agente do verbo *estrear*, que, realizado ou não na frase, tem de existir. Outra hipótese que tornaria a frase gramatical será discutida mais à frente.

---

<sup>33</sup> Na verdade, sendo o sujeito [– animado], não pode, *a priori*, ser dotado de agentividade, que exige volição.

O que vimos até agora é suficiente para concluirmos que o SE presente em (125b) não pode ser classificado como reflexo, desde logo porque uma entidade inanimada não tem a capacidade de desencadear nenhum acontecimento. Trata-se de uma informação que, todavia, não aparece corroborada em alguns textos normativos. Para esta discussão, trazemos *Em Português, Se Faz Favor* (Helder Guégués, 2015) e *O Mundo pelos Olhos da Língua* (Manuel Monteiro, 2022).

Na entrada de *Estrear*, Guégués (2015) retifica o uso do verbo que encontrou num texto da revista *Ípsilon*, suplemento do jornal *Público*. Nele, pode ler-se «“Sem meias palavras [*sic*], o filme que agora estreja [...]»<sup>34</sup> é um desastre que não se percebe porque chega às salas”» (*idem, ibidem*, p. 123), o que dá origem à proscrição da estrutura: «Quando significa [“]fazer alguma coisa pela primeira vez[”], o verbo *estrear* é reflexo. Logo, correto será: “Sem meias-palavras, o filme que agora se estreia [...] etc.”» (*idem, ibidem*).

Monteiro (2022) analisa o clítico de *estrear-se* do mesmo modo, embora desenvolva mais minuciosamente aquilo que defende. Transcrevemos abaixo dois dos exemplos que o autor apresenta como sustentos da sua classificação do SE (126a–b), para posteriormente discutirmos por que motivo a apresentação das frases é problemática.

- (126) (a) «O filme estreiar-se-á no dia 30 de Novembro» (Monteiro, 2022, p. 23).  
(b) «A Joana estreou-se na televisão» (*idem, ibidem*).

Equiparar (126a) e (126b) é desprezar que os sujeitos têm naturezas semânticas díspares, algo que se torna ainda mais claro quando Monteiro (*ibidem*) afirma que «ou X se estreia a si próprio, ou estreia algo». Trata-se de uma análise não incorreta, mas incompleta, uma vez que o sujeito a que o autor chama «X» é, em ambos os casos apresentados, Agente. Como já vimos, este não é um papel semântico que possa atribuir-se ao sujeito de (126a), pelo que a ideia de que *estrear-se* tem o significado de «“fazer alguma coisa pela primeira vez”» (Guégués, 2015, p. 123) também não é adequada a todos os casos.

A analogia entre as construções em que *estrear-se* tem sujeito Agente e aquelas em que o sujeito é Tema parece, no entanto, útil à proscrição da forma *estrear*, quando o sujeito «fica estreado» ou, por outras palavras, quando a construção não é transitiva direta. A explicação simplificada de que, não existindo um complemento direto «estreado», terá de se empregar o clítico, independentemente da natureza semântica do sujeito, permite fazer frente àquilo que tanto Monteiro (2022) quanto Guégués (2015) consideram um erro.

Com tudo o que foi exposto, podemos deixar de lado a análise do SE como reflexo quando o sujeito é Tema. Quando o sujeito é Agente, a construção parece ser inerente (não podemos redobrar o clítico *a si mesmo*) e a presença do SE parece consensual. Neste trabalho, acreditamos que a grande maioria dos falantes não reconhece gramaticalidade clara<sup>35</sup> a uma frase como (127), possivelmente porque nela sente a falta de um complemento direto ou do SE inerente.

- (127) A Inês estreou\*?(-se/aquele vestido/o penteado atual/...) na televisão.

Resta-nos, então, atribuir uma classe semântica ao SE de (124b) e (126a). Para isso, podemos começar por observar uma análise diferentes das já expostas: a que Maria João

---

<sup>34</sup> Supressão minha.

<sup>35</sup> Cf. nota de rodapé 33.

Matos apresenta no *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*, em 17 de fevereiro de 2003. Para a autora (*ibidem*), uma frase como (53b) é «uma **construção passiva** com a **partícula apassivante** (ou pronome apassivador) **se**». Assim sendo, «O filme *A Verdade Escondida* estreou-se em 2000» seria equivalente a «O filme *A Verdade Escondida* foi estreado em 2000».

A fim de aprofundarmos o estudo desta classificação, importa que invoquemos algumas características das construções de SE apassivador. Ora, na subsecção 1.2.3., vimos o seguinte:

- os verbos que surgem nas construções passivas são transitivos diretos ou bitransitivos;
- o sujeito da variante transitiva é semanticamente Agente, Experienciador ou Beneficiário e [+ humano];
- o clítico, argumental, é manifestação de  $\underline{x}$ , não sendo, por isso, compaginável com um complemento agente da passiva, mas podendo coocorrer com orações finais.

A primeira das características enunciadas pode ser facilmente verificada com base, por exemplo, em Luft (2008<sup>8</sup>, p. 283), no qual encontramos «**TD**: *estrea-lo*. Usar pela primeira vez (carro, roupa, p[or] ex[emplo]). // Começar; iniciar; inaugurar: *Estrear a produção literária, a carreira, [...] uma casa de espetáculos*»<sup>36</sup>. Demais, uma frase como (128) é gramatical.

(128) A TVI estreou a série juvenil *Morangos com Açúcar* em 2003.

O exemplo de cima permite-nos confirmar a segunda característica das estruturas apassivadoras. O sujeito, [<sub>SN</sub> A TVI], é efetivamente um Agente, pelo que podemos acrescentar uma oração subordinada adverbial final à frase (129a). Além disso, apesar de o sintagma nominal não ser diretamente [+ humano], representa um conjunto de indivíduos, à semelhança do que se verificaria com [<sub>SN</sub> a produtora DreamWorks]. Por outras palavras, estamos perante uma espécie de personificação (129b).

- (129) (a) A TVI estreou a série juvenil *Morangos com Açúcar* em 2003, para fazer frente a *Malhação*, em exibição na SIC.  
(b) Os diretores de programação da TVI estrearam a série juvenil *Morangos com Açúcar* em 2003.

Sobra-nos examinar se o clítico é compatível com uma realização sintática do Agente. Ora, uma tentativa de inserção de um complemento agente da passiva numa construção em que surge o SE é evidentemente agramatical (130a). O mesmo não se verifica quando adicionamos uma oração subordinada adverbial final, sobretudo quando invertemos a ordem sujeito-verbo, do que resulta a ordem prototípica das construções apassivadoras (130b)<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> Numa subentrada deste verbo, Luft (2008<sup>8</sup>, p. 283) indica que, quando sujeito nocional estreado e objeto nocional estreado são coreferentes, o SE não é obrigatório: «**TDp(I)**: *estrear-se (em...)* ou (m[enos] us[ado]) **TI**: *estrear em... [...]* Apresentar-se [...] ao público pela primeira vez [...] *Estreou na imprensa aos vinte anos.*» Consideramos, todavia, a queda deste SE, inerente, é amplamente marginal.

<sup>37</sup> Cf. exemplo (125b), em que a frase não é sentida como inequivocamente gramatical possivelmente porque, de acordo com Ribeiro (2011), a ordem sujeito-verbo favorece uma interpretação reflexa ou recíproca.

- (130) (a) A série juvenil *Morangos com Açúcar* estreou-se em 2003 (\*pela TVI)<sup>38</sup>.  
(b) Estreou-se a série juvenil *Morangos com Açúcar* em 2003, para fazer frente às audiências de *Malhação*, em exibição na SIC.

Estão, à primeira vista, reunidos argumentos suficientes para sustentar a tese de que o clítico em análise é, efetivamente, apassivador. Existe, no entanto, um fator que merece a nossa atenção, por ser potencialmente decisivo na classificação do SE. Trata-se da possibilidade de apagamento do clítico, algo que não é possível em estruturas apassivadoras. Na verdade, como tivemos oportunidade de discutir na secções do capítulo 1, os únicos clíticos que podem ser apagados, mediante os verbos a que se associam, são os inerentes e os decausativos.

Lembremo-nos, pois, de que, quando estamos diante de construções inerentes, a possível alternativa transitiva direta e a alternativa em que figura o SE apresentam o mesmo sujeito sintático. (129a) e (130a), não obstante, exibem sujeitos diferentes. Não estamos, então, diante de um clítico inerente.

Ora, recordemos que, conforme vimos em 1.2.6., o clítico decausativo, embora, à semelhança do apassivador, bloqueie a hipótese de realização de um complemento agente da passiva, é permissível à presença de um adjunto de causa externa, que corresponde semanticamente ao sujeito da variante transitiva. Assim, observando (131a–b), podemos considerar que o SE de *estrear-se* não pode ser decausativo.

- (131) (a) \*A série juvenil *Morangos com Açúcar* estreou-se em 2003 com a TVI.  
(b) \*A série juvenil *Morangos com Açúcar* estreou-se em 2003 por causa da TVI.

É imperativo, portanto, invocar a ideia de que o adjunto que encontramos em estruturas decausativas é manifestação da Causa, não do Agente, papel temático que o sujeito destas construções também pode desempenhar. Na verdade, as frases (131a–b) apresentam, como adjunto, o Agente, o que ajuda a explicar a sua agramaticalidade. É também a ideia de que existe um Agente subjacente a estas construções que nos ajuda a explicar a gramaticalidade da inserção de uma oração subordinada adverbial final como em (130b).

Concluimos, deste modo, que estamos, efetivamente, perante um SE decausativo. No entanto, podemos apresentar os motivos que nos levaram a rejeitar a classificação do clítico como recíproco e como indeterminador.

Para descartarmos o valor recíproco, basta termos presente que o sujeito das estruturas em estudo não tem de ser plural. Na verdade, todos os exemplos que apresentámos mostram isso mesmo.

O valor indeterminador, por seu turno, é incompatível com a realização sintática de um sujeito, que não está ausente nas frases analisadas.

Antes de passarmos ao próximo verbo, interessa-nos discutir a possibilidade de apagamento do SE em estruturas em que o sujeito é Tema, assunto que não é

---

<sup>38</sup> Na verdade, a inserção de [<sub>SP</sub> pela TVI] também seria agramatical se o clítico de *estrear-se* fosse reflexo. O argumento serviria de condição necessária à tese de que o SE é apassivador, não de condição suficiente.

normativamente unânime. De facto, se, de Luft (2008<sup>8</sup>), podemos deduzir que o uso de *estrear* sem clítico é gramatical independentemente da função semântica do sujeito (cf. nota de rodapé 33), para M. J. Matos (2003), o apagamento do SE é agramatical em qualquer um dos casos: «“O filme X estreou” – é uma frase agramatical, pois quem estreia estreia alguma coisa. O filme estreou o quê? Também não usamos a frase “O João estreou”, dizemos, por exemplo: **O João estreou o casaco.**»

Não será de desprezar que a autora se sirva do termo *agramatical* para classificar uma frase de que o SE está ausente. Este é, na verdade, o ponto de partida para o que pretendemos investigar em seguida. Para isso, convém que nos lembremos de que os conceitos de *gramaticalidade* e *agramaticalidade* se baseiam não em argumentos normativos e teóricos, mas em juízos ou intuições dos falantes. Assim, aquilo que M. J. Matos (2003) nos diz é que os falantes estranham ou até condenam uma frase como (132).

(132) A série estreou ontem.

É exatamente a adequação deste comentário que quisemos verificar, por meio do um inquérito que se encontra no capítulo 3.

### 2.5.5 | O VERBO *AFUNDAR-SE*

Centremo-nos, agora, no verbo *afundar-se*, cuja análise se aproximará mais da de *lavar-se* e *magoar-se* do que da de *casar-se* e *estrear-se*. Essencialmente, isto significa que a nossa preocupação não será a possibilidade de omissão do clítico. Na verdade, de acordo com Vasconcelos (2013), estamos perante um verbo cuja ligação ao SE é facultativa, embora a autora (*ibidem*) mostre também que, em português europeu<sup>39</sup>, se dá primazia ao emprego do clítico sobretudo quando *afundar-se* adquire valor figurado (96 % das ocorrências recolhidas, contra 86 % daquelas em que o verbo tem sentido literal).

O que nos interessa, então, é estudar o modo como os instrumentos normativos que consultámos analisam o clítico do verbo em causa. De todos aqueles em que procurámos, apenas *Da Comunicação à Expressão — Gramática Prática de Português* se serve de *afundar-se* como exemplo de uma das classes do SE. Abaixo, deixamos a frase apresentada (133).

(133) «Os barcos afundaram-se com a tempestade» (Azevedo et al., 2011, p. 210).

De acordo com as autoras, o clítico tem valor inerente. Além disso, é-nos dito que, ao contrário de *rir-se*, *afundar-se*, assim como *atrever-se* e *portar-se*, são exemplo de verbos que exigem a presença do SE. São, de resto, estes os quatro verbos que Azevedo et al. (2011) evocam quando discorrem acerca das construções de clítico inerente.

Não temos dúvidas a respeito da categorização do SE de *rir-se*, *atrever-se* e *portar-se* nem a respeito da facultatividade e da obrigatoriedade do seu emprego. Com efeito, *rir-se* é classificado como verbo de clítico inerente por, a título ilustrativo, Matos (2003) e Vasconcelos (2013), que também aponta opcionalidade ao SE. Ao clítico de *atrever-se*, por sua vez, Vilela (1992) assinala o mesmo valor. Já *portar-se* é o exemplo que o

---

<sup>39</sup> O mesmo não se verifica no português do Brasil, em que o emprego do SE, contrastando amplamente com o de Portugal, é residual: surge em 4 % das ocorrências de valor denotativo e em 34 % das de valor conotativo (Vasconcelos, 2013).

*Dicionário Terminológico* apresenta para os clíticos que são «parte integrante do verbo com que se combinam».

No entanto, *afundar-se*, ao contrário dos outros três verbos apresentados, parece comportar-se como um verbo de alternância causativa. No exemplo (133), conseguimos inclusivamente encontrar a Causa, realizada como adjunto no sintagma preposicional [com a tempestade]<sup>40</sup>. Esta Causa seria o sujeito da variante transitiva direta (134).

(134) A tempestade afundou o barco.

Deste modo, podemos deduzir que, na verdade, o SE presente em *afundar-se* é decausativo, tal como indicam Vasconcelos (2013) e Ribeiro (2018, p. 234), que classifica o verbo como denotador de «situações de mudança de orientação/posição ou de modo de estar do objeto afetado».

No caso de o clítico ser inerente, uma frase como (134) seria agramatical, e a Causa poderia aparecer apenas como sujeito do verbo *fazer*, cujo complemento seria a oração de que *afundar-se*, numa forma finita ou não finita, faria parte (Matos, 2003), como vemos com o verbo *portar-se*, por exemplo (135a–b).

(135) (a) A ameaça fez que o rapaz se portasse bem.  
(b) A tempestade fez o rapaz portar-se bem.

Notemos, ainda assim, que a gramaticalidade destas construções, ao contrário da agramaticalidade das análogas a (134), não permite traçar uma distinção entre SE decausativo e SE inerente, uma vez que é possível aplicar a estrutura <FAZER + sujeito + verbo com clítico> também a frases decausativas (136a–b).

(136) (a) A tempestade fez que o barco se afundasse.  
(b) A tempestade fez o barco afundar-se.

De qualquer modo, podemos procurar uma explicação para a atribuição de valor inerente ao clítico de *afundar-se*. Para isso, convém notar que, no *Dicionário Terminológico*, a única classe de SE que não é referida é a decausativa. Consequentemente, é frequente que os instrumentos dirigidos a alunos e professores de Português a ocultem (cf. Quadro 8).

Com efeito, ao contrário dos valores reflexo, recíproco, apassivador e indeterminador, que são mencionados claramente nas oito obras consultadas, o valor inerente está ausente quer do prontuário quer do livro de preparação para o exame nacional, e o valor decausativo ou não é referido ou surge de forma implícita, o que merece a nossa atenção.

Ora, em *Da Comunicação à Expressão — Gramática Prática de Português*, como já vimos, está presente um exemplo de construção decausativa (cf. exemplo (133)), e, embora esta frase surja associada ao SE inerente, a descrição apresentada é igualmente adequada ao decausativo: «As formas *me, te, se, nos* e *vos* podem também surgir exigidas ou admitidas pela construção do verbo com que se combinam mas sem terem valor reflexo ou recíproco» (Azevedo et al., 2011, p. 210).

Na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, o mesmo acontece. Os autores servem-se de *congelar-se* e *derreter-se* como exemplo de casos em que o clítico é «parte

---

<sup>40</sup> Em bom rigor, a Causa é o papel temático do argumento externo [SN a tempestade].

integrante de certos verbos» (Cunha & Cintra, 2016<sup>7</sup>, p. 321). A estes dois verbos, somam-se *admirar-se*, *arrepender-se*, *atrever-se*, *indignar-se*, *queixar-se*, de que o SE é efetivamente inerente. Uma vez mais, a ideia prevalecente, e comum, é a de que o clítico funciona como um afixo verbal, embora Azevedo et al. (2011) aludem a casos em que o SE é facultativo, ao contrário de Cunha & Cinto (2016<sup>7</sup>).

Notemos, por fim, que, na *Moderna Gramática Portuguesa*, além de ser realçado o comportamento quase afixal do clítico inerente, assistimos a um certo desconhecimento relativo à sua categorização, muito provavelmente resultante do ano em que a obra foi publicada pela primeira vez (1961). Nela, podemos ler:

Pode ainda o pronome *se* juntar-se a verbos que indicam:

1) sentimento: *indignar-se*, *ufanar-se*, *atrever-se*, *admirar-se*, *lembrar-se*, *esquecer-se*, *orgulhar-se*, *arrepender-se* e *queixar-se*. [...]

No primeiro caso, não se percebendo mais o sentido reflexivo da construção<sup>41</sup>, considera-se o *se* [...] parte integrante do verbo, sem classificação especial [sublinhado nosso] (Bechara, 2009<sup>37</sup>, pp. 149–150).

Em suma, é-nos possível compreender que, dada a aproximação das análises do SE inerente e do SE decausativo — ambos perspetivados como (quase) afixais, isto é, como parte integrante do verbo, ainda que, em certos casos, o seu emprego não seja obrigatório —, é recorrente que os verbos de clítico decausativo sejam apresentados como verbos cujo SE é inerente. Notemos também que, de forma simplificada, o SE inerente é apresentado como clítico que, tendo formas alternativas (*me*, *te*, *nos*, *vos*), não tem valor reflexo nem recíproco, característica que é comum ao SE decausativo.

## 2.6 | RESUMO DAS ANÁLISES

Em jeito de breve conclusão, podemos frisar que, com efeito, nem sempre existe unanimidade entre as visões de pendor normativo, nem no que toca à classificação do SE — num prisma mais especializado — nem do que diz respeito à prescrição e proscricção de certas estruturas — num prisma de público mais alargado. Aquilo que procurámos, com este capítulo, foi apresentar a nossa análise de cinco verbos — *lavar-se*, *casar-se*, *magoar-se*, *estrear-se* e *afundar-se* —, sobretudo no que diz respeito à classificação do clítico a que podem associar-se. Sumariamente, vimos que o SE de *lavar-se* terá valor reflexo; o de *casar-se*, inerente; e o de *magoar-se*, *estrear-se* (com sujeito Tema) e *afundar-se*, decausativo.

No próximo capítulo, discutiremos a aceitabilidade do redobro do clítico de *lavar-se* (e outros verbos a que se liga um SE reflexo) com o pronome complexo *a si mesmo*, bem como o modo como os falantes reagem aos usos de *casar-se* e *estrear-se* com e sem o SE. Para isso, partiremos de um inquérito, que apresentamos em seguida.

---

<sup>41</sup> Recordemo-nos de que o SE inerente pode ser interpretado como clítico pseudo-reflexo, como mostra Fonseca (2010).

### 3 | INQUÉRITO

Neste capítulo, teremos a oportunidade de observar os resultados do inquérito já mencionado no trabalho. Partindo de juízos de aceitabilidade, ao inquérito, estão associados dois grandes objetivos.

O primeiro prende-se com a avaliação da potencial relação entre a aceitabilidade do uso concomitante do SE reflexo e do pronome de redobro *a si mesmo* e o traço semântico [ $\pm$  ação corporal] do verbo a que o clítico se liga. Ambicionamos, pois, analisar a hipótese proposta por Ribeiro (2011), segundo a qual os verbos de ação corporal, por carregarem uma expectativa de reflexividade mais acentuada, não são compagináveis com o pronome complexo, ao contrário dos verbos de ação não corporal.

O segundo objetivo está relacionado com o emprego do SE ligado a dois dos verbos que estudámos nas secções anteriores, nomeadamente o verbo *casar* (com o uso transitivo indireto) e o verbo *estrear*. O que desejamos é perceber se os falantes de português dão primazia ao apagamento ou ao emprego do clítico ou se, pelo contrário, ambas as construções lhes parecem igualmente aceitáveis.

Assim sendo, começaremos por descrever, num quadro (Quadro 10), as características dos participantes do inquérito, para, em seguida, apresentarmos de forma mais pormenorizada a metodologia empregada. Por fim, mostraremos, com recurso a gráficos, os resultados que conseguimos apurar, separando-os em dois grandes grupos: o das estruturas reflexas e o das estruturas decausativas e inerentes.

#### 3.1 | PARTICIPANTES

Deixamos as respostas às perguntas de identificação dos inquiridos sintetizadas abaixo (Quadro 10), com as suas frequências absolutas e relativas.

CONDIÇÃO		INQUIRIDOS	
		Freq. absoluta	Freq. relativa (%)
Sexo	Masculino	13	30,2
	Feminino	30	69,8
Faixa etária	18–24	11	25,6
	25–34	5	11,6
	35–44	2	4,7
	45–54	6	14
	55–64	15	34,9
	65–74	4	9,3
Variedade materna de português	Português de Portugal	40	100
Outra língua materna	Não	41	95,3
	Sim (alemão)	2	4,7
Zona de Portugal em que viveu durante a maior parte da vida	Sul	30	69,8
	Centro	11	25,6
	Norte	2	4,7
Grau de escolarização	Licenciatura	37	86,1
	Mestrado	5	11,6

	Doutoramento	1	2,3
--	--------------	---	-----

Quadro 10 | Caracterização dos participantes do inquérito

### 3.2 | METODOLOGIA

O inquérito, de resposta anónima, foi construído no sistema de formulários do *Google* (*Google Forms*), e, no seu título e na sua descrição introdutória, não figurou nenhum elemento alusivo à linguística nem à sintaxe, de forma que os inquiridos não fossem influenciados. Para nos assegurarmos disso, também ordenámos as frases de forma aleatória. Demais, explicámos que não existiam respostas certas nem erradas e que, idealmente, os falantes deveriam responder do modo mais espontâneo possível e sem retificações.

Partindo de denominações e classificações apresentadas por Ribeiro (2011) e Fonseca (2010), bem como de algumas propostas por nós, construímos setenta frases (simples)<sup>42</sup> e pedimos aos inquiridos que as avaliassem de 1 a 4. Seguimos, pois, o modelo da escala de Likert e frisámos, no princípio de cada grupo de frases, que 1 corresponderia a «nada aceitável»; 2, a «pouco aceitável» — o que, daqui para a frente, consideraremos rejeição —; 3, a «aceitável»; e 4, a «totalmente aceitável» — o que tomaremos por aceitação. Note-se que, nas frases, foram controlados o género e o número do sujeito, o modificador e, sempre que possível, o tempo verbal (cf. Anexo 1, Quadro 14, frases 57 e 58). Para cada estrutura reflexa, bem como para todas as decausativas e todas as inerentes, apresentámos duas versões da mesma frase: uma em que o clítico é redobrado e outra em que o pronome complexo não entra (construções reflexas), e uma em que o clítico é empregado e outra em que está ausente (decausativas e inerentes).

Dada a extensão do número de frases e da sua inserção nas condições em análise, deixamos quadros com a sintetização da base do inquérito nos Anexos (cf. Anexos, Quadros 11, 12, 13 e 14).

Passamos, então, à discussão dos resultados, tendo por ponto de partida a sua apresentação em gráficos.

### 3.3 | RESULTADOS

#### 3.3.1 | OS VERBOS DE AÇÃO CORPORAL E OS DE AÇÃO NÃO CORPORAL

Como vimos na subsecção 1.2.1., Ribeiro (2011) alude a uma agramaticalidade do emprego simultâneo do SE reflexo e do pronome complexo *a si mesmo* em determinados contextos. A autora justifica a sua posição com base na ideia de que os verbos de ação corporal carregam uma forte expectativa de reflexividade, pelo que o redobro se tornaria redundante.

<sup>42</sup> Na secção 3.3., não apresentaremos com minúcia os resultados de todas as frases. Circunscrever-nos-emos aos casos em que consideramos que existe verdadeiramente um SE reflexo e aos verbos *casar(-se)* e *estrear(-se)*, de modo que possamos chegar a conclusões acerca da aceitabilidade da coocorrência do SE reflexo e de *a si mesmo* e da aceitabilidade da queda do clítico concretamente com *casar* e *estrear*. Os restantes contextos de SE reflexo, SE inerente e SE decausativo serviram para formular conclusões mais gerais a respeito das classes do clítico, conclusões essas que serão referidas, embora de modo menos pormenorizado.

Partindo desta ideia, escolhemos quatro verbos de ação corporal e dois de ação não corporal, de modo que observássemos se, de facto, existem diferenças no que toca à aceitação do pronome complexo. Assim, seleccionámos dois verbos cujo enunciado opera em todo o corpo (*lavar-se* e *vestir-se*) e dois verbos que transmitem a ideia de atuação apenas em parte do corpo (*pentear-se* e *barbear-se*). Os quatro verbos são classificados por Ribeiro (*opus citatum*, p. 101) como «de cuidado e embelezamento pessoal» A respeito dos verbos de ação não corporal, optámos por nos centrar em verbos avaliativos (*criticar-se* e *detestar-se*), uma vez que, embora Ribeiro (*ibidem*) aponte para outras subclasses de verbos «não corporais», está subjacente a elas uma oração pequena<sup>43</sup>.

Começando com o verbo *lavar-se*, notamos que 100 % dos inquiridos aceitam a ausência de *a si mesmo* e que apenas 14 % aceitam a sua presença. Também nos resultados do verbo *vestir-se* se observa que 100 % dos falantes aceitam frases de que o pronome complexo não faz parte, enquanto só 9,3 % aceitam a formulação *vestiu-se a si mesmo*.

Os dados relativos a *lavar-se* e *vestir-se* podem ser observados com mais pormenor nos Gráficos 2 e 3 abaixo, respetivamente.

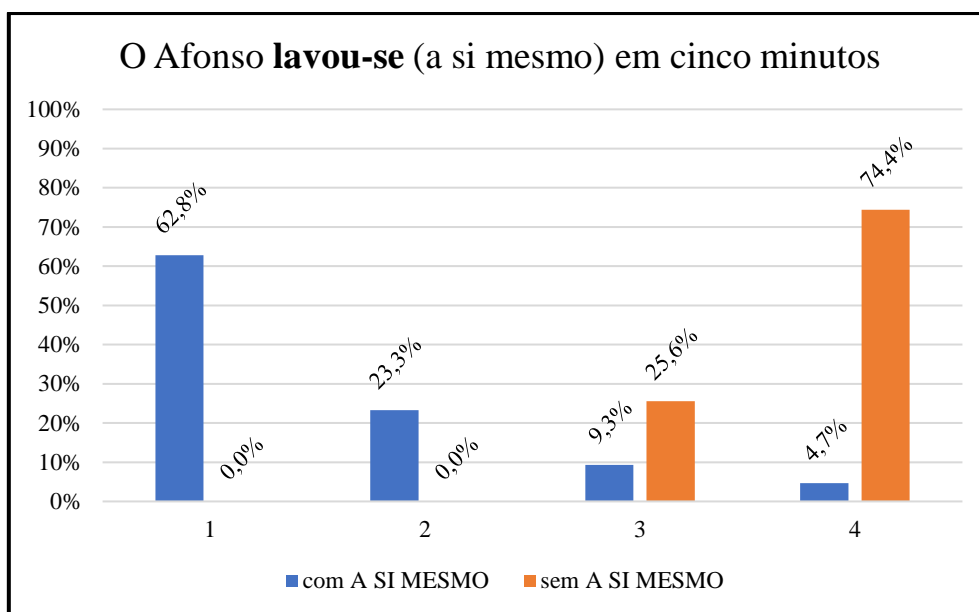


Gráfico 2 | Aceitabilidade de *lavou-se* com e sem *a si mesmo*

<sup>43</sup> Ribeiro (2011, p. 111) fala em verbos declarativos (*proclamar, afirmar*), volitivos (*querer, preferir*), epistémicos (*saber, imaginar*), mas, a estas classes, está associada uma oração pequena. Por exemplo, de «A Maria afirma-se inteligente», depreende-se «A Maria afirma que é inteligente» ou «A Maria afirma ser inteligente». Assim, o clítico será argumento do predicador adjetival *inteligente*, pelo que não o consideramos argumento de *afirmar*, embora seja reflexo.

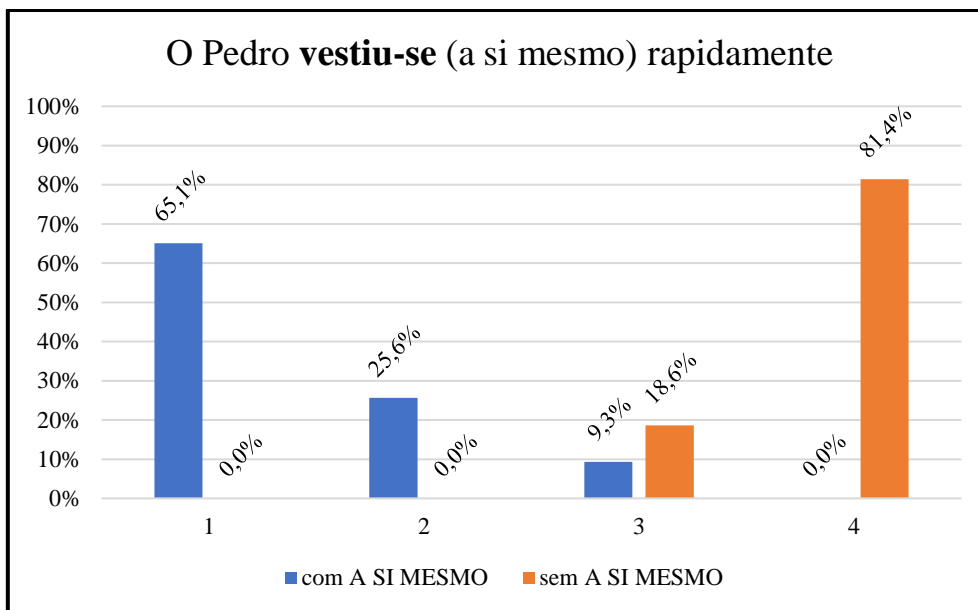


Gráfico 3 | Aceitabilidade de *vestiu-se* com e sem *a si mesmo*

Já com o verbo *pentear-se* (Gráfico 4), observa-se uma aceitação superior das construções com o pronome complexo. 23,3 % dos inquiridos aceitam *pentear-se a si mesmo*, percentagem, ainda assim, inferior à daqueles que aceitam *pentear-se sem a si mesmo* (97,7 %).

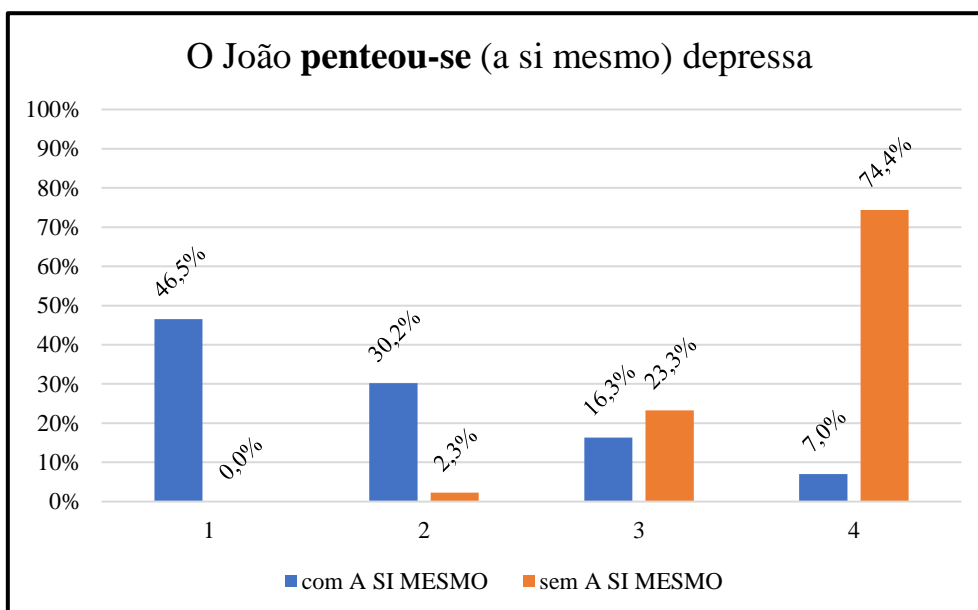


Gráfico 4 | Aceitabilidade de *pentear-se* com e sem *a si mesmo*

*Barbeou-se a si mesmo* (Gráfico 5), por seu turno, apresenta números de aceitabilidade inferiores aos de *pentear-se a si mesmo*. Apenas 11,7 % dos inquiridos aceitam a estrutura. A aceitação de *barbeou-se* sem o pronome complexo (86,1 %) também é levemente inferior à de *pentear-se sem a si mesmo*.

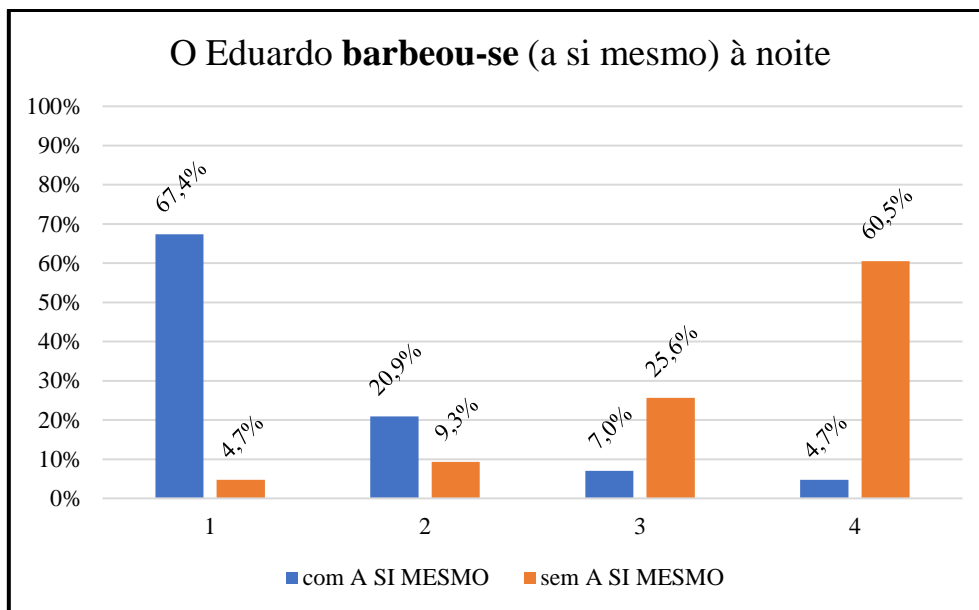


Gráfico 5 | Aceitabilidade de *barbeou-se* com e sem *a si mesmo*

De qualquer modo, embora possamos encontrar variações nos resultados dos quatro verbos observados — potencialmente espoletadas também pelo julgamento de adequação dos modificadores —, concluímos que, à primeira vista, os falantes tendem a aceitar com mais facilidade construções reflexas com verbos de ação corporal em que não está presente o pronome complexo. Assim, aparentemente, os dados que analisámos até aqui vão ao encontro da tese de Ribeiro (2011). Não obstante, não podemos desprezar o contexto discursivo das frases que compuseram o inquérito. Trata-se de frases simples (sem coordenação nem subordinação) e sem foco contrastivo. Isto significa que, se expostos a um par de frases como (137), os inquiridos poderiam exibir juízos de aceitabilidades diferentes.

- (137) — O Eduardo barbeou o filho à noite?  
 — Não, o Eduardo barbeou-se a si mesmo à noite (e barbeou o filho de manhã).

Urge, então, confirmar se — com frases simples — a aceitação de *a si mesmo* é superior em contextos de verbo de ação não corporal, tema de que trataremos em seguida.

Ora, Ribeiro (*ibidem*) dá conta de que os verbos de ação não corporal acarretam um grau menos elevado de expectativa de reflexividade e que, por isso mesmo, serão gramaticais estruturas em que se empregam concomitantemente o SE reflexo e o pronome complexo. Assim sendo, torna-se útil avaliarmos os dados relativos às frases em que o redobro é utilizado, de modo que percebamos se, com efeito, os falantes o aceitam. É importante, então, atentarmos no número de inquiridos que classificaram *criticou-se a si mesmo* e *detestou-se a si mesmo* como aceitáveis ou totalmente aceitáveis. Trata-se de dados que encontramos nos gráficos abaixo (Gráfico 6 relativo a *criticou-se (a si mesmo)*, Gráfico 7 relativo a *detestou-se (a si mesmo)*).

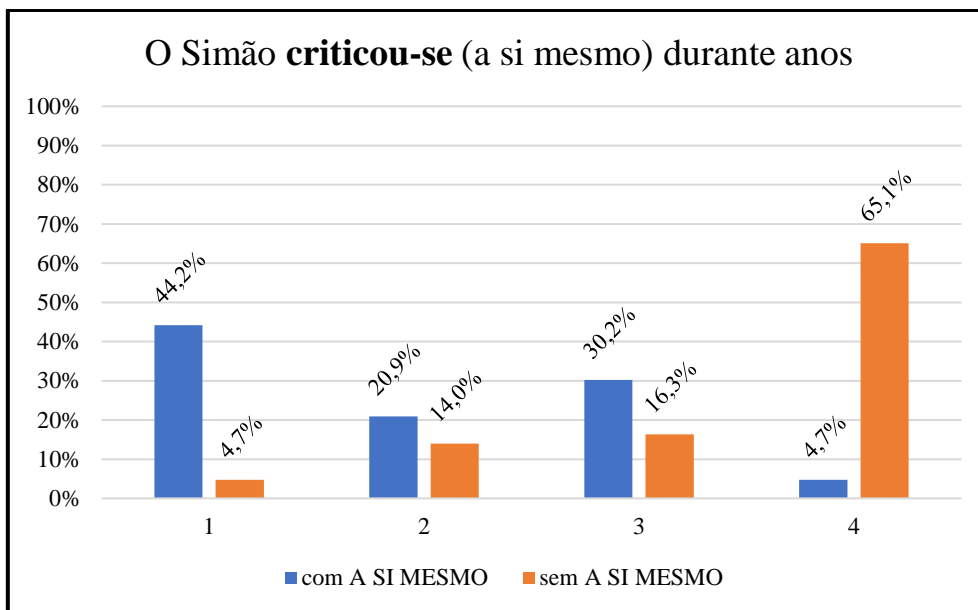


Gráfico 6 | Aceitabilidade de *criticou-se* com e sem *a si mesmo*

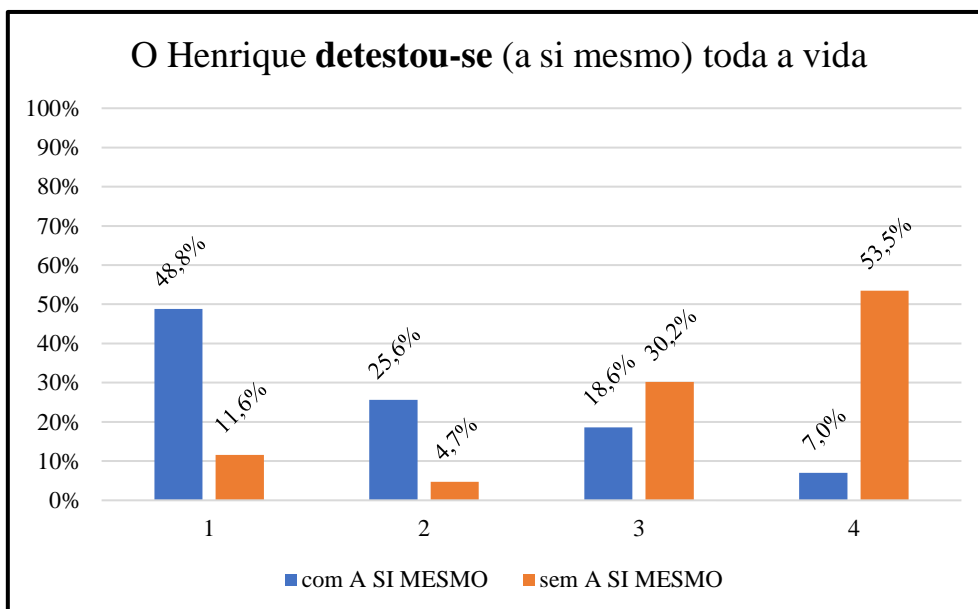


Gráfico 7 | Aceitabilidade de *detestou-se* com e sem *a si mesmo*

Quando expostos a *criticou-se a si mesmo*, 34,9 % dos inquiridos aceitaram a estrutura, embora 81,4 % aceitem a ausência do pronome complexo. Já com o verbo *detestar-se*, a aceitação de *detestou-se a si mesmo* é apontada por 25,6 %, ao passo que 83,7 % aceitam *detestou-se sem a si mesmo*.

Deste modo, concluímos que, embora os números de rejeição mais baixos que encontramos sejam, de facto, dos verbos de ação não corporal, os números que obtemos não são suficientes para afirmar que comprovámos o postulado por Ribeiro (2011). Com efeito, se tivermos em conta os dados de rejeição de *penteou-se a si mesmo* (76,7 %), perceberemos que a diferença deles em relação aos números de *detestou-se a si mesmo* (74,4 %) é de apenas 2,3 pontos percentuais.

Aquilo que observamos é, na verdade, uma oscilação entre a rejeição de verbos que pertencem à mesma classe, assim como definidas por Ribeiro (*ibidem*). *Barbeou-se a si mesmo* é rejeitado por 88,3 % dos inquiridos, ao passo que *penteou-se a si mesmo* enfrenta a rejeição de 76,7 %. De forma semelhante, os números de rejeição de *detestou-se a si mesmo* (74,4 %) são algo superiores aos de *criticou-se a si mesmo* (65,1 %). Estes contrastes tornam evidente que, por mais que dois ou mais verbos tenham determinadas características semânticas comuns, a aceitação dos seus comportamentos por parte dos falantes é, de certo modo, característica de cada verbo.

Antes de nos debruçarmos nos verbos *casar(-se)* e *estrear(-se)*, deixamos a nota de que, do inquérito, constaram frases que, seguindo os critérios de Ribeiro (2011), constituiriam estruturas reflexas. Falamos de verbos «de mudança de posição corporal» — dos quais selecionámos *deitar-se*, *baixar-se*, *espreguiçar-se* e *contorcer-se* — e de verbos «de movimento/deslocação corporal» — dos quais elegemos *aproximar-se*, *encaminhar-se*, *esconder-se* e *resguardar-se* (*idem, opus citatum*, pp. 107–109).

Contudo, consideramos que os clíticos dos verbos em causa têm, na verdade, valor inerente. É exatamente nesse sentido que apontam Maria Regina Rocha e Carla Marques, mais ou menos diretamente, em respostas apresentadas no portal *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*<sup>44</sup>. A primeira autora indica que «quando [o clítico] se junta a verbos que referem movimento ou atitudes da pessoa por meio do próprio corpo» (M. R. Rocha, 2001), o SE não tem função sintática. Assim, ainda que não use a designação inerente, a consultora mostra que o clítico em causa não é reflexo (se fosse, teria função sintática). Já Marques (2022) nota que, entre os verbos a que se associam clíticos inerentes, «[se encontram] os de movimento e/ou postura corporal».

Consequentemente, não apresentamos os ditos verbos nesta secção. Os resultados das frases em que surgem podem ser consultados nos Anexos.

Ainda assim, convém observar que a resistência dos falantes ao emprego de *a si mesmo* em estruturas inerentes é, de forma geral, superior àquela com que deparamos quando analisamos os dados das construções reflexas, sobretudo no que diz respeito aos verbos de ação não corporal. Na verdade, se a percentagem maior de aceitação que encontramos no caso do SE inerente é 15 % — com o verbo *contorcer-se* —, 34,9 % dos inquiridos aceitam «criticou-se a si mesmo», e 25,6 % aceitam «detestou-se a si mesmo». Já quando comparamos os resultados do redobro do SE inerente com os do redobro do SE reflexo associado a verbos de ação corporal, as diferenças não são expressivas (excetuando o caso de *pentear-se*).

### 3.3.2 | OS VERBOS *CASAR(-SE)* E *ESTREAR(-SE)*

O estudo incidente nos verbos *casar(-se)* e *estrear(-se)*, ao contrário do de cima, não está relacionado com a aceitabilidade do pronome complexo. Uma vez que o clítico de *casar-se* tem valor inerente e o de *estrear-se* é decausativo<sup>45</sup> nuns contextos e inerente noutros, sabemos, *a priori*, que nenhum dos dois pode ser redobrado com *a si mesmo*. Pretendemos, antes, investigar se os falantes dão primazia ao emprego do SE, respeitando,

---

<sup>44</sup> Cf. também Fonseca (2010) e resposta de Carlos Rocha (<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-classificacao-do-verbo-sentar-se/17254>) no *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*.

<sup>45</sup> Se for interpretado como SE apassivador, o clítico de *estrear-se* também não permite redobro.

desse modo, aquilo que alguns textos normativos prescrevem. Os resultados serão discutidos nas secções abaixo.

### 3.3.2.1 | O VERBO *CASAR(-SE)*

Como vimos na secção 2.5.2., estamos perante um verbo a que se associa um SE inerente. Todavia, mostrámos, em 1.2.5., que nem sempre um clítico com este valor é obrigatório. A título de exemplo, podemos observar as frases (138a–b), possíveis em português.

- (138) (a) Ele foi-se embora sem avisar.  
(b) Ele foi embora sem avisar.

Assim, tendo como ponto de partida doze pares de frases — em que figuravam, quer com o clítico quer sem ele, os verbos *divorciar*, *separar*, *rir*, *lembrar*, *casar*, *parecer*, *zangar*, *entristecer*, *estrear*, *esvair*, *concentrar* e *fiar* —, quisemos procurar padrões de aceitabilidade no que concerne à presença do SE inerente (cada par de frases diferia somente na presença do clítico), embora, aqui, nos cinjamos ao verbo *casar(-se)*, uma vez que foi ele que discutimos na subsecção 2.5.2.

Os resultados de *casar(-se)*, que ficam exibidos no Gráfico 8, abaixo, denotam que a grande maioria dos inquiridos — 83,7 % — aceita a formulação <SUJEITO + casou + COMPLEMENTO OBLÍQUO> (isto é, considera a formulação aceitável [nível 3] ou totalmente aceitável [nível 4]), de que não faz parte o clítico. Demais, será de salientar que a aceitação de *casou-se com* não é, de modo algum, notoriamente superior à de *casou com*. Na verdade, os dados mostram-nos que 86,1 % dos inquiridos aceitam a construção com o SE, número muito próximo do dos inquiridos que aceitam a estrutura sem o clítico.

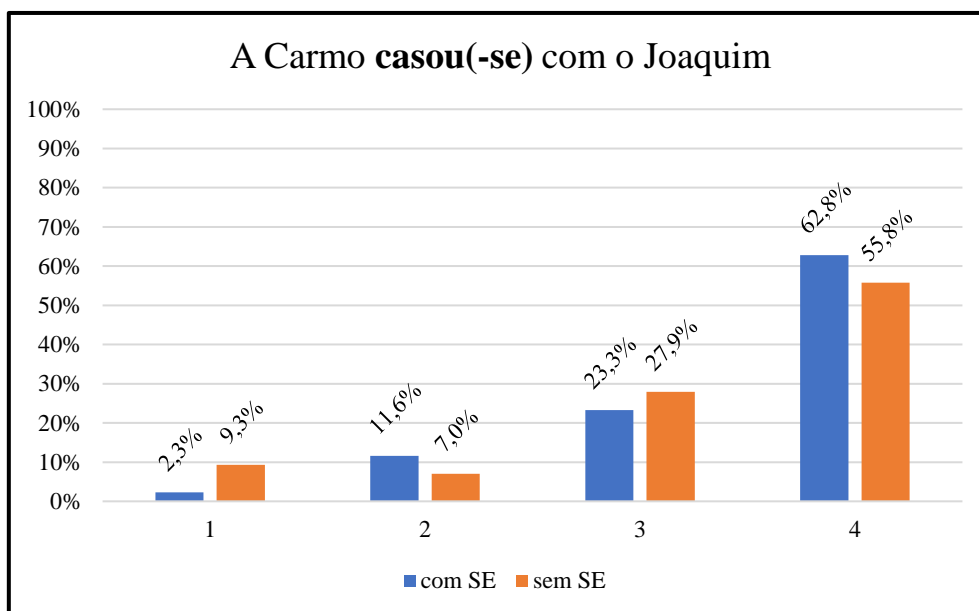


Gráfico 8 | Aceitabilidade de *casou com* com e sem SE

Estes resultados não se afastam drasticamente dos do Gráfico 1, da secção 2.5.2., na qual apresentámos os dados da frequência relativa de *casar* e *casar-se* no *corpUS CETEMPúblico*. Com efeito, embora o nosso inquérito não nos permita concluir que os falantes mostram tendência para o uso sem clítico do verbo, evidencia que, para a maioria, o apagamento do SE não é sentido como agramatical. Assim, e apesar de os normativos

que defendem o emprego do clítico poderem sustentar-se em argumentos gramaticais ou da história da língua, é inevitável concluir que o prisma descritivo se afasta da norma no que toca ao SE de *casar-se*.

A propósito do SE inerente, devemos notar que se verifica oscilação entre verbos com proximidades semânticas e a mesma regência preposicional. A título de exemplo, *divorciar* e *separar*<sup>46</sup>, sem clítico, ostentam uma diferença de 18,6 pontos percentuais (25,6 % e 7 %, respetivamente), e *rir* e *lembrar*<sup>47</sup>, também sem o SE, uma diferença de 51 pontos percentuais (62,5 % e 11,5 %, respetivamente).

### 3.3.2.2 | O VERBO *ESTREAR(-SE)*

O verbo *estrear(-se)* foi testado no nosso inquérito com duas alternâncias frásicas. Uma delas está relacionada com o uso decausativo do SE, sendo o sujeito nocional estreado por outra entidade e semanticamente [- humano]. A outra alternância apresenta frases em que o clítico tem valor inerente e sujeito [+ humano], sendo pragmaticamente o desencadeador da própria estreia. Apesar destas diferenças, existem contextos quer decausativos quer inerentes em que o SE não é obrigatório. No entanto, conforme já tivemos oportunidade de estudar, há quem prescreva o emprego do clítico em ambos os casos. Nesse sentido, apresentámos aos nossos inquiridos quatro frases, pese embora a análise da estrutura decausativa seja aquela que se reveste de maior importância, uma vez que se trata da construção que gera menos consenso.

Os resultados apurados a respeito de *estrear(-se)* mostram-se nos Gráficos 9 e 10, abaixo.

Deixamos ainda a nota de que, em traços gerais, os inquiridos parecem aceitar com mais facilidade a supressão do SE decausativo quando o sujeito da frase não é humano. *Avariou*, sem o clítico, por exemplo, é aceite por 79,1 % dos inquiridos, e *agudizou*, por 60,5 %. Já quando o sujeito é humano, os números são expressivamente menores. 11,6 % aceitam *assustou*, e 16,3 % aceitam *enervou*. No entanto, também *liberalizou* (32,6 %) e *vulgarizou* (39,5 %), com sujeitos não humanos, apresentam números abaixo dos 50 %. A respeito dos contextos de SE inerente, encontramos uma oscilação mais acentuada. Efetivamente, se *separou* e *zangou* são aceites apenas por 7 % dos inquiridos, 62,5 % aceitam *riu*, e 46,5 % aceitam *entristeceu*<sup>48</sup>.

---

<sup>46</sup> «Verbos simétricos», regidos por *de* (Fonseca, 2010, p. 83).

<sup>47</sup> «Verbos de experiência psicológica», regidos por *de* (*ibidem*).

<sup>48</sup> Os resultados das outras frases em que surge um clítico inerente (e não considerado reflexo por Ribeiro (2011)) e das outras frases que apresentam um clítico decausativo podem ser consultados com mais pormenor nos Anexos.

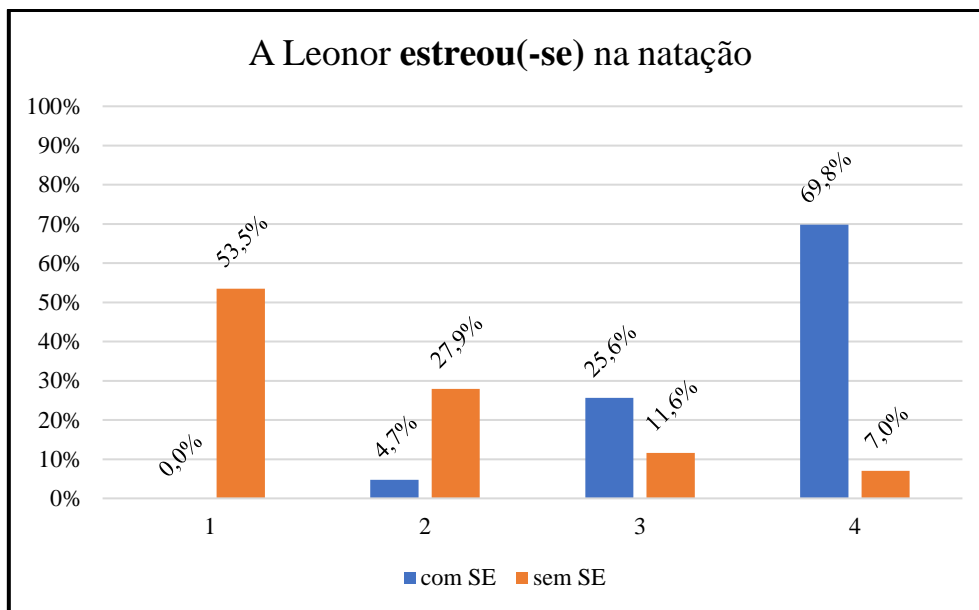


Gráfico 9 | Aceitabilidade de *estrear* com e sem SE inerente

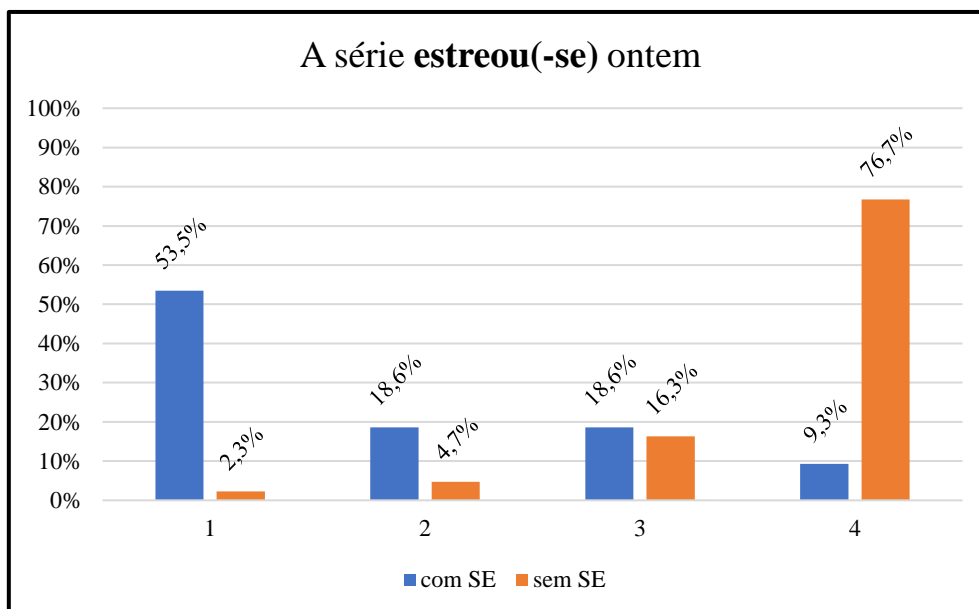


Gráfico 10 | Aceitabilidade de *estrear* com e sem SE decausativo

Conforme as barras dos gráficos deixam claro, verifica-se um acentuado contraste entre a construção inerente e a decausativa no que concerne aos juízos dos falantes. Se, quando é possível atribuir responsabilidade pelo evento ao sujeito, a maioria dos inquiridos (95,4 %) requer a presença do clítico, quando o sujeito é estreado às mãos de alguém, a preferência recai no apagamento do SE (93 %). De resto, mais de dois terços dos inquiridos (72,1 %) rejeitam absolutamente a estrutura <SÚJ<sub>[- humano]</sub> + estreu(-se)>. Estamos, pois, perante uma predominância da queda do clítico.

Concluimos, assim, que o uso do SE tal como orientado pela norma é preferido em contextos de sujeito humano, mas não em contextos de sujeito não humano.

Para encerrar este capítulo, resta-nos frisar que, no que toca às construções reflexas — quer nelas surja um verbo de ação corporal quer surja um verbo de ação não corporal — a análise da aceitação do redobro não pode, aparentemente, ser tão categórica como a prevista por Ribeiro (2011). Na verdade, cada verbo apresenta características únicas e que o distinguem de outro verbo do qual possa partilhar traços semânticos.

Em relação ao SE decausativo, notamos alguma tendência para aceitar mais facilmente o apagamento do clítico quando o sujeito é [– humano], pese embora não se trate de uma conclusão perentória. No caso concreto de *estrear(-se)*, a preferência recai no uso sem o SE (93 %).

Com o SE inerente, observamos, uma vez mais, a singularidade de cada verbo. Dentro da mesma categoria semântica, e inclusivamente sendo o complemento oblíquo regido pela mesma preposição, os verbos exibem variação, mais ou menos acentuada, conforme mostrámos, com exemplos, na subsecção 3.3.2.1.

## | CONCLUSÃO

Com este trabalho, foi-nos possível ficar a conhecer de forma mais aprofundada os comportamentos do clítico SE, quer no que diz respeito à sua categorização, numa vertente mais teórica, quer no que toca aos seus usos factuais, num componente prático, pelo que alcançámos o objetivo de estudar a norma, por um lado, e o modo como os falantes efetivamente usam a língua, por outro.

Para esse estudo, partindo da classificação dos valores de SE, seleccionámos alguns verbos a que o clítico se associa — *lavar, casar, magoar, estrear e afundar* — e discutimos a categorização, ou as hipóteses de categorização, que é proposta em diferentes textos, alguns mais especializados (gramáticas, prontuários, textos académicos) do que outros, sobretudo voltados para um público-alvo mais generalizado.

Conforme esperado, as visões debatidas não são uniformes, pelo que encontrámos diferentes propostas de análise do valor do SE em estudo. Assim, propusemos as nossas próprias visões, nuns casos, e defendemos visões já sugeridas, noutros. Apontámos, pois, para o valor reflexo do SE de *lavar-se*, para o inerente do clítico de *casar-se* e para o decausativo do SE de *magoar-se, estrear-se* (sendo o sujeito semanticamente Tema) e *afundar-se*.

Demais, observámos que algumas fontes bibliográficas de pendor normativo apontam para perspetivas díspares no que concerne ao emprego, apagamento ou opcionalidade do clítico. Vimos ainda, no caso concreto do SE reflexo, a sua (in)compatibilidade com o pronome de reforço *a si mesmo*.

Assim sendo, debruçámo-nos na observação da maneira como os falantes perspetivam, de facto, o emprego do SE, o que nos permitiu estabelecer uma comparação entre aquilo que é prescrito e aquilo que efetivamente se verifica no uso da língua. Para isso, servimo-nos de um teste de juízos de aceitabilidade, no qual participaram 43 falantes nativos de português europeu e do qual fizeram parte estruturas reflexas e inerentes (com e sem o pronome complexo *a si mesmo*), bem como construções decausativas e inerentes (com e sem o clítico SE).

Tendo em consideração que a norma corresponde, *grosso modo*, a uma abstração idealista da língua, não foram inesperados os contrastes norma/uso com que deparámos na análise do inquérito. Também em relação à aceitabilidade do uso concomitante de SE reflexo e *a si mesmo* encontrámos respostas que, não contrariando totalmente o proposto, apresentam algum afastamento da tese estudada.

Com efeito, se Ribeiro (2011) afirma que a combinação do SE reflexo com o pronome forte é gramatical com «verbos de ação não corporal» (*idem, opus citatum*, p. 105) e agramatical, por redundante, com «verbos de ação corporal» (*ibidem*), a verdade é que os nossos dados mostraram que, em ambos os casos, os falantes preferem a ausência do redobro. Por seu turno, uma possível relação entre as características semânticas do verbo a que o SE reflexo se liga e o prefixo *auto-* foi deixada em aberto, visto que o inquérito não contemplou frases em que afixo estivesse presente.

Já com os verbos *casar(-se)* e *estrear(-se)* — este último em contexto de sujeito [–humano] —, nota-se uma tendência geral para a supressão do clítico, o que vai contra os preceitos das visões mais tradicionalistas da língua, segundo as quais *casar* e *estrear*, sem

o SE, devem ser empregados apenas em contextos em que surge um complemento direto. Todavia, a análise dos resultados de *estrear(-se)* com sujeito [+ humano] comprova que, efetivamente, seguindo o prescrito pelos normativos, os falantes têm uma preferência ampla pelo uso do clítico.

Em suma, verificámos que, de acordo com aquilo que seria de esperar, não há uma justaposição perfeita entre o que a norma prescreve e o que os falantes põem em prática. Trata-se de uma disparidade decorrente da colisão entre uma abstração/idealização e uma concretização, prática, da língua.

Em aberto, fica a solução para as divergências encontradas em fontes normativas. Como afirmámos neste trabalho, a existência de mais de uma resposta pode ter o efeito contrário àquilo que a norma se propõe: o estabelecimento de regras e princípios frequentemente rígidos. Sem uma resposta definitiva, a aquisição de conhecimento relativo a determinado tópico fica em risco, se não impossibilitada.

## | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS<sup>49</sup>

### SUPORTE IMPRESSO

Anónimo (2011). Valores e usos do pronome *se*. In Anónimo, *Prontuário da Língua Portuguesa* (pp. 125–126). Porto Editora.

Anónimo (2013). Pronome Pronomes pessoais. In Anónimo, *Preparação para a Prova Final 2014* (pp. 163–164). Porto Editora.

Anónimo. (2015). Classes dos pronomes — Pronome pessoal. In Anónimo, *Gramática Moderna da Língua Portuguesa* (3.<sup>a</sup> ed., pp. 203–206). Escolar Editora.

Azeredo, M. O., Pinto, M. I. F. M. & Lopes, M. C. A. (2011). Valor dos pronomes pessoais. In M. O., M. I. F. M., Pinto, & M. C. A., Lopes (Orgs.), *Da Comunicação à Expressão — Gramática Prática de Português* (pp. 208–210). Lisboa Editora.

Bechara, E. (2009). O pronome *se* na construção reflexa. In E. Bechara, *Moderna Gramática Portuguesa* (37.<sup>a</sup> ed., pp. 147–150). Editora Nova Fronteira.

Burzio, L. (1986). *Italian Syntax*. D. Reidel Publishing Company.

Cardoso, A. M., Fonseca, C., & Peixoto, M. J. (2016). Guião gramatical: Classes de Palavras. In A. M. Cardoso, C. Fonseca, & M. J. Peixoto, *Com Textos* (pp. 337–339). ASA

Chomsky, N. (1981). *Lectures on Government and Binding*. Foris.

\_\_\_\_\_ (1986). *Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use*. Praeger Publishers.

Cunha, C. & Lindley, C. (2016). *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (7.<sup>a</sup> ed.). Lexikon Editora.

Duarte, I. (2003). A família das construções inacusativas. In M. H. M. Mateus et al. (Orgs.), *Gramática da Língua Portuguesa* (5.<sup>a</sup> ed., pp. 507–548). Editorial Caminho.

\_\_\_\_\_ (2015). Há dois anos atrás. In S. Duarte Tavares, *500 Erros mais Comuns da Língua Portuguesa* (p. 129). A Esfera dos Livros.

Duarte Tavares, S. & Dias, J. (2013). 154. Desavergonhado. In S. Duarte Tavares & J. Dias, *Pontapés na Gramática* (edição aumentada, p. 60). Areal Editores.

Guégués, H. (2015). Estrear. In H. Guégués, *Em Português, Se Faz Favor* (p. 123). Guerra e Paz Editores.

Luft, C. (2008). *Dicionário Prático de Regência Verbal*. (8.<sup>a</sup> ed.). Ática.

Matos, G. (2003). Tipologia dos pronomes clíticos. In M. H. M. Mateus et al. (Orgs.), *Gramática da Língua Portuguesa* (5.<sup>a</sup> ed., pp. 826–847). Editorial Caminho.

---

<sup>49</sup> Quando a edição consultada não é a primeira, o número da edição que consultámos surge sobrescrito ao ano dessa mesma edição. Por exemplo, «Luft (2008<sup>8</sup>)» indica que consultámos a oitava edição, de 2008.

Mendes de Almeida, N. (1981). Casar. In N. Mendes de Almeida, *Dicionário de Questões Vernáculas* (p. 50). Editora Caminho Suave.

Mendikoetxea, A. (1999). Construcciones con *Se*: Medias, Pasivas e Impersonales. In I. Bosque & V. Demonte (Eds.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española. Vol. II: Las Construcciones sintácticas fundamentales. Relaciones temporales, aspectuales y modales* (pp. 1631–1722). Espasa-Calpe.

Monteiro, M. (2015). Docíssimo. In M. Monteiro, *Dicionário de Erros Frequentes da Língua* (p. 48). Soregra Editores.

\_\_\_\_\_ (2022). Reunir(-se) e estrear(-se). In M. Monteiro, *O Mundo pelos Olhos da Língua* (pp. 22–23). Objectiva.

Vilela, M. (1992). *Gramática de Valências — Teoria e Aplicação*. Livraria Almedina.

#### SUPORTE DIGITAL

Barbosa, J. S. (1870). *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral Aplicados á Nossa Linguagem* (5.<sup>a</sup> ed.). Academia Real das Sciencias. <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/bitstreams/12d1ccb7-67d1-4ca1-b8e4-3ebcb19445fd>

Cinque, G. (1988). On *Si* Constructions and the Theory of *Arb*. *Linguistic Inquiry*, 19(4), 521–581.

[https://www.researchgate.net/publication/31521265\\_On\\_Si-Constructions\\_and\\_the\\_Theory\\_of\\_Arb](https://www.researchgate.net/publication/31521265_On_Si-Constructions_and_the_Theory_of_Arb)

Direção-Geral da Educação. Dicionário Terminológico. <https://dt.dge.mec.pt/>

Duarte Tavares, S. (2013, maio 31). A natureza e a função sintática de *se* no verbo declarar-se. Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-natureza-e-a-funcao-sintatica-de-se-no-verbo-declarar-se/32037>

Feliu Arquiola, E. (2003). *Morfología Derivativa y Semántica Léxica: la Prefijación de auto-, co- e inter-*. Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid. <https://libros.uam.es/uam/catalog/book/65>

Fonseca, P. (2010). *Os verbos pseudo-reflexos em Português Europeu* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/56047>

Grimshaw, J. (1990). Argument Structure. *Language*, 69(4), 807–817. <https://doi.org/10.2307/416891>

Guégues, H. (2010, abril 13). Casar ou casar-se?. *Assim Mesmo*. <https://letratura.blogspot.com/2010/04/casar-ou-casar-se.html>

\_\_\_\_\_ (2015, abril 13). Desavergonhado/desenvergonhado. *Linguagista*. <https://linguagista.blogs.sapo.pt/desavergonhadodesenvergonhado-1486832>

Linguateca. CETEMPúblico. <https://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>

- Marantz, A. (1984). *On the Nature of Grammatical Relations*. MIT Press. <http://www.ai.mit.edu/projects/dm/theses/marantz81.pdf>
- Marques, C. (2022, março 22). O pronome inerente de *intrometer-se*. *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/o-pronome-inerente-de-intrometer-se/36886>
- Martins, A. M. (2003a). Construções com *se*: mudança e variação no português europeu. In I. Castro & I. Duarte (Eds.), *Razões e Emoção: Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mira Mateus. Vol. 2* (pp. 163–178). Imprensa Nacional — Casa da Moeda. [https://www.researchgate.net/publication/327109003\\_Construcoes\\_com\\_se\\_Mudanca\\_e\\_variacao\\_no\\_portugues\\_europeu](https://www.researchgate.net/publication/327109003_Construcoes_com_se_Mudanca_e_variacao_no_portugues_europeu)
- \_\_\_\_\_ (2003b). Variação e Mudança no Português. In *A Língua Portuguesa: Actas dos IX Cursos Internacionais de Verão de Cascais* (pp. 29–44). Câmara Municipal de Cascais e Instituto de Estudos Sociais. [https://www.clul.ulisboa.pt/files/ana\\_maria\\_martins/MartinsVariacaoMudanca.pdf](https://www.clul.ulisboa.pt/files/ana_maria_martins/MartinsVariacaoMudanca.pdf)
- Mateus, M. H. M. (2005). A mudança da língua no tempo e no espaço. In M. H. M. Mateus & F. B. Nascimento (Orgs.), *A Língua Portuguesa em Mudança* (pp. 15–30). Editorial Caminho. [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2602935/mod\\_resource/content/2/A%20mudanca%20da%20lingua%20no%20tempo%20e%20no%20espaço%20em%20lisboa%20Caminho%202005%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2602935/mod_resource/content/2/A%20mudanca%20da%20lingua%20no%20tempo%20e%20no%20espaço%20em%20lisboa%20Caminho%202005%29.pdf)
- Matos, M. J. (2003, fevereiro 17). Estrear-se/estrear. *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/estrear-seestrear/10421>
- Naro, A. J. (1976). The Genesis of the Reflexive Impersonal in Portuguese: A Study in Syntactic Change as a Surface Phenomenon. *Language*, 52(4), 779–810. <https://doi.org/10.2307/413295>
- Otero, C. P. (1999). Pronombres Reflexivos y Recíprocos. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (Eds.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española. Vol. I: Sintaxis Básica de las clases de palabras* (pp.1427–1518). <https://archive.org/details/gramaticadescriptivadelalenguaespanola.volumen1.sintaxisbasicadelasclasesdepalabras>
- Pesetsky, D. M. (1995). Zero Syntax: Experiencer and Cascades. *Language*, 73(3), 608–611. <https://doi.org/10.2307/415895>
- Reinhart, T. (1996). Syntactic effects of lexical operations: Reflexives and Unaccusatives. *UiL OTS Working Papers in Linguistics* [em linha]. <https://dspace.library.uu.nl/handle/1874/17193>
- Reinhart, T. & Siloni, T. (2005). The Lexicon-Syntax Parameter: Reflexivization and Other Arity Operations. *Linguistic Inquiry*, 36(3), 389–436. <https://www.jstor.org/stable/4179330>

Ribeiro, S. I. R. (2011). *Estruturas com SE anafórico, impessoal e decausativo em Português* [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. Repositório científico da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/17893>

Rocha, C. (2006, março 14). A classificação do verbo *sentar-se*. *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-classificacao-do-verbo-sentar-se/17254>

\_\_\_\_\_ (2006, maio 11) *Casar/casar-se: se inerente, de novo*. *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/casarcasar-se-se-inerente-de-novo/17731>

\_\_\_\_\_ (2019, janeiro 23). A classificação do verbo *magoar* associado ao pronome reflexo. *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-classificacao-do-verbo-magoar-associado-ao-pronome-reflexo/35104>

Rocha, M. R. (2001, julho 17). Rio-me: função sintática de «me». *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/rio-me-funcao-sintactica-de-me/8036>

Tavares Louro, A. (2005, janeiro 27). *Desavergonhada e desenvergonhada*. *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/desavergonhada-e-desenvergonhada/13667>

Vasconcelos, S. (2013). *O Clítico SE: entre a Norma e a Variação* [Dissertação de mestrado, Universidade NOVA de Lisboa]. Repositório da Universidade NOVA. <http://hdl.handle.net/10362/10218>

#### REFERÊNCIAS SECUNDÁRIAS

Barbosa, J. M. (1999). Lêem-se Livros? Lê-se Livros? In J. M. Barbosa *et al.* (Orgs.), *Gramática e Ensino das Línguas — Actas do I Colóquio sobre Gramática (25 a 27 de Maio de 1998)* (pp. 19–26). Livraria Almedina.

Sánchez López. (2002). Las Construcciones con SE. Estado de la Cuestión. In Cristina Sánchez López, *Las Construcciones con SE* (pp. 13–167). Visor Libros.

ANEXO 1 | FRASES DO INQUÉRITO

					Redobro com o pronome complexo <i>a si mesmo</i>
					Sim
V E R B O	De ação corporal	De cuidado e embelezamento pessoal	(corpo todo)*	<i>Lavar</i>	1. O Afonso lavou-se a si mesmo em cinco minutos.
				<i>Vestir</i>	2. O Pedro vestiu-se a si mesmo rapidamente.
			(parte do corpo)*	<i>Pentear</i>	3. O João penteou-se a si mesmo depressa.
				<i>Barbear</i>	4. O Eduardo barbeou-se a si mesmo à noite.
		De mudança de posição corporal	(com mudança de postura)*	<i>Deitar</i>	5. O Frederico deitou-se a si mesmo depois do jantar.
				<i>Baixar</i>	6. O José baixou-se a si mesmo por causa do teto.
			(sem mudança de postura)*	<i>Espreguiçar</i>	7. O Lourenço espreguiçou-se a si mesmo no sofá.
				<i>Contorcer</i>	8. O Tomás contorceu-se a si mesmo por causa das dores de costas.
		De movimento/deslocação corporal	(exibição)*	<i>Aproximar</i>	9. O Luís aproximou-se a si mesmo da porta.
				<i>Encaminhar</i>	10. O Dinis encaminhou-se a si mesmo para a saída.
			(ocultação)*	<i>Esconder</i>	11. O Bernardo escondeu-se a si mesmo atrás do carro.
				<i>Resguardar</i>	12. O Martim resguardou-se a si mesmo do vento.
	De ação não corporal	Avaliativo	<i>Criticar</i>	13. O Simão criticou-se a si mesmo durante anos.	
			<i>Detestar</i>	14. O Henrique detestou-se a si mesmo toda a vida.	

Quadro 11 | Classificação das frases reflexas com o pronome complexo

					Redobro com o pronome complexo <i>a si mesmo</i>
					Não
V E R B O	De ação corporal	De cuidado e embelezamento pessoal	(corpo todo)*	<i>Lavar</i>	15. O Afonso lavou-se em cinco minutos.
				<i>Vestir</i>	16. O Pedro vestiu-se rapidamente.
			(parte do corpo)*	<i>Pentear</i>	17. O João penteou-se depressa.
				<i>Barbear</i>	18. O Eduardo barbeou-se à noite.
		De mudança de posição corporal	(com mudança de postura)*	<i>Deitar</i>	19. O Frederico deitou-se depois do jantar.
				<i>Baixar</i>	20. O José baixou-se por causa do teto.
			(sem mudança de postura)*	<i>Espreguiçar</i>	21. O Lourenço espreguiçou-se no sofá.
				<i>Contorcer</i>	22. O Tomás contorceu-se por causa das dores de costas.
		De movimento/deslocação corporal	(exibição)*	<i>Aproximar</i>	23. O Luís aproximou-se da porta.
				<i>Encaminhar</i>	24. O Dinis encaminhou-se para a saída.
			(ocultação)*	<i>Esconder</i>	25. O Bernardo escondeu-se atrás do carro.
				<i>Resguardar</i>	26. O Martim resguardou-se do vento.
	De ação não corporal	Avaliativo	<i>Criticar</i>	27. O Simão criticou-se durante anos.	
			<i>Detestar</i>	28. O Henrique detestou-se toda a vida.	

Quadro 12 | Classificação das frases reflexas sem o pronome complexo

				<b>Clítico SE</b>	
				<b>Presente</b>	
<b>E S T R U T U R A</b>	<b>Decausativa</b>	Verbos denominais	Mudança de estado físico	<i>Estilhaçar</i>	29. A janela estilhaçou-se com o vento.
				<i>Avariar</i>	30. A televisão avariou-se com o apagão.
				<i>Estrear</i>	31. A série estreou-se ontem.
			Mudança de estado psicológico	<i>Assustar</i>	32. A rapariga assustou-se com o filme de terror.
				<i>Enervar</i>	33. A avó enervou-se com a discussão.
				<i>Liberalizar</i>	34. A droga liberalizou-se com os filmes.
		Verbos deadjetivais	Mudança de estado social	<i>Vulgarizar</i>	35. A autocrítica vulgarizou-se com as redes sociais.
				<i>Agudizar</i>	36. A tristeza agudizou-se com a notícia.
			Dependentes das propriedades do sujeito	<i>Intensificar</i>	37. A discussão intensificou-se com os berros.
				Preposição DE**	Verbos simétricos
<i>Separar</i>	39. A Inês separou-se do Henrique.				
<b>Inerente</b>	Preposição COM**	Verbos de experiência psicológica	<i>Rir</i>	40. A Maria riu-se da situação.	
			<i>Lembrar</i>	41. A Marta lembrou-se da senha.	
			<i>Casar</i>	42. A Carmo casou-se com o Joaquim.	
		Verbos emotivos	<i>Parecer</i>	43. A Constança parece-se com a mãe.	
			<i>Zangar</i>	44. A Teresa zangou-se com o filho.	
			<i>Entristecer</i>	45. A Madalena entristeceu-se com a crítica.	
	Preposição EM	Verbos físicos	<i>Estrear</i>	46. A Leonor estreou-se na natação.	
			<i>Esvair</i>	47. A Mafalda esvaiu-se em sangue.	
		Verbos psicológicos	<i>Concentrar</i>	48. A Rita concentrou-se no livro.	
			<i>Fiar</i>	49. A Luísa fiou-se nas tuas palavras.	

Quadro 13 | Classificação das estruturas decausativas e inerentes com o SE

					Clítico SE	
					Ausente	
E S T R U T U R A	Decausativa	Verbos denominais	Mudança de estado físico	<i>Estilhaçar</i>	50. A janela estilhaçou com o vento.	
				<i>Avariar</i>	51. A televisão avariou com o apagão.	
		Verbos deadjetivais	Mudança de estado psicológico	<i>Estrear</i>	52. A série estreou ontem.	
				<i>Assustar</i>	53. A rapariga assustou com o filme de terror.	
			Mudança de estado social	<i>Enervar</i>	54. A avó enervou com a discussão.	
	Inerente	Preposição DE**	Verbos simétricos	<i>Liberalizar</i>	55. A droga liberalizou com os filmes.	
				<i>Vulgarizar</i>	56. A autocrítica vulgarizou com as redes sociais.	
		Preposição COM**	Dependentes das propriedades do sujeito	<i>Agudizar</i>	57. A tristeza agudizou com a notícia.	
				<i>Intensificar</i>	58. A discussão intensificou com os berros.	
		Preposição EM	Verbos simétricos	<i>Divorciar</i>	59. A Carlota divorciou do Simão.	
<i>Separar</i>				60. A Inês separou do Henrique.		
Verbos emotivos			<i>Rir</i>	61. A Maria riu da situação.		
			<i>Lembrar</i>	62. A Marta lembrou da senha.		
Verbos físicos			<i>Casar</i>	63. A Carmo casou com o Joaquim.		
			<i>Parecer</i>	64. A Constança parece com a mãe.		
Verbos psicológicos	<i>Zangar</i>	65. A Teresa zangou com o filho.				
	<i>Entristecer</i>	66. A Madalena entristeceu com a crítica.				
		<i>Estrear</i>	67. A Leonor estreou na natação.			
		<i>Esvair</i>	68. A Mafalda esvaiu em sangue.			
		<i>Concentrar</i>	69. A Rita concentrou no livro.			
		<i>Fiar</i>	70. A Luísa fiou na decoração.			

Quadro 14 | Classificação das estruturas decausativas e inerentes sem o SE

\*Tirando estes, os termos são de Ribeiro (2011).

\*\*Designações de Fonseca (2010).

## ANEXO 2 | INQUÉRITO

TÍTULO: Inquérito de mestrado

DESCRIÇÃO: O inquérito é **anónimo**.

Nele, deverá classificar a **aceitabilidade** de cada frase com um valor **entre 1 e 4**.

1 significa «nada aceitável»; 2, «pouco aceitável»; 3, «aceitável», e 4, «totalmente aceitável».

Tenha em conta que **não existem respostas certas nem respostas erradas** e que a sua classificação deve ser o mais **espontânea** possível, pelo que **não deverá editar as respostas que já deu**.

Sexo:

Feminino  Masculino

Faixa etária:

≤17  18–24  25–34  35–44  45–54  55–64  65–74  ≥75

Variedade materna de português:

Português de Portugal  Português do Brasil  Português de Angola  Português de Moçambique  Português de Cabo Verde  Português da Guiné-Bissau  Português de São Tomé e Príncipe  Português de Timor-Leste

Outra língua materna:

Sim  Não

Outra língua materna (Se respondeu «Não» à pergunta anterior não responda a esta): \_\_\_\_\_

Zona de Portugal em que viveu a maior parte da vida:

Norte  Centro  Sul

Grau de escolarização:

4.º ano  6.º ano  9.º ano  12.º ano  Licenciatura  Mestrado  Doutoramento

PRIMEIRO GRUPO DE FRASES (escala de Likert de 1 a 4)\*:

A discussão intensificou-se com os berros.

O Lourenço espreguiçou-se no sofá.

O Dinis encaminhou-se para a saída.

O Pedro vestiu-se rapidamente.

A Inês separou do Henrique.

A Rita concentrou no livro.

A janela estilhaçou-se com o vento.

O João penteou-se a si mesmo depressa.

A Mafalda esvaiu em sangue.  
A Madalena entristeceu com a crítica.

SEGUNDO GRUPO DE FRASES (escala de Likert de 1 a 4)<sup>50</sup>:

O Frederico deitou-se a si mesmo depois do jantar.  
O José baixou-se por causa do teto.  
O Bernardo escondeu-se atrás do carro.  
A televisão avariou com o apagão.  
A Madalena entristeceu-se com a crítica.  
O Luís aproximou-se a si mesmo da porta.  
A Leonor estreou na natação.  
A autocrítica vulgarizou-se com as redes sociais.  
A Inês separou-se do Henrique.

TERCEIRO GRUPO DE FRASES (escala de Likert de 1 a 4):

O Afonso lavou-se a si mesmo em cinco minutos.  
O Martim resguardou-se a si mesmo do vento.  
A Mafalda esvaiu-se em sangue.  
A rapariga assustou-se com o filme de terror.  
A janela estilhaçou com o vento.  
A avó enervou-se com a discussão.  
O Simão criticou-se a si mesmo durante anos.  
A autocrítica vulgarizou com as redes sociais.  
O Afonso lavou-se em cinco minutos.  
A Rita concentrou-se no livro.

QUARTO GRUPO DE FRASES (escala de Likert de 1 a 4)<sup>51</sup>:

O Luís aproximou-se da porta.  
A avó enervou com a discussão.  
O Frederico deitou-se depois do jantar.  
O Henrique detestou-se a si mesmo toda a vida.  
A Maria riu-se da situação.  
A rapariga assustou com o filme de terror.  
O Eduardo barbeou-se à noite.  
A Carlota divorciou-se do Simão.  
O Simão criticou-se durante anos.  
A Teresa zangou com o filho.

QUINTO GRUPO DE FRASES (escala de Likert de 1 a 4):

A Carmo casou com o Joaquim.  
A série estreou ontem.  
O Tomás contorceu-se a si mesmo por causa das dores de costas.  
O Dinis encaminhou-se a si mesmo para a saída.

---

<sup>50</sup> Por lapso, este grupo foi constituído por nove frases, em vez de dez.

<sup>51</sup> Este grupo deveria ter tido dez frases, não onze.

A tristeza agudizou-se com a notícia.  
A série estreou-se ontem.  
A Constança parece-se com a mãe.  
A tristeza agudizou com a notícia.  
A Luísa fiou-se nas tuas palavras.  
A droga liberalizou-se com os filmes.

SEXTO GRUPO DE FRASES (escala de Likert de 1 a 4):

O José baixou-se a si mesmo por causa do teto.  
A Carmo casou-se com o Joaquim.  
A televisão avariou-se com o apagão.  
O João penteou-se depressa.  
O Tomás contorceu-se por causa das dores de costas.  
A Carlota divorciou do Simão.  
A Marta lembrou da senha.  
A Luísa fiou nas tuas palavras.  
A Leonor estreou-se na nataçãõ.  
A droga liberalizou com os filmes.

SÉTIMO GRUPO DE FRASES (escala de Likert de 1 a 4):

A Teresa zangou-se com o filho.  
A Marta lembrou-se da senha.  
O Bernardo escondeu-se a si mesmo atrás do carro.  
O Eduardo barbeou-se a si mesmo à noite.  
O Martim resguardou-se do vento.  
O Lourenço espreguiçou-se a si mesmo no sofá.  
A Maria riu da situação.  
O Pedro vestiu-se a si mesmo rapidamente.  
A discussão intensificou com os berros.  
O Henrique detestou-se toda a vida.  
A Constança parece com a mãe.

\*Na descrição de cada grupo de frases, surgia «1 significa “nada aceitável”; 2, “pouco aceitável”; 3, “aceitável”, e 4, “totalmente aceitável”».

### ANEXO 3 | RESULTADOS DO INQUÉRITO (ESTRUTURAS REFLEXAS)

		Redobro com <i>a si mesmo</i>	
LAVAR	Nível de aceitabilidade	SIM	NÃO
	1 (nada aceitável)	27 falantes (62,8 %)	0 falantes (0 %)
	2 (pouco aceitável)	10 falantes (23,3 %)	0 falantes (0 %)
	3 (aceitável)	4 falantes (9,3 %)	11 falantes (25,6 %)
	4 (totalmente aceitável)	2 falantes (4,7 %)	32 falantes (74,4 %)
VESTIR	Nível de aceitabilidade	SIM	NÃO
	1 (nada aceitável)	28 falantes (65,1 %)	0 falantes (0 %)
	2 (pouco aceitável)	11 falantes (25,6 %)	0 falantes (0 %)
	3 (aceitável)	4 falantes (9,3 %)	8 falantes (18,6 %)
	4 (totalmente aceitável)	0 falantes (0 %)	35 falantes (81,4 %)

Quadro 15 | Verbos de ação corporal de embelezamento e cuidado pessoal (corpo todo)

		Redobro com <i>a si mesmo</i>	
PENTEAR	Nível de aceitabilidade	SIM	NÃO
	1 (nada aceitável)	20 falantes (46,5 %)	0 falantes (0 %)
	2 (pouco aceitável)	13 falantes (30,2 %)	1 falante (2,3 %)
	3 (aceitável)	7 falantes (16,3 %)	10 falantes (23,3 %)
	4 (totalmente aceitável)	3 falantes (7 %)	32 falantes (74,4 %)
BARBEAR	Nível de aceitabilidade	SIM	NÃO
	1 (nada aceitável)	29 falantes (67,4 %)	2 falantes (4,7 %)
	2 (pouco aceitável)	9 falantes (20,9 %)	4 falantes (9,3 %)
	3 (aceitável)	3 falantes (7 %)	11 falantes (25,6 %)
	4 (totalmente aceitável)	2 falantes (4,7 %)	26 falantes (60,5 %)

Quadro 16 | Verbos de ação corporal de embelezamento e cuidado pessoal (parte do corpo)

		Redobro com <i>a si mesmo</i>	
DEITAR	Nível de aceitabilidade	SIM	NÃO
	1 (nada aceitável)	29 falantes (67,4 %)	0 falantes (0 %)
	2 (pouco aceitável)	10 falantes (23,3 %)	4 falantes (9,3 %)
	3 (aceitável)	1 falante (2,3 %)	6 falantes (14 %)
	4 (totalmente aceitável)	3 falantes (7 %)	33 falantes (76,7 %)
BAIXAR	Nível de aceitabilidade	SIM	NÃO
	1 (nada aceitável)	33 falantes (76,7 %)	0 falantes (0 %)
	2 (pouco aceitável)	8 falantes (18,6 %)	4 falantes (9,3 %)
	3 (aceitável)	2 falantes (4,7 %)	15 falantes (34,9 %)
	4 (totalmente aceitável)	0 falantes (0 %)	24 falantes (55,8 %)

Quadro 17 | Verbos de ação corporal de mudança de posição corporal (com mudança de postura)

		Redobro com <i>a si mesmo</i>	
ESPREGUIÇAR	Nível de aceitabilidade	SIM	NÃO
	1 (nada aceitável)	29 falantes (67,4 %)	3 falantes (7 %)
	2 (pouco aceitável)	9 falantes (20,9 %)	3 falantes (7 %)
	3 (aceitável)	3 falantes (7 %)	10 falantes (23,3 %)
	4 (totalmente aceitável)	2 falantes (4,7 %)	27 falantes (62,8 %)
CONTORCER	Nível de aceitabilidade	SIM	NÃO
	1 (nada aceitável)	23 falantes (53,5 %)	0 falantes (0 %)
	2 (pouco aceitável)	14 falantes (32,6 %)	2 falantes (4,7 %)
	3 (aceitável)	4 falantes (9,3 %)	9 falantes (20,9 %)
	4 (totalmente aceitável)	2 falantes (4,7 %)	32 falantes (74,4 %)

Quadro 18 | Verbos de ação corporal de mudança de posição corporal (sem mudança de postura)

		Redobro com <i>a si mesmo</i>	
APROXIMAR	Nível de aceitabilidade	SIM	NÃO
	1 (nada aceitável)	35 falantes (81,4 %)	0 falantes (0 %)
	2 (pouco aceitável)	5 falantes (11,6 %)	0 falantes (0 %)
	3 (aceitável)	3 falantes (7 %)	5 falantes (11,6 %)
	4 (totalmente aceitável)	0 falantes (0 %)	38 falantes (88,4 %)
ENCAMINHAR	Nível de aceitabilidade	SIM	NÃO
	1 (nada aceitável)	30 falantes (69,8 %)	2 falantes (4,7 %)
	2 (pouco aceitável)	9 falantes (20,9 %)	3 falantes (7 %)
	3 (aceitável)	2 falantes (4,7 %)	10 falantes (23,3 %)
	4 (totalmente aceitável)	2 falantes (4,7 %)	28 falantes (65,1 %)

Quadro 19 | Verbos de ação corporal de movimento/deslocação corporal (exibição)

		Redobro com <i>a si mesmo</i>	
ESCONDER	Nível de aceitabilidade	SIM	NÃO
	1 (nada aceitável)	27 falantes (62,8 %)	0 falantes (0 %)
	2 (pouco aceitável)	11 falantes (25,6 %)	1 falantes (2,3 %)
	3 (aceitável)	3 falantes (7 %)	6 falantes (14 %)
	4 (totalmente aceitável)	2 falantes (4,7 %)	36 falantes (83,7 %)
RESGUARDAR	Nível de aceitabilidade	SIM	NÃO
	1 (nada aceitável)	27 falantes (62,8 %)	0 falantes (0 %)
	2 (pouco aceitável)	11 falantes (25,6 %)	2 falantes (4,7 %)
	3 (aceitável)	5 falantes (11,6 %)	8 falantes (18,6 %)
	4 (totalmente aceitável)	0 falantes (0 %)	33 falantes (76,7 %)

Quadro 20 | Verbos de ação corporal de movimento/deslocação corporal (ocultação)

		Redobro com <i>a si mesmo</i>	
CRITICAR	Nível de aceitabilidade	SIM	NÃO
	1 (nada aceitável)	19 falantes (44,2 %)	2 falantes (4,7 %)
	2 (pouco aceitável)	9 falantes (20,9 %)	6 falantes (14 %)
	3 (aceitável)	13 falantes (30,2 %)	7 falantes (16,3 %)
	4 (totalmente aceitável)	2 falantes (4,7 %)	28 falantes (65,1 %)
DETESTAR	Nível de aceitabilidade	SIM	NÃO
	1 (nada aceitável)	21 falantes (48,8 %)	5 falantes (11,6 %)
	2 (pouco aceitável)	11 falantes (25,6 %)	2 falantes (4,7 %)
	3 (aceitável)	8 falantes (18,6 %)	13 falantes (30,2 %)
	4 (totalmente aceitável)	3 falantes (7 %)	23 falantes (53,5 %)

Quadro 21 | Verbos de ação não corporal avaliativos

**ANEXO 4 | RESULTADOS DO INQUÉRITO (ESTRUTURAS DECAUSATIVAS)**

		Clítico SE	
<b>ESTILHAÇAR</b>	Nível de aceitabilidade	PRESENTE	AUSENTE
	1 (nada aceitável)	2 falantes (4,7 %)	6 falantes (14 %)
	2 (pouco aceitável)	8 falantes (18,6 %)	12 falantes (27,9 %)
	3 (aceitável)	9 falantes (20,9 %)	13 falantes (30,2 %)
	4 (totalmente aceitável)	24 falantes (55,8 %)	12 falantes (27,9 %)
<b>AVARIAR</b>	Nível de aceitabilidade	PRESENTE	AUSENTE
	1 (nada aceitável)	2 falantes (4,7 %)	2 falantes (4,7 %)
	2 (pouco aceitável)	6 falantes (14 %)	7 falantes (16,3 %)
	3 (aceitável)	10 falantes (23,3 %)	18 falantes (41,9 %)
	4 (totalmente aceitável)	25 falantes (58,1 %)	16 falantes (37,2 %)
<b>ESTREAR</b>	Nível de aceitabilidade	PRESENTE	AUSENTE
	1 (nada aceitável)	1 falante (2,3 %)	23 falantes (53,5 %)
	2 (pouco aceitável)	2 falantes (4,7 %)	8 falantes (18,6 %)
	3 (aceitável)	7 falantes (16,3 %)	8 falantes (18,6 %)
	4 (totalmente aceitável)	33 falantes (76,7 %)	4 falantes (9,3 %)

Quadro 22 | Verbos denominais de mudança de estado físico

		Clítico SE	
<b>ASSUSTAR</b>	Nível de aceitabilidade	PRESENTE	AUSENTE
	1 (nada aceitável)	0 falantes (0 %)	31 falantes (72,1 %)
	2 (pouco aceitável)	0 falantes (0 %)	7 falantes (46,3 %)
	3 (aceitável)	9 falantes (20,9 %)	4 falantes (9,3 %)
	4 (totalmente aceitável)	34 falantes (79,1 %)	1 falante (2,3 %)
<b>ENERVAR</b>	Nível de aceitabilidade	PRESENTE	AUSENTE
	1 (nada aceitável)	0 falantes (0 %)	29 falantes (67,4 %)
	2 (pouco aceitável)	1 falante (2,3 %)	7 falantes (16,3 %)
	3 (aceitável)	6 falantes (14 %)	5 falantes (11,6 %)
	4 (totalmente aceitável)	36 falantes (83,7 %)	2 falantes (4,7 %)

Quadro 23 | Verbos denominais de mudança de estado psicológico

		Clítico SE	
<b>LIBERALIZAR</b>	Nível de aceitabilidade	PRESENTE	AUSENTE
	1 (nada aceitável)	2 falantes (4,7 %)	14 falantes (32,6 %)
	2 (pouco aceitável)	11 falantes (25,6 %)	15 falantes (34,9 %)
	3 (aceitável)	13 falantes (30,2 %)	8 falantes (18,6 %)
	4 (totalmente aceitável)	17 falantes (39,5 %)	6 falantes (14 %)
<b>VULGARIZAR</b>	Nível de aceitabilidade	PRESENTE	AUSENTE
	1 (nada aceitável)	3 falantes (7 %)	14 falantes (32,6 %)
	2 (pouco aceitável)	3 falantes (7 %)	12 falantes (27,9 %)
	3 (aceitável)	11 falantes (25,6 %)	9 falantes (20,9 %)
	4 (totalmente aceitável)	26 falantes (60,5 %)	8 falantes (18,6 %)

Quadro 24 | Verbos deadjetivais de mudança de estado social

		Clítico SE	
<b>AGUDIZAR</b>	Nível de aceitabilidade	PRESENTE	AUSENTE
	1 (nada aceitável)	3 falantes (7 %)	7 falantes (16,3 %)
	2 (pouco aceitável)	12 falantes (27,9 %)	10 falantes (23,3 %)
	3 (aceitável)	9 falantes (20,9 %)	12 falantes (27,9 %)
	4 (totalmente aceitável)	19 falantes (44,2 %)	14 falantes (32,6 %)
<b>INTENSIFICAR</b>	Nível de aceitabilidade	PRESENTE	AUSENTE
	1 (nada aceitável)	8 falantes (18,6 %)	9 falantes (20,9 %)
	2 (pouco aceitável)	5 falantes (11,6 %)	10 falantes (23,3 %)
	3 (aceitável)	15 falantes (34,9 %)	14 falantes (32,6 %)
	4 (totalmente aceitável)	13 falantes (34,9 %)	10 falantes (23,3 %)

Quadro 25 | Verbos deadjetivais dependentes das propriedades do sujeito

**ANEXO 5 | RESULTADOS DO INQUÉRITO (ESTRUTURAS INERENTES)**

		Clítico SE	
DIVORCIAR	Nível de aceitabilidade	PRESENTE	AUSENTE
	1 (nada aceitável)	0 falantes (0 %)	24 falantes (55,8 %)
	2 (pouco aceitável)	3 falantes (7 %)	8 falantes (18,6 %)
	3 (aceitável)	6 falantes (14 %)	7 falantes (16,3 %)
	4 (totalmente aceitável)	34 falantes (79,1 %)	4 falantes (9,3 %)
SEPARAR	Nível de aceitabilidade	PRESENTE	AUSENTE
	1 (nada aceitável)	1 falante (2,3 %)	31 falantes (72,1 %)
	2 (pouco aceitável)	2 falantes (4,7 %)	9 falantes (20,9 %)
	3 (aceitável)	7 falantes (16,3 %)	3 falantes (7 %)
	4 (totalmente aceitável)	33 falantes (76,7 %)	0 falantes (0 %)

Quadro 26 | Verbos regidos pela preposição *de* simétricos

		Clítico SE	
RIR	Nível de aceitabilidade	PRESENTE	AUSENTE
	1 (nada aceitável)	0 falantes (0 %)	5 falantes (11,6 %)
	2 (pouco aceitável)	2 falantes (4,7 %)	10 falantes (23,3 %)
	3 (aceitável)	5 falantes (11,6 %)	18 falantes (41,9 %)
	4 (totalmente aceitável)	36 falantes (83,7 %)	10 falantes (23,3 %)
LEMBRAR	Nível de aceitabilidade	PRESENTE	AUSENTE
	1 (nada aceitável)	0 falantes (0 %)	28 falantes (65,1 %)
	2 (pouco aceitável)	0 falantes (0 %)	10 falantes (23,3 %)
	3 (aceitável)	8 falantes (18,6 %)	4 falantes (9,3 %)
	4 (totalmente aceitável)	35 falantes (81,4 %)	1 falante (2,3 %)

Quadro 27 | Verbos regidos pela preposição *de* de experiência psicológica

		Clítico SE	
CASAR	Nível de aceitabilidade	PRESENTE	AUSENTE
	1 (nada aceitável)	1 falante (2,3 %)	4 falantes (9,3 %)
	2 (pouco aceitável)	5 falantes (11,6 %)	3 falantes (7 %)
	3 (aceitável)	10 falantes (23,3 %)	12 falantes (27,9 %)
	4 (totalmente aceitável)	27 falantes (62,8 %)	24 falantes (55,8 %)
PARECER	Nível de aceitabilidade	PRESENTE	AUSENTE
	1 (nada aceitável)	1 falante (2,3 %)	28 falantes (65,1 %)
	2 (pouco aceitável)	4 falantes (9,3 %)	9 falantes (20,9 %)
	3 (aceitável)	6 falantes (14 %)	2 falantes (4,7 %)
	4 (totalmente aceitável)	32 falantes (74,4 %)	4 falantes (9,3 %)

Quadro 28 | Verbos regidos pela preposição *com* simétricos

		Clítico SE	
<b>ZANGAR</b>	Nível de aceitabilidade	PRESENTE	AUSENTE
	1 (nada aceitável)	1 falante (2,3 %)	30 falantes (69,8 %)
	2 (pouco aceitável)	0 falantes (0 %)	10 falantes (23,3 %)
	3 (aceitável)	5 falantes (11,6 %)	3 falantes (7 %)
	4 (totalmente aceitável)	37 falantes (86 %)	0 falantes (0 %)
<b>ENTRISTECER</b>	Nível de aceitabilidade	PRESENTE	AUSENTE
	1 (nada aceitável)	2 falantes (4,7 %)	12 falantes (27,9 %)
	2 (pouco aceitável)	5 falantes (11,6 %)	11 falantes (25,6 %)
	3 (aceitável)	11 falantes (25,6 %)	9 falantes (20,9 %)
	4 (totalmente aceitável)	25 falantes (58,1 %)	11 falantes (25,6 %)

Quadro 29 | Verbos regidos pela preposição *com* de experiência emotivos

		Clítico SE	
<b>ESTREAR</b>	Nível de aceitabilidade	PRESENTE	AUSENTE
	1 (nada aceitável)	0 falantes (0 %)	23 falantes (53,5 %)
	2 (pouco aceitável)	2 falantes (4,7 %)	12 falantes (27,9 %)
	3 (aceitável)	11 falantes (25,6 %)	5 falantes (11,6 %)
	4 (totalmente aceitável)	30 falantes (69,8 %)	3 falantes (7 %)
<b>ESVAIR</b>	Nível de aceitabilidade	PRESENTE	AUSENTE
	1 (nada aceitável)	1 falante (2,3 %)	26 falantes (60,5 %)
	2 (pouco aceitável)	2 falantes (4,7 %)	9 falantes (20,9 %)
	3 (aceitável)	12 falantes (27,9 %)	6 falantes (14 %)
	4 (totalmente aceitável)	28 falantes (65,1 %)	2 falantes (4,7 %)

Quadro 30 | Verbos regidos pela preposição *em* físicos

		Clítico SE	
<b>CONCENTRAR</b>	Nível de aceitabilidade	PRESENTE	AUSENTE
	1 (nada aceitável)	0 falantes (0 %)	33 falantes (76,7 %)
	2 (pouco aceitável)	1 falante (2,3 %)	5 falantes (11,6 %)
	3 (aceitável)	8 falantes (18,6 %)	3 falantes (7 %)
	4 (totalmente aceitável)	34 falantes (79,1 %)	2 falantes (4,7 %)
<b>FIAR</b>	Nível de aceitabilidade	PRESENTE	AUSENTE
	1 (nada aceitável)	2 falantes (4,7 %)	24 falantes (55,8 %)
	2 (pouco aceitável)	2 falantes (4,7 %)	10 falantes (23,3 %)
	3 (aceitável)	9 falantes (20,9 %)	6 falantes (14 %)
	4 (totalmente aceitável)	30 falantes (69,8 %)	3 falantes (7 %)

Quadro 31 | Verbos regidos pela preposição *em* psicológicos